



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

SUZANA MELISSA DE MOURA MAFRA DA SILVA

**GESTÃO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA NO PROGRAMA MINHA
CASA, MINHA VIDA: O CASO NO RESIDENCIAL RUY PEREIRA DOS SANTOS
(SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN, 2017)**

NATAL/RN
2018

Suzana Melissa de Moura Mafra da Silva

**GESTÃO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA NO PROGRAMA MINHA
CASA, MINHA VIDA: O CASO NO RESIDENCIAL RUY PEREIRA DOS SANTOS
(SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN, 2017)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração, na área de Políticas Públicas.

Orientador: Washington José de Souza, Dr.
Co-orientadora: Suely de Fátima Ramos
Silveira, Dr.

NATAL/RN
2018

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Silva, Suzana Melissa de Moura Mafra da.

Gestão Social e organização comunitária no Programa Minha Casa, Minha Vida: o caso no Residencial Ruy Pereira dos Santos / Suzana Melissa de Moura Mafra da Silva. - 2018.

131 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-graduação em Administração. Natal, RN, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Washington José de Souza.

Co-orientadora: Profa. Dra. Suely de Fátima Ramos Silveira.

1. Gestão Social - Dissertação. 2. Participação Social - Dissertação. 3. Organização Comunitária - Dissertação. 4. Moradia - Dissertação. 5. Minha Casa, Minha Vida - Dissertação. I. Souza, Washington José de. II. Silveira, Suely de Fátima Ramos. III. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. IV. Título.

RN/UF/Biblioteca Setorial do CCSA

CDU 351:69

Suzana Melissa de Moura Mafra da Silva

**GESTÃO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA NO PROGRAMA MINHA
CASA, MINHA VIDA: O CASO NO RESIDENCIAL RUY PEREIRA DOS SANTOS
(SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN, 2017)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Aprovada em: Natal/RN, 23 de fevereiro de 2018.

Washington José de Souza, Dr.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Presidente da Banca Examinadora

Suely de Fátima Ramos Silveira, Dra.
Universidade Federal de Viçosa
Co-orientadora

Marcio Moraes Valença, Dr.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Examinador

Gerda Lúcia Pinheiro Camelo, Dra.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Examinadora

A Socorro, Jonas, Suzérica, Rosana, Cecília, Marcos, Clara, D. Neuza e D. Hosana (*in memoriam*). Pessoas a quem sempre dedicarei meus melhores esforços.

AGRADECIMENTOS

Eis que mais um ciclo se fecha e é hora de olhar para trás e, na humilde tarefa de agradecer, lembrar e perceber a quantidade de pessoas queridas que contribuem para as conquistas cotidianas, sejam elas grandes ou pequenas. A estas pessoas sou grata. Agradeço...

A Deus, autor da vida e fonte plena de sabedoria, por ser minha força e proteção diariamente, e a Jesus, que se faz Alimento Eucarístico e me fortalece a sempre buscar a sabedoria. À Virgem Maria, pela intercessão e amparo materno.

Aos meus pais, Socorro e Jonas, minhas maiores inspirações de fé, sabedoria, profissão, ideologia, luta e amor. É impossível descrever aqui o quanto são importantes e me fazem feliz. Obrigada por todo esforço empreendido em minha educação, obrigada por me criarem com tanto amor, zelo e desprendimento, e por terem sempre me apresentado como referência a seguir as pessoas que valorizam os estudos e o conhecimento. Sei que muito maior que minha alegria é a de vocês e por todas as expressões de amor que realizam diariamente eu sou profundamente grata. Amo vocês!

A Marcos, meu esposo, por ser meu grande companheiro, por adoçar diariamente a nossa vida com bom humor, inteligência e principalmente amor. Obrigada pelo carinho, pelas conversas, pelas risadas, pelo apoio emocional, pela tranquilidade e pela dedicação de sempre. Obrigada por tudo. Te amo!

Às minhas irmãs, Suzérica e Rosana; à minha sobrinha Cecília; e minha enteada, Clara. As garotas mais fantásticas e inteligentes que conheço. Com seu amor me fazem uma pessoa muito melhor e eu agradeço por todo o apoio de sempre. Tenho orgulho de vocês!

A D. Neuza e D. Hosana (*in memoriam*), minhas avós, por serem sempre o colo que acalenta e que ensina. Em nome das duas agradeço a toda família Moura e Mafra (aos queridíssimos tios, tias, primos, primas e demais parentes) por desde sempre vibrarem com nossas alegrias. A D. Joanita, Sr. Antonio, meus sogros, e a toda família da qual passei a fazer parte (cunhadas, tias, primos...), agradeço por todo carinho e atenção e por serem pessoas tão especiais em meus dias.

Às melhores amigas que alguém pode ter. Amizades construídas na vida escolar (de modo muitíssimo especial a Julianne, Rorainny, Nataly, Micarla, Claudiane, Érica e Evandro, por serem os melhores); amizades aproximadas pelas Pontifícias Obras Missionárias (Jean, Felipe, Arlane, Ibny, Diego, Emily, Henrique, Vanessinha, Izabel...); amizades despertadas no calor dos momentos felizes (Willyane, Wanderley); a Rodrigo, meu queridíssimo cunhado, e toda a sua família; aos amigos que o Ministério Público aproximou e que passaram a ser

especialíssimos em minha vida (Delana, Gilnana, Ilane, Diana, Sandra, Lênora, Gabriel...); e às amigadas que são da família, da casa, da vida (Natália, Francister, Artur, Tia Virgínia, Vírnia...)

Aos amigos da Academia Central de Aikido de Natal por dividirem momentos de muito crescimento e aprendizado dentro e fora do tatame. À Sensei CrisB por ser maravilhosa em minha vida e ao Sensei James, pela alegria e sabedoria de sempre. Agradeço a Ana Cláudia Albano (em nome de quem agradeço aos amigos da Dança Contemporânea) e a Raquel Xavier (em nome de quem agradeço aos amigos do Núcleo de Yoga da UFRN).

Aos amigos da OASIS/UFRN por desde 2015 compartilharem conhecimento e alegria. Sou grata por todo o apoio de sempre, em especial agradeço a Pamela, Izabele, João Paulo, Mirian, Nilza, Abdon, Juarez, Daniel, Bruno, Rafael, Raoni... e todos os demais que acompanharam de perto essa trajetória.

À querida Turma 38 do mestrado em Administração do PPGA/UFRN, por tudo o que compartilhamos nesses dois anos juntos. Vocês são sensacionais! De modo muito especial agradeço a Ana Paula e Júlia, que comigo formam o melhor *team* que poderia ter surgido dessa turma e que foram meus grandes presentes em 2016 [assim como suas famílias]. Obrigada pela amizade e companheirismo em cada desafio que enfrentamos e em todos os momentos muito felizes! Com muito carinho agradeço também a Rebeca, que da Nicarágua veio abrilhantar ainda mais nossa trajetória acadêmica. Obrigada!

Ao professor Washington, por toda dedicação e pela parceria criada ao longo do tempo, bem como pela verdadeira orientação, que sempre realiza. Agradecimentos que se estendem à professora Suely, coorientadora, por sempre compartilharem de modo acessível e disposto seu conhecimento, seu tempo e sua força conosco.

Agradeço à professora Gerda e ao professor Márcio por comporem a banca de defesa desta dissertação e dedicarem parte de seu tempo na contribuição de melhorias neste trabalho.

Aos demais colegas mestrandos e doutorandos, ao corpo docente e aos funcionários do PPGA pelo trabalho e pela dedicação conjunta em sempre fazer o melhor pelo Programa. Estendo o agradecimento aos colegas do CCSA e à UFRN por ser minha *segunda casa* desde 2011, no ingresso na graduação em Administração.

Aos moradores do Residencial Ruy Pereira dos Santos, em São Gonçalo do Amarante, pela participação na pesquisa e pelo alegre acolhimento em sua comunidade.

A todos os professores que tive em minha trajetória acadêmica, agradeço profundamente por terem deixado traços tão importantes de conhecimento em minha vida.

À CAPES pela bolsa concedida para a realização deste mestrado.

Nenhuma família sem moradia, nenhum agricultor sem terra, nenhum trabalhador sem direitos, nenhuma pessoa sem a dignidade que o trabalho dá.

Papa Francisco

RESUMO

O objetivo da pesquisa consiste em sistematizar desafios e oportunidades de iniciativas de organização comunitária na faixa 1 do PMCMV à luz de categorias de participação e de elementos de gestão social. O PMCMV denota uma inflexão na trajetória de políticas habitacionais no Brasil desde a última metade do século XX, especificamente pela predominância de agentes do setor empresarial da construção civil no Programa tem reforçado padrões de periferização e de pouca oferta de infraestrutura urbana nos conjuntos habitacionais, o que influencia diretamente a sustentabilidade do Programa. Em atenção à sustentabilidade, há, no Programa a previsão de trabalho social como elemento de fomento à participação e inserção social o que inclui propósitos de mobilização comunitária e acompanhamento do cotidiano das famílias por dado período de tempo. No Rio Grande do Norte, estudos apontam que dentre os poucos municípios que realizam o trabalho social, os instrumentos que o orientam têm sido elaborados de forma unilateral pelas prefeituras e sem participação das famílias. Avançando em tal discussão, esta pesquisa aborda uma experiência de organização comunitária no Residencial São Gonçalo do Amarante (conhecido como Residencial Ruy Pereira dos Santos), empreendimento da faixa 1 do PMCMV localizado no município de São Gonçalo do Amarante/RN. Trata-se de empreendimento segmentado em 6 condomínios de 300 unidades cada, totalizando 1.800 moradias com população estimada de 7.200 pessoas. A presente dissertação, realizada no Condomínio Ruy Pereira I (CRP-I), tem natureza qualitativa e consiste em estudo de caso que trilhou uma fase de revisão bibliográfica, para a elaboração de referencial teórico em participação mediada por elementos de gestão social, e, outra, para a sistematização da produção acadêmica no PMCMV em programas de pós-graduação *stricto sensu* da UFRN. A pesquisa teve, ainda, coleta de dados primários de campo por meio de duas dinâmicas de grupo focal realizadas com moradores do CRP-I. Os dados coletados foram processados por meio da análise lexicográfica básica apoiada no software IRAMUTEQ. A partir do corpus textual oriundo da coleta de dados o IRAMUTEQ gerou três classes analíticas: a) dificuldades no condomínio; b) pessoas e relações sociais; e c) organização comunitária. Os principais achados da pesquisa indicam que há forte restrição à atuação do Condomínio em virtude do elevado número de inadimplentes no pagamento da taxa condominial. O coletivo recreativo *Lambe Sal*, que reúne 50 homens/famílias e assume funções comunitárias importantes no CRP-I, exhibe práticas de gestão social e participação com qualidade superior àquele desempenhado pelo trabalho social realizado no Condomínio, o que se dá por meio de trabalhos voluntários desenvolvidos pelos próprios sócios na limpeza e manutenção de áreas comuns e na promoção de festas em datas comemorativas.

Palavras-chave: Participação Social. Gestão Social. Organização Comunitária. Moradia. Minha Casa Minha Vida.

ABSTRACT

The objective of the research is to systematize challenges and opportunities of community organization initiatives in the track 1 to PMCMV in the light of participation's categories and social management elements. The PMCMV denotes an inflection in the trajectory of housing policies in Brazil since the last half of the 20th century. However, the predominance of agents of the construction sector in the Program has reinforced patterns of peripherization and poor location of housing complexes, which directly influence the sustainability of the Program. In consideration of sustainability, there is in the Program the prediction of social work as fomentation element to participation and social inclusion, which includes purposes of community mobilization and monitoring the daily lives of families for a given period of time. In Rio Grande do Norte, studies indicate that among the few municipalities that perform social work, the instruments that guide it have been elaborated unilaterally by municipalities and without participation of families. Advancing in this discussion, this research approaches a community organization experience in the Residencial São Gonçalo do Amarante (known as Ruy Pereira dos Santos Residential), an enterprise of the track 1 to PMCMV located in the municipality of São Gonçalo do Amarante/RN. These enterprises are segmented into 6 condominiums of 300 units each, totaling 1,800 homes with an estimated population of 7,200 people. The present dissertation, carried out in the Ruy Pereira I Condominium (CRP-I), has a qualitative nature and consists of a case study that has undergone a bibliographic review phase, for the elaboration of a theoretical reference in participation mediated by elements of social management, and, another for the systematization of academic production in the PMCMV in UFRN postgraduate programs *stricto sensu*. The research had also collected primary field data through two focal group dynamics performed with CRP-I residents. The collected data were processed through the basic lexicographic analysis supported by IRAMUTEQ software. The IRAMUTEQ generated three analytical classes for the textual corpus from data collection: a) difficulties in the condominium; b) people and social relations; and c) community organization. The main findings of the research point to the Residents' Association, which must ensure community organization, can only precariously mitigate conflicts and agglutinates people. There is a strong restriction on the performance of the Association due to the high number of defaulting in the payment of the condominiumal fee. The recreational collective Lambe Sal, which gathers 50 men/families and assumes important community functions in the CRP-I, shows practices of social management and participation with a higher quality than that performed by the Residents' Association, which is done through voluntary work developed by own members in the cleaning and maintenance of common areas and in promoting parties on commemorative dates.

Keywords: Social Participation. Social Management. Community Organization. Habitation. Minha Casa Minha Vida.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AFC - Análise Fatorial de Correspondência
- BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFRN
- BNH - Banco Nacional de Habitação
- BTD - Banco de Teses e Dissertações da CAPES
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEF - Caixa Econômica Federal
- CF-88 - Constituição Federal de 1988
- CHD - Classificação Hierárquica Descendente
- COHABs - Companhias de Habitação
- CRP-I - Condomínio Ruy Pereira I
- CRP-VI - Condomínio Ruy Pereira VI
- FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
- GF1 - Grupo Focal 1
- GF2 - Grupo Focal 2
- HIS - Habitação de interesse social
- IBC - Interesse Bem Compreendido
- INOCOOPs - Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais
- IRAMUTEQ - Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires
- MCidades - Ministério das Cidades
- MCMV - Minha Casa, Minha Vida
- MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
- OASIS - Organização de Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Solidárias e Estudos no Terceiro Setor
- ONGs - Organizações Não Governamentais
- PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
- PDST - Plano de Desenvolvimento Socioterritorial
- PlanHab - Plano Nacional de Habitação
- PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida

PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural

PNHU - Programa Nacional de Habitação Urbana

PT- Partido dos Trabalhadores

PTS - Projeto de Trabalho Social

PTTS - Projeto Técnico de Trabalho Social

RMNatal - Região Metropolitana de Natal

RRPS – Residencial Ruy Pereira dos Santos

SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

ST - Segmentos de texto

TS - Trabalho Social

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Produção no PMCMV em nível de pós-graduação <i>stricto sensu</i> (UFRN, 2012-2017)	p. 27
Quadro 2 - Produções da UFRN no PMCMV em nível de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	p. 33
Quadro 3 - Categorias teóricas para a Gestão Social	p. 35
Quadro 4 - Categorias e variáveis orientadoras da pesquisa	p. 47
Quadro 5 - Categorias analíticas empregadas na definição das classes	p. 59
Quadro 6 - Representações do CRP-I segundo associados da Lambe Sal	p. 83

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Aproximação teórica para a Gestão Social.....	p. 39
Figura 2	Conjunto Jomar Alecrim e Residencial Ruy Pereira dos Santos	p. 53
Figura 3	Dendograma da Classificação Hierárquica Descendente	p. 56
Figura 4	Organograma das classes com suas respectivas palavras, frequências e χ^2	p. 57
Figura 5	Análise Fatorial por Correspondência	p. 58
Figura 6	Árvore de similitude da expressão <i>perder</i>	p. 61
Figura 7	RRPS em relação ao município de São Gonçalo do Amarante, o distrito de Santo Antônio do Potengi e as principais estradas de ligação	p. 62
Figura 8	Árvore de similitude da expressão <i>problema</i>	p. 66
Figura 9	Árvore de similitude da expressão <i>limpeza</i>	p. 85

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	A PESQUISA NO PMCMV: estado da arte à luz da produção na UFRN.....	26
3	PARTICIPAÇÃO E GESTÃO SOCIAL	34
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	48
5	A ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA NO CONDOMÍNIO RUY PEREIRA I – FAIXA 1 DO PMCMV – EM SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN	53
5.1	DIFICULDADES À VIDA COMUNITÁRIA	59
5.2	RELAÇÕES SOCIAIS E IDENTIDADE COM O LUGAR	70
5.3	ENGAJAMENTO E PARTICIPAÇÃO	82
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
	REFERÊNCIAS	97
	APÊNDICES	105

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação traz, como objeto de estudo, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), concebido pelo Governo Federal e regulamentado pela Lei Nº 11.977, de 7 de julho de 2009. O Art. 1º da referida Lei dispõe que a finalidade do Programa é “criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais)...” (10 salários mínimos à época). Desde a sua concepção, o PMCMV incorpora os seguintes subprogramas: I - o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU); e II - o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

Notícia do Ministério da Infraestrutura, datada de 19 de dezembro de 2017, intitulada *Mudanças no Minha Casa Minha Vida facilitam o sonho da casa própria*¹, indica que haverá continuidade da ação em 2018, com previsão de contratação de 800 mil novas unidades habitacionais. Tal propósito garantirá ao Programa nove anos ininterruptos de vigência. Todavia, as políticas públicas habitacionais brasileiras são marcadas por descontinuidades e pela desvinculação destas com políticas de desenvolvimento urbano.

A Constituição de 1988 trouxe avanços significativos no que diz respeito à garantia de direitos sociais. Uma das modificações relacionadas à garantia de direitos ocorreu no ano 2000 quando da inclusão do direito à moradia entre os direitos fundamentais sociais, expressamente no art. 6º, que apresenta como “direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988).

É perceptível a presença da temática como direito social desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que traz a moradia como direito fundamental (artigo XXV), o que é referendado no Pacto Internacional dos Direitos Sociais, de 1996, e no reconhecimento da moradia como direito fundamental em mais de cinquenta constituições nacionais (SARLET, 2003). A moradia como direito fundamental aparece no texto constitucional brasileiro em seu artigo 23, quando afirma que “é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios [...] promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico” (BRASIL, 1988).

¹ Disponível em goo.gl/mUfnQK.

Como forma de identificar objetivamente tais competências e regulamentar o capítulo de política urbana da Constituição Federal (artigos 182 e 183) , a Lei nº 10.257 é sancionada em 10 de julho de 2001 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, oficialmente denominada de Estatuto da Cidade, garantindo ao brasileiro o direito fundamental a uma cidade sustentável ao conceder “às cidades um conjunto inovador de instrumentos de intervenção sobre seus territórios, além de uma nova concepção de planejamento e gestão urbanos” (ROLNIK, 2001, p. 5).

A partir da indução de formas de ocupação do solo, da participação direta dos cidadãos na gestão da política habitacional e da regularização das posses urbanas, foi centralizado o princípio da função social da cidade e da propriedade, alterando “lógicas concentradoras e excludentes de modelos tradicionais de atuação urbanística” (ROLNIK et al., 2010, p. 17). O Estatuto apresenta o Plano Diretor Municipal como “principal instrumento de política urbana e pactuação de interesses coletivos” (ROLNIK et al., 2010, p. 17), colocando sob responsabilidade especialmente dos municípios a aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade, que tem importante papel no planejamento urbano, cujas disfunções marginalizam uma parcela significativa da população em favelas, conjuntos habitacionais e outros espaços desequilibrados em relação às ofertas de empregos e serviços dos centros das cidades.

O desenvolvimento urbano, como agenda governamental nacional, foi reforçado a partir do ano de 2003, quando da criação do Ministério das Cidades (MCidades) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A criação desse Ministério respondeu a reivindicações dos movimentos sociais pela reforma urbana e concentrou a maior parte das agendas de políticas setoriais urbanas, até então relegadas a outros ministérios (MARICATO, 2006). Com a criação do MCidades, iniciou-se a estruturação da Política Nacional de Habitação (PNH), publicada em 2004, cuja materialização se deu com a instituição do Sistema e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS e FNHIS), em 2005, pela Lei Federal nº 11.124. O objetivo principal do SNHIS reside em “articular as políticas de habitação social em um sistema federativo que, de forma descentralizada e democrática, trabalhe na produção de habitação para a população de baixa renda, articulando a ação conjunta dos seus diversos agentes promotores” (CARDOSO et al., 2008, p. 8). Um segundo instrumento proposto pela PNH, e lançado em 2009 pelo MCidades, foi o Plano Nacional de Habitação (PlanHab), cujo conteúdo apresenta estratégias de longo prazo para atuação nas necessidades habitacionais,

propondo ações em quatro eixos: modelo de financiamento e subsídio; política urbana e fundiária; arranjos institucionais e cadeia produtiva da construção civil² (BRASIL, 2009a).

No ano de 2007 o Governo Federal criou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para “promover a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país” (BRASIL, 2018). O PAC surge num contexto que brevemente antecedeu a crise financeira mundial (entre 2008 e 2009). Foi em meio a tal crise mundial³ que o Governo Federal lançou, em março de 2009, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) por meio da Medida Provisória nº 459/2009, que foi mais tarde convertida na Lei nº 11.977/2009. O Programa, que traz como pano de fundo o atendimento às demandas geradas pelo déficit habitacional no País, nasceu como estratégia de ação do Governo Federal diante da crise financeira mundial (CARDOSO; JAENISCH; ARAGÃO, 2017; MARICATO, 2014). O PMCMV remeteu à construção civil a tarefa de geração de postos de trabalho, pelo potencial do setor para criar demandas *para trás*, na indústria que a alimenta (ferro, vidro, cerâmica, cimento, areia), e, *para frente*,⁴ após a conclusão e entrega das unidades habitacionais com simultânea aquisição de eletrodomésticos e mobiliários pelos beneficiários (MARICATO, 2014).

Uma das inovações apresentadas pelo Programa, em relação aos programas habitacionais anteriormente realizados no País, diz respeito ao objetivo inicial de construção

² i) Modelo de financiamento e subsídio: eixo que visa “garantir recursos para a urbanização de assentamentos precários e para a produção massiva de unidades habitacionais novas, com foco nas faixas de baixa renda, onde se concentram as necessidades habitacionais” (BRASIL, 2009a, p. 202); ii) Política urbana e fundiária: “este eixo tem por objetivo justamente garantir acesso à terra urbanizada, legalizada e bem localizada para a provisão de habitações de interesse social. Destaca, ainda, a importância da regularização de assentamentos informais, garantindo-se a permanência dos moradores de baixa renda” (BRASIL, 2009a, p. 202); iii) Arranjos institucionais: este eixo pretende garantir a coordenação entre os setores governamentais no que tange à institucionalização do setor de habitação, “a partir da efetiva implementação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), fortalecendo o setor público no que tange à sua capacidade de organizar e regulamentar o setor da habitação e explicitando os papéis e competências de cada nível de governo. Também tem como meta consolidar um modelo de política habitacional baseado na descentralização, articulação intergovernamental e intersetorial, participação e controle social” (BRASIL, 2009a, p. 203); iv) Cadeia produtiva da construção civil: eixo que visa “ampliar a produção, estimular e fomentar a modernização da cadeia produtiva da construção civil voltada à produção de Habitação de Interesse Social e à habitação do mercado popular, buscando obter qualidade, menor custo, ganho de escala e agilidade, desonerando o processo de produção e simplificando o processo de licenciamento habitacional” (BRASIL, 2009a, p. 203).

³ A crise financeira internacional de 2008 teve início “nos Estados Unidos, em meados em 2007, em decorrência da elevação da inadimplência e da desvalorização dos imóveis e dos ativos financeiros associados às hipotecas americanas de alto risco (*subprime*)” (CINTRA, FARHI, 2008, p. 35). A arquitetura do sistema financeiro americano e internacional “transformou uma crise de crédito clássica em uma crise financeira e bancária de imensas proporções, que lhe conferiu um caráter sistêmico” (CINTRA, FARHI, 2008, pp. 35-36).

⁴ Efeito econômico conhecido como *backward and forward linkages*, que corresponde a ligações intersetoriais que geram “efeito multiplicador” na economia.

de um milhão de moradias, sendo a maior parte destinada para a população de menor renda. As concessões de benefícios pelo Programa são realizadas observando-se a faixa de renda em que se encontra o beneficiário: Faixa 1, correspondente a famílias cuja renda familiar mensal é de até R\$ 1.800,00; Faixa 1,5 – renda familiar mensal de até R\$ 2.350,00; Faixa 2 – renda familiar mensal de até R\$ 3.600,00; e Faixa 3 – renda familiar mensal de até R\$ 6.500,00. A meta inicial do Programa era a construção de um milhão de moradias em curto prazo, dentre as quais, 400 mil unidades destinadas às famílias da Faixa 1; 400 mil unidades destinadas a famílias da Faixa 2; e 200 mil unidades para famílias da Faixa 3. Alcançada esta meta, em setembro de 2011 o governo federal lança o Programa Minha Casa Minha Vida 2, cujos recursos e ações procuravam atender às demandas apresentadas pelas avaliações da primeira etapa do Programa, a exemplo da melhora nos padrões construtivos das unidades e a permissão da utilização de soluções energéticas sustentáveis nos empreendimentos (CARDOSO; ARAGÃO, 2013).

Os documentos que instituíram o Programa trouxeram avanços significativos relacionados à regularização fundiária e ao direcionamento de grande volume de subsídios para o atendimento de famílias de baixa renda. Todavia, a predominância de agentes do setor empresarial da construção civil no Programa rendeu às cidades a continuidade de problemas relacionados à “localização inadequada de grandes conjuntos habitacionais” (MARICATO, 2014, p. 76), reforçando padrão há longo tempo ocorrido nas políticas habitacionais.

Apesar de se apresentar como medida de enfrentamento à crise econômica e resposta ao déficit habitacional brasileiro (alocando recursos especialmente à população de baixa renda), as principais críticas ao Programa recaem: a) na contradição entre os objetivos de combate à crise e os de combate ao déficit habitacional; b) no forte papel do setor empresarial dentro do Programa (BONDUKI, 2009; FIX; ARANTES, 2009; SHIMBO, 2010; CARDOSO; ARAGÃO, 2013; NISIDA et al., 2015); c) na reprodução do padrão de segregação socioespacial das cidades, o que vai de encontro ao que preconizam a política urbana e o Estatuto da Cidade (BONDUKI, 2009; FIX; ARANTES, 2009; CARDOSO; ARAGÃO, 2013; BALBIM; KRAUSE, 2014; NISIDA et al., 2015; GRAZIA; MELO, 2017). Tais fatos ocorrem mesmo diante de orientações na Lei do PMCMV para que os empreendimentos sejam construídos em áreas urbanas consolidadas e que os municípios implementem instrumentos do Estatuto da Cidade (ROLNIK et al., 2010).

Há problemas históricos nas ações públicas voltadas à habitação, e, por essa razão, movimentos sociais e entidades há muito cobram o exercício do controle social e o ideal de cidades justas e sustentáveis (SANTOS, 2016; GRAZIA; MELO, 2017). Reivindicações

dessa natureza trouxeram para o cenário das políticas habitacionais a necessidade de incorporação de elementos de participação e controle social, a exemplo do Trabalho Social (TS), cujas concepções

adquiriram conteúdos diferenciados conforme as conjunturas históricas que atravessaram as políticas urbanas e habitacionais desde os anos 1950, que, de conservadoras, sanitaristas e assistencialistas, passaram a ser concepções que contribuem para a construção da cidadania. A partir de 2000, o TS foi incorporado na política habitacional nacional, passando a ser considerado, até mesmo, no custo do empreendimento (GRAZIA; MELO, 2017, pp. 353-354).

O TS em habitação está presente no Brasil desde o período de 1968 a 1986, quando o então Banco Nacional de Habitação (BNH) definiu a Política Nacional de Habitação e Saneamento com base em ações conduzidas pelas chamadas Companhias de Habitação (COHABs). O TS assumia, naquele período, o propósito de contribuir para a manutenção dos conjuntos habitacionais construídos e de seus equipamentos, com nítido caráter administrativo e mais orientado à seleção da demanda. De outra forma, o TS, de responsabilidade dos Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOPs), tinha o caráter de orientação às cooperativas habitacionais desde a elaboração de projetos até a mudança das famílias para as novas unidades habitacionais.

A partir de 1972 os INCCOOPs sinalizaram para o compromisso do BNH de dar suporte ao TS, o que permitiu a configuração de metodologias e diretrizes para o trabalho social em habitação. Em 16 de janeiro de 1975 o TS foi originalmente institucionalizado em nível nacional, nos diversos programas geridos e ofertados pelo BNH, o que se deu por meio da Resolução de Diretoria 40/75 (PAZ; TABOADA, 2010). Ao longo das duas décadas seguintes o TS foi, então, introduzido em programas brasileiros de habitação com diferenças na configuração a depender da época e do objetivo.

Em anos recentes, no âmbito do PMCMV, o primeiro registro de regulamentação do TS se deu a partir da Instrução Normativa nº 8 de 26 de março de 2009, posteriormente modificada pela Portaria nº 21 de 22 de janeiro de 2014. A Portaria apresenta as condições para a operacionalização do TS em intervenções de habitação e saneamento objetos de operações de repasse/financiamento firmadas tanto com o setor público quanto com entidades sem fins lucrativos; intervenções inseridas no PAC e demais programas que envolvam o deslocamento involuntário de famílias; bem como em empreendimentos firmados no âmbito do PMCMV, em todas as suas modalidades. O trabalho social, agora, diz respeito a

um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados (BRASIL, 2014a, p. 5).

A mencionada Portaria apresenta as orientações para a operacionalização do TS e, especificamente, para o atendimento ao PMCMV. Ocorre, originalmente, pela submissão de um Projeto do Trabalho Social (PTS) por ente público – administração do Distrito Federal, dos estados ou municípios, ou, respectivos órgãos das administrações direta e indireta – à Caixa Econômica Federal (CEF) ou ao Banco do Brasil, a quem compete a análise e aprovação para que seja firmado convênio e o valor referido possa ser repassado ao requerente responsável pela execução.

Ao firmar o convênio, o ente público se responsabiliza pela definição de execução do TS (direta ou mista) e pela gestão e fiscalização do contrato de execução, quando realizada de forma mista, bem como pela articulação e integração de políticas públicas em todas as fases da implementação. Quanto à elaboração do PTS, é obrigatório que este observe os eixos de *mobilização, organização e fortalecimento social; acompanhamento de Gestão Social da intervenção; educação ambiental e patrimonial; e desenvolvimento socioeconômico*, contemplando os temas *mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental, e geração de trabalho e renda*, conforme consta no Manual de Instruções do Trabalho Social.

Uma vez concebido o PTS, previsto para ocorrer oito meses antes da assinatura do contrato com o beneficiário ou da mudança das famílias (conforme orientação da Portaria nº 21 de 22 de janeiro de 2014), deve o ente público responsável pela execução elaborar, junto à comunidade beneficiária, um Plano de Desenvolvimento Socioterritorial (PDST). O PDST

é elaborado a partir da consolidação das ações previstas e das articulações intersetoriais, visando à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e à integração territorial dos beneficiários. Deve ser apresentado pelo Ente Público e aprovado pela Instituição Financeira, conforme indicado no cronograma do PTS até, no máximo, o final da Fase de Obras. Deve ser iniciado após a assinatura do contrato ou a mudança das famílias e ter duração de até 12 (doze) meses (BRASIL, 2014a, p. 31).

O PDST tem papel importante no PMCMV por ser uma forma de articulação entre entes públicos e a comunidade beneficiária, constituindo-se em instrumento orientador das ações do PTS no efetivo atendimento a demandas da comunidade. Pode utilizar, para tanto, potencialidades locais. Apesar da importância conferida ao Trabalho Social no âmbito do PMCMV, trata-se, ainda, de instrumento público permeado por contradições (WÜSTH, 2015; MACHADO, 2012) e por consideráveis desafios em sua execução (WÜSTH, 2015; GRAZIA; MELLO, 2017).

As ações de TS, a princípio, são de responsabilidade dos entes públicos que recebem os empreendimentos habitacionais – administração pública do Distrito Federal, dos estados e municípios, ou, respectivos órgãos das administrações direta e indireta. Contudo, Cardoso, Jenisch e Aragão (2017) destacam efeitos negativos da restrita participação dos municípios na sustentabilidade do Programa, pois,

o que vinha sendo construído progressivamente pelo SNHIS era um modelo que sinalizava às administrações locais a necessidade de investir em capacidade institucional e em abrir espaços participativos na gestão local. Isso poderia significar, a médio e longo prazo, a criação de um sistema que fosse mais eficaz e eficiente no atendimento às demandas locais e que pudesse, de forma mais efetiva, criar modelos de intervenção capazes de evitar ou reduzir o impacto dos problemas acima apontados. A brusca interrupção do funcionamento do SNHIS sinalizou aos municípios que não seria absolutamente necessário investir em capacidade institucional, já que a única coisa que lhes era solicitada no novo programa era cadastrar a população e comparecer às inaugurações. Com isso, perdeu-se a oportunidade de consolidar práticas mais universalistas e eficientes de ação local que permitissem a construção de uma política habitacional mais sustentável (CARDOSO; JAENISCH; ARAGÃO, 2017, p. 44).

Especificamente no estado do Rio Grande do Norte, parcela restrita de municípios realiza o TS e, em alguns casos, tal instrumento tem sido empregado de modo inapropriado, com destaque para a concepção unilateral, sem qualquer participação por parte dos interessados (CARDOSO, 2015; OLIVES, 2017). Estudo recente, realizado na Região Metropolitana de Natal/RN (OLIVES, 2017), caracterizou como não efetivo o TS em empreendimentos dos municípios de Natal, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante, visto que, ou não foi realizado, ou, foi realizado de modo precário.

No município de São Gonçalo do Amarante, em especial, a pesquisa (OLIVES, 2017) foi realizada no Condomínio VI do Residencial Ruy Pereira dos Santos (RRPS), onde foram identificados empecilhos à execução do TS, dentre os quais, carências na articulação com outras políticas públicas e na estrutura das secretarias municipais de habitação (ou

congêneres), justificando a terceirização do trabalho para empresas de consultoria ou Organizações Não Governamentais (ONGs). Olives (2017) constatou, além da não participação dos beneficiários na concepção do PTS, limitado interesse pelas atividades ocorridas e negação de propostas voltadas ao empoderamento dos moradores. Tendo como foco empreendimentos no estado do Rio Grande do Norte, Cardoso (2015) tomou como uma de suas referências o Conjunto Jomar Alecrim, empreendimento do PMCMV sob a tipologia de casas térreas, localizado no entorno do Residencial Ruy Pereira no município de São Gonçalo do Amarante. A pesquisa identificou que no local, diferente do Condomínio Ruy Pereira VI (CRP-VI) onde houve execução do PTS, não ocorreram ações de trabalho social, contudo foram identificados atributos de Gestão Social e resultados de ações de determinados grupos religiosos e produtivos na região, o que serviu como indicativo da “importância da Gestão Social como caminho para a convivência harmoniosa das pessoas e para o aprimoramento das condições de habitabilidade nos conjuntos do PMCMV” (CARDOSO, 2015, p. 71).

Considerando que os primeiros eixos do PTS devem ser *mobilização, organização e fortalecimento social e acompanhamento de Gestão Social da intervenção*, torna-se oportuno avançar na compreensão da qualidade da Gestão Social nos empreendimentos do PMCMV alinhando-a à dimensão da organização comunitária.

Frente a resultados e lacunas deixadas por pesquisas anteriores no tocante ao processo de concepção, implementação e avaliação do trabalho social e à organização comunitária no âmbito do PMCMV, a presente pesquisa parte das seguintes premissas:

a) dificuldades à vida comunitária predominam, de modo particular, no cotidiano de condomínio da faixa 1 do PMCMV [Condomínio Ruy Pereira I], considerando as diferenças socioeconômicas entre os beneficiários que detêm renda familiar entre zero e três salários mínimos;

b) para além de problemas estruturais, de construção civil, e de mobilidade e acesso à cidade, os conjuntos habitacionais do PMCMV requerem gerência comum como organização, ou seja, gestão coletiva de um lugar de modo a favorecer a superação de desafios da vida comunitária e a pactuação de interesses e expectativas entre os beneficiários;

c) o engajamento e participação das famílias beneficiárias na gestão do empreendimento conduzem à estabilidade nas relações sociais e à identidade com o lugar, propiciando espaço de aproximação entre as pessoas e de diálogo e confiança mútua.

Para o desenvolvimento da pesquisa em pauta foi estudado o Residencial Ruy Pereira dos Santos, empreendimento da faixa 1 do PMCMV sob a tipologia de condomínio,

localizado no município de São Gonçalo do Amarante. Trata-se de empreendimento com 1.800 unidades habitacionais, segmentado em seis condomínios contendo 300 moradias cada. Dos seis condomínios, quatro foram entregues (em fevereiro de 2016) e receberam ações de trabalho social (até janeiro de 2018). Este fato acarreta, por um lado, ambiente favorável à análise da participação e organização social dos moradores (por já ter recebido ações de trabalho social), e, por outro lado, possibilidades de conflitos e desafios de convivência.

Frente aos enunciados anteriormente citados, o presente estudo guia-se pela seguinte questão central: *como processos de gestão social, especificamente de organização comunitária, promovem o engajamento e a Participação dos beneficiários da faixa 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida?* O objetivo é sistematizar desafios e oportunidades de iniciativas de organização comunitária na faixa 1 do PMCMV à luz de categorias de Participação e elementos de Gestão Social. Os objetivos intermediários da pesquisa são: i) Identificar as principais dificuldades à vida comunitária no empreendimento; ii) Investigar os elementos que influenciam as relações sociais no Condomínio e a identidade dos moradores com o lugar; e iii) Analisar o engajamento e participação dos beneficiários na gestão e organização comunitária do empreendimento.

O estudo parte do pressuposto de que pessoas desconhecidas, ao constituírem espaços comuns de diálogos, tendem a criar possibilidades de coesão e relações estáveis. De modo complementar, uma vez aproveitadas habilidades e competências endógenas, haverá tendência à estabilidade e à redução de vulnerabilidades sociais, frente ao engajamento coletivo que gera “autodependência” (MAX-NEEF, 2012) e proximidades enquanto favorece o estabelecimento de laços de confiança. O presente estudo aborda participação e Gestão Social em empreendimento do PMCMV na tipologia⁵ apartamento em *condomínio fechado* (e não de casas, conforme pesquisa anterior desenvolvida por Cardoso em 2015). Tal propósito, em termos de pertinência acadêmica, dá continuidade à pesquisa anterior no PMCMV, fomentada pelo Edital MCTI/CNPq/MCIDADES N° 11/2012 e desenvolvida pela *Organização de Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Solidárias e Estudos no Terceiro Setor* da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Oasis/UFRN), o que deu origem à dissertação de Cardoso (2015). Como distinção em relação à pesquisa de Olives (2017), o presente estudo avança na discussão da organização comunitária para além do trabalho social.

⁵ As tipologias arquitetônicas apresentadas pelo Programa variam entre construções horizontais (casas térreas), verticais (blocos ou torres de apartamentos) e empreendimentos mistos (que abrangem simultaneamente mais de uma tipologia).

A escolha pelo tema da organização comunitária no PMCMV decorre do interesse da mestranda pela Gestão Social, explicada por integrar a equipe Oasis/UFRN desde o ano de 2015. Norteada por preceitos de Gestão Social, a relevância desta dissertação reside, do ponto de vista acadêmico, na inserção da temática organização comunitária em empreendimentos do PMCMV da tipologia condomínio de apartamentos. A pesquisa apresenta-se como contribuição à compreensão de dimensões de gestão pública governamental e não-governamental no que se refere ao direito à moradia digna e à participação dos beneficiários na resolução de demandas comunitárias.

Reforça a relevância da presente pesquisa o fato de que, a partir de buscas no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelas expressões *Minha Casa, Minha Vida*, *MCMV* e *PMCMV*, são encontradas apenas três dissertações (SOUZA, 2013; CARDOSO, 2015; REIS, 2015) com foco em *organização comunitária* e/ou *Gestão Social*, constatação procedente da apreciação do título, do resumo e das palavras-chave. O interesse pelo PMCMV, todavia, é significativamente maior, com 412 ocorrências (entre teses e dissertações), das quais, 201 contendo expressões *Programa Minha Casa, Minha Vida*; *Minha Casa, Minha Vida* ou suas siglas correspondentes (PMCMV e MCMV) no título (Apêndice A). Tais registros avalizam a pertinência acadêmica da presente pesquisa considerando o fato de estar, por um lado, direcionado a um objeto de interesse nacional, e, por outro, voltado ao preenchimento de lacunas na compreensão de fenômenos de organização comunitária e de gestão social no PMCMV.

A Gestão Social é contemplada para “identificar como ocorre a participação social, por meio dos conselhos gestores municipais, na gestão do Programa Minha Casa Minha Vida –PMCMV, Habitação de Interesse Social, no município de Abaetetuba no estado do Pará” (SOUZA, 2013, p. 6), e, para “analisar a atuação de síndico e conselho consultivo em um condomínio implantado pelo Programa Minha Casa Minha Vida, no município de Belo Horizonte, para gerir o condomínio” (REIS, 2015, p. 5). Apenas Cardoso (2015), referido anteriormente, trouxe elementos de organização comunitária ao tratar de conteúdos do Projeto Técnico de Trabalho Social (PTTS) em conjuntos habitacionais de casas. Conforme registrado anteriormente, o presente caso pauta a organização comunitária em um condomínio residencial de apartamentos.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), especificamente, há 12 teses e dissertações abordando, como elemento central, o PMCMV. Esses estudos – detalhados no tópico seguinte – focam quatro dimensões: projeto arquitetônico (ALVES, 2012); acesso e mobilidade (SILVA, 2014); política pública (FERREIRA, 2016; MOURA,

2016; BARRETO, 2016; COSTA, 2016; SILVA, 2016a; SILVA, 2016b; COSTA, 2017; NASCIMENTO, 2017); trabalho social e Gestão Social (CARDOSO, 2015; OLIVES, 2017). Apenas um estudo é do campo da Administração (CARDOSO, 2015). Pelo fato da dissertação de Cardoso (2015) enfocar a organização comunitária e a Gestão Social, é a partir dele que a presente dissertação progride.

Esta dissertação encontra-se assim estruturada: nesta seção introdutória é apresentado o PMCMV, sua contextualização na política habitacional brasileira pós-Constituição Federal de 1988, suas características, as críticas apresentadas ao Programa, a previsão do trabalho social e a forma como a Gestão Social é inserida no Programa. A introdução apresenta também esta dissertação, seus objetivos, justificativas, entre outros elementos característicos. Na segunda seção é apresentada detalhadamente a busca pelas produções em nível de pós-graduação na UFRN sobre o PMCMV. A terceira seção apresenta o referencial teórico sobre Gestão Social e Participação, indicando o arcabouço teórico que sustentará a análise dos dados oriundos da pesquisa de campo. A quarta seção detalha os procedimentos metodológicos adotados para a realização do estudo e as justificativas de tais escolhas metodológicas, nele encontram-se as fases e momentos da pesquisa, tanto bibliográfica quanto de campo, que ensejaram na realização desta dissertação. Na quinta seção segue a análise e discussão dos resultados identificados na pesquisa de campo realizada. Na sexta e última seção são apresentadas as considerações finais do estudo e os principais achados da pesquisa.

2 A PESQUISA NO PMCMV: estado da arte à luz da produção na UFRN

Esta seção sistematiza o estado da arte da produção acadêmica no PMCMV tomando como referência a no âmbito da UFRN. Intenta, desse modo, contextualizar a presente pesquisa no espaço e no tempo com base na identificação do objeto dos estudos e das perspectivas teórico-metodológicas adotadas e da área do conhecimento onde se realizou o estudo. O exercício de classificação da pesquisa em nível de pós-graduação *stricto sensu* na UFRN, possibilita tanto a definição do *locus* quanto a qualificação da relevância da presente dissertação no conjunto dos estudos que ocorrem no PMCMV. Concebido em 2009, o PMCMV é objeto de estudo recente no meio acadêmico e, uma vez que prevê legalmente a integração com outras políticas públicas, várias são as áreas interessadas em suas ações.

A opção pelo recorte na sistematização da produção na UFRN diz respeito ao fato de que, apesar do PMCMV ocorrer em âmbito nacional, a articulação entre instâncias estaduais e municipais, bem como as reconhecidas características e diferenças locais, conferem distinções, também, à operacionalização do Programa nos diversos estados. Deste modo, a opção pelas pesquisas na UFRN contempla o que se tem estudado no Rio Grande do Norte a partir da Instituição universitária mais antiga do estado, maior em termos de cursos e número de alunos e com impacto acadêmico mais significativo no tocante à produção científica e ao volume de pós-graduação *stricto sensu*.

Para a busca foi utilizado o Repositório Institucional da UFRN, plataforma virtual que armazena e disponibiliza teses, dissertações, artigos científicos publicados, entre outros trabalhos acadêmicos procedentes da Instituição. Dentro do Repositório, a pasta utilizada para a busca foi a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), que congrega tais tipologias de trabalho dos diversos Programas de Pós-graduação da Universidade. A expressão “Minha Casa Minha Vida” foi utilizada (com aspas) como palavra-chave de busca dentro do BDTD, gerando 93 ocorrências de teses e dissertações que continham a expressão. O resultado desta primeira busca apresentou todos os trabalhos que continham a expressão *minha casa, minha vida* no corpo do texto, independentemente da temática central pesquisada. Por este motivo, foi considerado como critério de inclusão a presença da expressão *Programa Minha Casa Minha Vida*, ou da respectiva sigla *PMCMV*, no título, visto que este critério é suficiente para denotar que os trabalhos realizados assumiram o Programa como objeto de estudo. A aplicação de tal critério resultou em 12 ocorrências (Quadro 1).

Quadro 1 – Produção no PMCMV em nível de pós-graduação *stricto sensu* (UFRN, 2012-2017)

AUTORIA E ANO	PROGRAMA	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE
ALVES, André Felipe Moura. 2012	Arquitetura e Urbanismo	Todo brasileiro merece nível “A”: habitação multifamiliar para o Programa Minha Casa Minha Vida energeticamente eficiente	Habitação de interesse social. Eficiência energética. Projeto de arquitetura.
SILVA, Analúcia de Azevedo. 2014	Estudos Urbanos e Regionais	Um sonho distante: reflexões sobre acessibilidade nos conjuntos habitacionais do PMCMV Faixa 1 na região metropolitana de Natal	Acessibilidade. Programa Minha Casa Minha Vida. Região Metropolitana de Natal. Habitação de Interesse Social. Localização. Transporte público coletivo.
CARDOSO, Bruno Luan Dantas. 2015	Administração	Para uma Gestão Social no Programa Minha Casa, Minha Vida: reflexões acerca da organização comunitária em empreendimentos da Faixa 1.	Gestão Social. Programa Minha Casa, Minha Vida. Política habitacional. Associação de moradores.
FERREIRA, Glenda Dantas. 2016	Arquitetura e Urbanismo	Produção habitacional, agentes e território: uma análise do PMCMV na RMNatal (2009-2014).	Habitação de interesse social. Programa Minha Casa, Minha Vida. Região Metropolitana. Agentes do imobiliário.
MOURA, Jéssica Morais de. 2016	Arquitetura e Urbanismo	Programa Minha Casa, Minha Vida e plano diretor: habitação e política urbana na região metropolitana de Natal.	Políticas habitacional e urbana. Programa Minha Casa, Minha Vida. Plano diretor. Macrozoneamento.
BARRETO, Marcio Pereira. 2016	Arquitetura e Urbanismo	Programa Minha Casa, Minha Vida em municípios de pequeno porte: efeitos na microrregião de Baixa Verde/RN.	Microrregião de Baixa Verde. Rio Grande do Norte. Política habitacional. Política urbana. Programa Minha Casa, Minha Vida.
COSTA, Simone da Silva. 2016	Arquitetura e Urbanismo	Provisão habitacional e a (des)construção do direito à cidade: um olhar sobre a ação civil pública como instrumento de avaliação do PMCMV.	Provisão habitacional. Direito à cidade. Programa Minha Casa Minha Vida. Ação civil pública. Habitação Social.
SILVA, Suzete Câmara da Silva. 2016	Geografia	Política habitacional e planejamento territorial no Brasil: o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) no município de Ceará-Mirim-RN, no período 2009-2014.	Programa Minha Casa, Minha Vida. Ceará-Mirim-RN, Avaliação de efetividade. Planejamento territorial urbano.
OLIVES, Sara Judy Christie de. 2017	Estudos Urbanos e Regionais	Desafios e fragilidades do Trabalho Social no Programa Minha Casa, Minha Vida na Região Metropolitana de Natal	Trabalho Social. Programa Minha Casa Minha Vida. Habitação de interesse social. Região metropolitana de Natal.
SILVA, Igor Bruno Pinheiro da. 2017	Estudos Urbanos e Regionais	O impacto do Programa Minha Casa Minha Vida, em Ceará-Mirim na mobilidade social das famílias beneficiadas faixa 1.	Vivência; Programa Minha Casa, Minha Vida; Região Metropolitana de Natal; Mobilidade social; Renda
COSTA, Suzana Carolina dos Santos Dutra de Macedo. 2017	Estudos Urbanos e Regionais	Cidadania e casa própria: como essa relação se manifesta? Uma análise a partir do Programa Minha Casa Minha Vida no Conjunto Residencial Vivendas do Planalto em Natal/RN.	Moradia; Casa própria; Cidadania; Cidade; Mercado; Consumo.
NASCIMENTO, Eduardo Alexandre do. 2017	Geografia	O Programa Minha Casa Minha Vida no Rio Grande do Norte: uma análise comparativa da habitação popular em contextos urbanos distintos.	PMCMV; Rio Grande do Norte; Política habitacional; Recortes espaciais.

Fonte: dados da pesquisa (2018).

A apreciação do objeto de estudo permite a identificação de quatro dimensões: projeto arquitetônico (ALVES, 2012); acesso e mobilidade (SILVA, 2014); política pública (FERREIRA, 2016; MOURA, 2016; BARRETO, 2016; COSTA, 2016; SILVA, 2016a; SILVA, 2016b; COSTA, 2017; NASCIMENTO, 2017); trabalho social e Gestão Social (CARDOSO, 2015; OLIVES, 2017). Um único estudo na dimensão *projeto arquitetônico* (ALVES, 2012), contempla proposta de edificação multifamiliar para o PMCMV com foco no nível de eficiência energética. A base teórica é a revisão de elementos históricos da habitação de interesse social (HIS) no Brasil e conforto térmico, a partir do que propôs um projeto arquitetônico energeticamente eficiente para melhor atender à multiplicidade de arranjos familiares.

A dimensão *acesso e mobilidade*, por sua vez, tem como referência a análise de elementos relacionados à localização dos empreendimentos do PMCMV e, consequentemente, à mobilidade dos beneficiários e ao acesso aos empreendimentos. Silva (2014), sob a ótica de processo de periferização, tratou de acessibilidade a empreendimento da faixa 1. O conceito de acessibilidade foi utilizado do modo como se encontra na Política Nacional de Mobilidade Urbana. A partir dele, foram analisados empreendimentos de 8 cidades da Região Metropolitana de Natal, no que se refere ao acesso à cidade, considerando as categorias localização dos empreendimentos, transporte público coletivo e disponibilidade de bens e serviços públicos no entorno. O resultado apontou restrições à acessibilidade como geradoras de exclusão social e cidadania, privando os beneficiários do direito à cidade.

As pesquisas da dimensão *política pública* caracterizam-se por examinar a política habitacional pontuando efeitos diretos, implicações e relações com outros instrumentos legais. Essa categoria congrega a maior parte da pesquisa na UFRN (FERREIRA, 2016; MOURA, 2016; BARRETO, 2016; COSTA, 2016; SILVA, 2016a; SILVA, 2016b; COSTA, 2017; NASCIMENTO, 2017). A efetivação do direito à cidade é o viés da tese de Costa (2016), que discute ação civil pública como instrumento de avaliação do PMCMV. Com base na revisão do conceito de direito à moradia e à cidade e das políticas habitacionais implementadas pelo governo federal a partir de 1940, a autora analisa ações civis públicas ajuizadas pelo Ministério Público Federal e identifica que, mesmo em contextos democráticos, a ausência de participação da sociedade na formulação da provisão habitacional “acirra a luta pelo solo urbano, conduzindo ao processo de judicialização da política, ou seja, a intervenção direta do Poder Judiciário nos atos do poder executivo” (COSTA, 2016, p. 6). A autora ressalta que a carência de gestão democrática na formulação e execução da política traz obstáculos ao acesso de pobres à terra urbanizada, gerando a não efetivação do direito à cidade.

Em perspectiva semelhante, a dissertação de Costa (2017) teve como objetivo compreender os efeitos da política de moradia na consolidação da Cidadania como elemento de integração ao Direito à Cidade, tendo como referência o objeto Cidadania e Moradia. Os resultados do estudo apontaram para a ideia de que

a aquisição da casa própria por um programa do Governo gera no indivíduo a sensação de pertencimento social, concedendo-lhe, implicitamente o *status* de ‘cidadão’, na medida em que ao sair de condições ilegais e/ou irregulares de moradia e assumir deveres advindos de uma moradia legal e regular o indivíduo passa a se sentir portador de direitos, com voz e vez para reivindicá-los perante o Estado, no entanto essa não é a cidadania plena (COSTA, 2017, p. 5).

O diálogo entre o PMCMV e instrumentos de desenvolvimento urbano é apresentado por Moura (2016) em sua dissertação, que tomou como referência o plano diretor para analisar a política urbana na região metropolitana de Natal. A partir de teorias de moradia e acesso à terra, produção habitacional urbana e PMCMV e de macrozoneamento, o objeto de estudo reside na localização, analisando o modo como os empreendimentos se encontram referenciados nos planos diretores dos municípios de Ceará-Mirim, Extremoz, Macaíba, Natal, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante. A partir do estudo, Moura (2016) identificou que “a relação entre a implantação de empreendimentos pelo PMCMV e o plano diretor apresenta especificidades, que, em parte, dialoga com o normativo do Programa, porém, gera conflitos de uso e ocupação do solo” (MOURA, 2016, p. 131).

Barreto (2016) aborda, em sua dissertação, efeitos do PMCMV na microrregião de Baixa Verde/RN. A partir do referencial teórico voltado à cidade e ao espaço urbano, habitação de interesse social (HIS) e políticas habitacionais no Brasil, o autor estudou o acesso da parcela populacional de menor poder aquisitivo à política habitacional e a integração dos empreendimentos do PMCMV à urbanidade. Todavia, destaca aspectos de segregação, apesar destes apresentarem-se em distintos padrões de apreensão que dificultam a não observação de tal problemática pela política urbana.

A mesma perspectiva é utilizada por Silva (2016a) ao analisar resultados do PMCMV no município de Ceará-Mirim/RN, buscando compreender, a partir de referências à política habitacional, ao planejamento territorial e à Política Nacional de Habitação no Brasil, em que medida a política pública habitacional interfere no planejamento territorial urbano. A pesquisa evidencia que em Ceará-Mirim ocorreu uma saturação urbana central, impulsionando a periferação e, por causa disso, restrita efetividade da Política Nacional de Habitação. Tal fenômeno exige, por parte dos formuladores da política de habitação local, maior atenção às

carências e vulnerabilidades sociais existentes no município, diante da relevância da política pública em pauta.

A ideia da construção em larga escala promovida pelo PMCMV no Rio Grande do Norte e dos resultados desta, pautou a tese de Nascimento (2017), que buscou analisar o processo e os resultados do desenvolvimento desigual do PMCMV sobre a realidade urbana do RN, a partir da influência dos conteúdos particulares de três tipologias urbanas distintas. Seus resultados indicaram a concretização do desenvolvimento desigual do PMCMV no Estado devido a três fatores distintos: 1) a mercadificação da política habitacional; 2) uso do PMCMV como recurso político-eleitoral; e 3) a inter-relação da política habitacional com os arranjos e constituintes da situação geográfica de cada recorte estudado. Baseado na teoria do ajuste espacial, o autor abordou o caráter anticíclico do Programa ressaltado como “a cooptação de seus recursos e estruturas por interesses político-eleitorais” (NASCIMENTO, 2017, p. 261).

A estruturação da produção habitacional de interesse social na Região Metropolitana de Natal (RMNatal) é o foco da tese de Ferreira (2016). A pesquisa foi feita a partir de teorias de habitação, produção do espaço e agentes, e, habitação no Brasil contemporâneo. Ferreira (2016) identificou que a habitação de interesse social como tem sofrido forte tendência de interiorização periférica, protagonizada pelo setor privado, que a considera mercadoria especial que tem lugar de destaque no setor econômico. Por outro lado, o poder público tem deixado em segundo plano o planejamento e a gestão (integração entre políticas públicas), o que garantiria a efetivação de habitações adequadas. A autora aponta, assim, desafios e limites impostos pelo PMCMV à organização social do território numa perspectiva multiescalar.

Tendo também como referência a RMNatal, a dissertação de Silva (2016b) abordou o impacto do PMCMV no município de Ceará-Mirim. Com abordagem sociológica sobre a mobilidade social, o estudo identificou “uma estagnação da questão relativa ao acesso a serviços no local [...], a alteração do *status* da população [...] e uma mobilidade social mais horizontalizada, com pequenas variações no tocante à renda e consumo” (SILVA, 2017a).

A dimensão *trabalho social e Gestão Social* é contemplada nos trabalhos de Cardoso (2015) e Olives (2017). O aspecto da gestão, elencado por Ferreira (2016) como deficitário no PMCMV, foi objeto de estudo da dissertação de Cardoso (2015), cujo objetivo reside em compreender atributos de Gestão Social à organização comunitária em empreendimentos da faixa 1. O autor observa o Programa a partir de uma perspectiva diferente das demais até então estudadas, visto que traz o trabalho social à centralidade da discussão, apresentando cenários e caracterizando conteúdos do PTTS à luz de elementos de Gestão Social. Bases

conceituais e um modelo teórico de Gestão Social (CANÇADO, 2011) serviram como referenciais à leitura de debilidades nas capacidades de autonomia e organização comunitária por parte dos beneficiários e no papel do poder público na condução de problemas do cotidiano por eles enfrentados. O autor evidenciou especificamente carências na compreensão de bem-estar coletivo e na dimensão esfera pública, dificultando finalidades emancipatórias, objeto finalístico do modelo de Gestão Social que utilizou.

Mais recentemente, o trabalho de Olives (2017) também trouxe ao centro da discussão o trabalho social no PMCMV. O referencial teórico versa a respeito do trabalho social na política habitacional brasileira e no PMCMV. Em seu estudo, cujo objetivo consistiu em analisar a efetividade do trabalho social no PMCMV na Região Metropolitana de Natal, Olives (2017) identifica o trabalho social como permeado por interesses econômicos e políticos em todas as fases de execução. A autora destaca o impacto do Programa, seu forte viés econômico e a segregação espacial resultante, reforçando o trabalho social como um “componente essencial da política habitacional e urbana no PMCMV, na medida que promoveria o exercício da participação e do protagonismo social das famílias beneficiárias” (OLIVES, 2017, p. 125), conforme recomenda o Manual de Instruções do Trabalho Social (BRASIL, 2014a).

A pesquisa evidencia que, nos empreendimentos pesquisados, não ocorreu a efetivação do projeto social, ou, ocorreu de modo precário, com descontinuidades de ações educativas estruturantes na fase pré-construção (dos empreendimentos), inadequação na composição ou qualificação das equipes municipais, carência de articulação com outras políticas públicas e terceirização do trabalho social para organizações não-governamentais e empresas privadas (OLIVES, 2017). Evidencia, assim, que o trabalho social esteve permeado por interesses políticos e econômicos, funcionando, em alguns municípios, como moeda de troca eleitoral. Evidencia, ainda, a existência de diversos problemas referentes à gestão condominial, em virtude da forma de implementação não corresponder ao perfil socioeconômico e cultural das famílias atendidas. A pesquisadora conclui que o trabalho social, na forma como tem sido implementado, precisa ser repensado, de modo a se tornar integrador entre os beneficiários do Programa e o novo ambiente social no qual se inserem, indo além de atividades pontuais com moradores e se tornando mais participativo e integrado a outras políticas públicas (OLIVES, 2017).

Os trabalhos analisados são oriundos de quatro Programas de Pós-Graduação da UFRN: Arquitetura e Urbanismo (ALVES, 2012; FERREIRA, 2016; MOURA, 2016; BARRETO, 2016; COSTA, 2016), Estudos Urbanos e Regionais (SILVA, 2014; SILVA,

2016b; COSTA, 2017; OLIVES, 2017), Administração (CARDOSO, 2015) e Geografia (SILVA, 2016a; NASCIMENTO, 2017). Dos trabalhos do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU), apenas a dissertação de Alves (2012) orientada pelo professor Aldomar Pedrini, do grupo de pesquisa *Conforto Ambiental e Eficiência Energética* (UFRN) tem foco em tema específico da área, qual seja, projeto arquitetônico, enquanto os demais discutem política habitacional – orientados por Françoise Dominique Valéry (BARRETO, 2016; COSTA, 2016) e Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha (FERREIRA, 2016; MOURA, 2016), pesquisadoras do grupo *Estudos Contemporâneos do Habitat – ECOHabitat* (UFRN), do qual os autores também fazem parte.

Os trabalhos do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR) têm foco e vinculação a grupos de pesquisa distintos. A dissertação de Silva (2014), orientada pela professora Soraia Maria do Socorro Carlos Vidal, do *Grupo de Estudos Demográficos* (UFRN), abordou acessibilidade em empreendimentos do PMCMV; a dissertação de Olives (2017), orientada pelo professor Robério Paulino Rodrigues do grupo de pesquisa *Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável no Semiárido (Caatingueiros)* - UFRN, estudou desafios e fragilidades do trabalho social no PMCMV; e as dissertações de Silva (2016b) e Costa (2017), orientadas pelo professor Alexandre Ferreira Cardoso da Silva, do grupo de pesquisa *Estado e Políticas Públicas* – UFRN, abordaram respectivamente o impacto do PMCMV na mobilidade social das famílias beneficiárias e a relação entre Cidadania e Moradia.

A dissertação do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) apresentou discussão acerca da Gestão Social no PMCMV (CARDOSO, 2015), tendo como objeto o trabalho social, do mesmo modo que Olives (2017). Cardoso (2015) abordou, todavia, o objeto projeto de trabalho técnico-social com viés na organização comunitária. Único estudo na área da Administração, tem autor e orientador – professor Washington José de Sousa – vinculados à *Organização de Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Solidárias e Estudos no Terceiro Setor* (OASIS), grupo e linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA).

As pesquisas provenientes do Programa de Pós-Graduação em Geografia foram: a dissertação de Silva (2016a), que teve abordagem voltada à análise do PMCMV no município de Ceará-Mirim/RN, tendo sido orientada pelo professor Francisco Fransualdo de Azevedo, pesquisador do grupo *Unidade Interdisciplinar de Estudos sobre a Habitação e o Espaço Construído* (UFRN), e abordou dinâmicas urbanas de uso e ocupação do solo e consequentes influências no PMCMV; e a tese de Nascimento (2017), orientada pelo professor Ademir

Araújo da Costa, da *Unidade Interdisciplinar de Estudos sobre a Habitação e o Espaço Construído* – UFRN, que trabalhou a análise comparativa da habitação popular em contextos urbanos distintos. O Quadro 2 sintetiza as categorias identificadas, o programa onde se realizou o estudo e o número de ocorrência por categoria.

Quadro 2: Produções da UFRN no PMCMV em nível de pós-graduação *stricto sensu*

Categorias	Programa	Quantidade
Projeto arquitetônico	Arquitetura e Urbanismo	1
Acesso e mobilidade	Estudos Urbanos e Regionais	1
Política Pública	Arquitetura e Urbanismo	4
	Geografia	2
	Estudos Urbanos e Regionais	2
Trabalho social e Gestão Social	Administração	1
	Estudos Urbanos e Regionais	1
Total de pesquisas na pós-graduação <i>stricto sensu</i> na UFRN		12

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Os trabalhos pesquisados evidenciam fenômenos comuns ao PMCMV, com destaque ao processo de periferização da população de baixa renda e problemas socioeconômicos dele decorrentes. Outras problemáticas são narradas a partir de padrão de projeto adotado de modo repetido, carências na integração do PMCMV com outras políticas públicas e instrumentos de desenvolvimento urbano, negação à efetivação do direito à cidade e reforço à exclusão social decorrente da predominância de interesses econômicos, de mercado. A organização comunitária, objeto da presente dissertação, aparece apenas uma vez dentre os trabalhos pesquisados na UFRN.

A política pública de habitação desperta maior interesse acadêmico na UFRN e reúne oito das doze pesquisas realizadas até o presente (2018.1), seguida pelo PTS, com dois estudos, e, com menor incidência, as outras duas categorias com um estudo cada – projeto arquitetônico e acesso e mobilidade. A presente pesquisa reforça a categoria trabalho social e gestão social reconhecendo que Cardoso (2015), ainda que abordando objeto semelhante, o fez em empreendimento da tipologia casa. A presente dissertação destaca-se por trazer a tipologia apartamento e a perspectiva do arcabouço teórico de participação social ligado ao de Gestão Social.

3 PARTICIPAÇÃO E GESTÃO SOCIAL

Ao conceituar gestão social, Tenório (2005) estabelece relação direta entre tal construto e as noções de cidadania deliberativa de Habermas e participação. O autor identifica que

a Gestão Social deve ser praticada como um processo intersubjetivo, dialógico, no qual **todos têm direito à fala**. E este processo deve ocorrer em um espaço social, na **esfera pública**. Esfera onde se articulam **diferentes atores da sociedade civil**, que ora **em interação com o Estado**, ora em interação com o mercado, ora os três interagindo conjuntamente, vocalizam as suas pretensões com o propósito de planejar, executar e avaliar políticas públicas ou decisões que compartilhem recursos em prol do bem comum. Assim, entendemos Gestão Social como o processo gerencial deliberativo que procura atender às necessidades de uma dada sociedade, região, território ou sistema social específico (TENÓRIO, 2005, p. 121, grifos nossos).

Além do direito à fala de diversos atores na esfera pública com propósitos deliberativos, Tenório (2005) identifica a solidariedade como outro componente determinante da gestão social, por se tratar de

um processo de gestão que deve primar pela concordância, em que o outro deve ser incluído e a solidariedade o seu motivo. Enquanto na gestão estratégica prevalece o monólogo – o indivíduo –, na Gestão Social deve sobressair o diálogo – o coletivo (TENÓRIO, 2005, p. 121).

Tais ideias estruturam uma leitura de gestão social que se apresenta, em Cançado, Pereira e Tenório (2015), como proposta inicial, para fornecer uma contribuição à construção de fundamentos teóricos da gestão social, que não tem pretensão de síntese (dialética negativa), mas, sim, de delimitação conceitual da gestão social, entendida como

um processo dialético de organização social próprio de uma esfera pública democrática, intersubjetiva e dialógica, guiada pela ação racional substantiva, a partir da relação entre interesse bem compreendido e emancipação. Ou, em outros termos, um processo de tomada de decisão coletiva, não hierárquico, baseado na democracia e no interesse coletivo dos participantes (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015, p. 15).

Os autores buscaram, na produção acadêmica, conceitos e ideias caracterizadoras da gestão social. Tais categorias teóricas foram, então, sintetizadas conforme constam do Quadro 3. Uma vez organizadas em um quadro de apoio, os autores chegaram às seguintes sínteses conceituais para conformar o processo de gestão social:

a) Interesse Bem Compreendido - IBC, que abriga duas categorias complementares: a solidariedade e a sustentabilidade; b) Esfera Pública (tratada como uma categoria intermediária), pois constitui o locus e condição essencial de seu desenvolvimento, abrigando outras categorias complementares: Democracia Deliberativa, Dialogicidade, Intersubjetividade e Racionalidade; e c) Emancipação. Portanto, consideramos que a Gestão Social como processo se fundamenta teoricamente em três grandes categorias que se articulam em uma perspectiva dialógica: IBC; Esfera Pública; e Emancipação (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015, p. 6).

Partindo de uma discussão tocquevilleana, a categoria do *Interesse Bem Compreendido* (IBC) tem como ponto de partida a ideia de que “o bem-estar coletivo é pré-condição para o bem-estar individual” (op. cit., p. 7). Na discussão realizada em *A democracia na América*, Tocqueville apresenta que “o que não passava de um reparo isolado se torna uma doutrina geral, e supõe-se perceber enfim que o homem, ao servir a seus semelhantes, serve a si mesmo e que seu interesse particular está em fazer o bem” (TOCQUEVILLE, 2005, p. 147). O autor aponta, assim, a necessidade da virtude para o alcance de interesses próprios e da coletividade, entendendo que, no empenho ou sacrifício para a realização de um interesse coletivo, ocorrem benefícios tanto para quem realiza sacrifício quanto para quem dele usufrui.

Quadro 3 – Categorias teóricas para a Gestão Social

Categoria Teórica	Autores/Trabalhos
Democracia Deliberativa	Carrion (2007), Fischer (2002), Fischer <i>et al.</i> (2006), Fischer e Melo (2006), Gondim, Fischer e Melo (2006), França Filho (2008), Junqueira <i>et al.</i> (2009), Maia (2005), Pimentel e Pimentel (2010), Pimentel <i>et al.</i> (2011), Schommer e França Filho (2010), Silva Jr <i>et al.</i> (2008), Tenório (2006; 2008a; 2008b; 2008c), Tenório e Saravia (2006).
Dialogicidade	Schommer e França Filho (2010), Tenório e Saravia (2006), Tenório (2008a; 2008b; 2008c; 2012).
Emancipação	Carrion (2007), Fischer (2002), Fischer <i>et al.</i> (2006), Fischer e Melo (2006), Maia (2005), Schommer e França Filho (2010), Tenório (2008a; 2008b).
Esfera Pública	Boullosa (2009), Boullosa e Schommer (2008; 2009), Carrion (2007), Fischer (2002), Fischer <i>et al.</i> (2006), Gondim, Fischer e Melo (2006), França Filho (2008), Maia (2005), Schommer e França Filho (2010), Tenório (2008b; 2008c).
Interesse Bem Compreendido	Pimentel e Pimentel (2010), Pimentel <i>et al.</i> (2011), Tenório (2012).
Intersubjetividade	Schommer e França Filho (2010), Tenório e Saravia (2006), Tenório (2008b; 2008c; 2012).
Racionalidade	Equilíbrio: Carrion (2007), Schommer e França Filho (2010) Subordinação da lógica instrumental: França Filho (2008), Pimentel e Pimentel (2010), Pimentel <i>et al.</i> (2011) Agir Comunicativo: Tenório (2006; 2008a; 2008b; 2008c).
Solidariedade	Tenório (2008b; 2008c; 2012).
Sustentabilidade	Gondim, Fischer e Melo (2006), França Filho (2008).

Fonte: Cançado, Pereira e Tenório (2015).

O IBC caracteriza-se como ponto de partida para a Gestão Social (CANÇADO, 2011) e reforça a perspectiva de uma interdependência entre indivíduos que supera o altruísmo ou o assistencialismo, aproximando-se de atuação na esfera pública voltada para a “(re)construção coletiva do espaço público com a intenção clara de conseguir o bem-estar coletivo e por consequência o bem-estar individual” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015, p.7). Essa interdependência coloca a categoria solidariedade como um dos panos de fundo do IBC, na prerrogativa de que ambas as categorias “caminham no sentido da responsabilidade compartilhada pelo coletivo” (op. cit., p. 7). No IBC o potencial de solidariedade é, então, realizado em vistas da sustentabilidade – segunda categoria pano de fundo do IBC – que apresenta sentido de “continuidade latente” (op. cit., p. 7), de modo que a solidariedade se faz condição para a Sustentabilidade.

A categoria *esfera pública* aparece na gestão social como “espaço onde as pessoas privadas se encontrem em um espaço público a fim de deliberarem sobre suas necessidades e futuro. A Gestão Social se desenvolve à medida que se desenvolve a Esfera Pública nesse sentido” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015, p. 9). O processo que se tem na gestão social, portanto, é o de busca por esse espaço, munido das categorias democracia deliberativa, dialogicidade, intersubjetividade e racionalidade.

Alcântara e Pereira (2017) tomam a gestão social, também com base em Habermas, pelas inter-relações e tensões entre as categorias mundo-da-vida (suas dimensões institucionais e cotidiano) e sistema (mercado e Estado), propondo que “a Gestão Social deve se desenvolver voltada para a democratização do mundo-da-vida e do sistema e as inter-relações e tensões entre essas perspectivas” (ALCÂNTARA; PEREIRA, 2017, p. 427). A partir da busca por produções relacionadas à gestão social, sob a ótica proposta, os autores concluíram que “o locus da gestão social diz respeito aos processos deliberativos de caráter público que circulam no âmbito das inter-relações e tensões entre mundo-da-vida e sistema, que podem ser intermediados pela linguagem do direito” (ALCÂNTARA; PEREIRA, 2017). Tal entendimento acompanha a proposta de Cançado, Pereira e Tenório (2015) visto que estes apresentam uma perspectiva de esfera pública que considera a democracia deliberativa, racionalidade, dialogicidade e intersubjetividade como elementos constitutivos.

A democracia deliberativa, anteriormente referida, relaciona-se à participação e principalmente à sua qualidade, sendo a “forma de tomada de decisão dentro desta Esfera Pública na qual acontece a Gestão Social” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015, p. 10). Racionalidade representa, de modo específico, a ação racional substantiva como elemento orientador da tomada de decisão e do agir na esfera pública, na contramão da hegemonia da

racionalidade utilitária que tem orientado tanto as ciências sociais quanto a vida humana em geral (RAMOS, 1981). A dialogicidade corresponde ao “próprio diálogo no sentido amplo, onde todos falam, ouvem e consideram o que os outros dizem. Nesse sentido, pode-se classificar a dialogicidade como a capacidade de se comunicar e, por consequência, se entender com outras pessoas” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015, p. 12). O processo dialógico é, assim, complementado pela intersubjetividade, que os referidos autores apresentam como “a capacidade dos indivíduos de entender a subjetividade do outro por meio da comunicação entre eles, entender o que se está e como está sendo dito” (p. 12), e que se expande da compreensão apenas da língua e dos símbolos para a consideração do contexto e do “não dito”. A presença destas características enseja a necessidade de espaços na esfera pública capazes de legitimar seu exercício e torná-las meio pelo qual a opinião da sociedade se converta em decisão política.

A categoria *emancipação*, por sua vez, assume sentido de autonomia, de se colocar como sujeito livre de dominação, de subalternidade e manipulação (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015). Para os autores, a emancipação reforça o IBC, pois, “ao se libertar, escapando da manipulação, o ser humano pode passar a ter mais claro para si que ele vive em comunidade, as questões referentes à Solidariedade e Sustentabilidade podem se tornar óbvias, de certa forma” (op. cit., p. 13). Assim, torna-se factível assumir que a emancipação é propósito e resultado final da gestão social, sendo processo social contínuo, visto que sendo resultado final, reforça o atributo inicial (CANÇADO, 2011). Identifica-se, assim, a emancipação a partir de uma perspectiva pautada na racionalidade substantiva e num perfil de consciência das ações sociais para o desenvolvimento coletivo.

Na Figura 1 se exhibe o modo como foi sistematizada a aproximação teórica para a gestão social (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015). Na representação gráfica aparece a dialética negativa mediando o IBC e a emancipação. Isto ocorre porque uma das características da aproximação é a dialeticidade, mais especificamente, a dialética negativa, que se caracteriza por ser

Um esforço permanente para evitar falsas sínteses e desconfiar das propostas definitivas para a solução de problemas, rejeitando toda visão sistêmica e totalizante da sociedade. Dessa forma, a dialética negativa nunca se conforma ao status quo, representando um esforço permanente de superar a realidade cotidiana rotinizada; é um movimento permanente da razão no sentido de resgatar do passado as dimensões reprimidas e não concretizadas no presente, transferindo-as para um futuro no qual as limitações do presente não mais existam (PAES-DE-PAULA, 2008, pp. 7-8).

Assim, a dialética negativa confere à aproximação teórica para a gestão social a característica de ser autorreflexiva e de não ter pretensões de síntese, justamente por entendê-la como destinada a um

Processo dialético de organização social próprio de uma esfera pública democrática, intersubjetiva e dialógica, guiada pela ação racional substantiva, a partir da relação entre interesse bem compreendido e emancipação. Ou em outros termos, um processo de tomada de decisão coletiva, não hierárquico, baseado na democracia e no interesse coletivo dos participantes (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015, p. 15).

A partir de tais considerações acerca da inter-relação entre democracia deliberativa e participação com processos de gestão social é possível ponderar que tal arcabouço auxilia na qualificação de práticas de organização comunitária, como no caso aqui pautado no PMCMV, considerando que

a Gestão Social deve ser praticada como um processo intersubjetivo, dialógico, no qual todos têm direito à fala. E este processo deve ocorrer em um espaço social, na esfera pública. Esfera onde se articulam diferentes atores da sociedade civil, que ora em interação com o Estado, ora em interação com o mercado, ora os três interagindo conjuntamente, vocalizam as suas pretensões com o propósito de planejar, executar e avaliar políticas públicas ou decisões que compartilhem recursos em prol do bem comum. Assim, entendemos Gestão Social como o processo gerencial deliberativo que procura atender às necessidades de uma dada sociedade, região, território ou sistema social específico (TENÓRIO, 2005, p. 121, grifos nossos).

No domínio específico da organização comunitária, portanto, a esfera pública se apresenta na assembleia de condomínio, ente destinado ao propósito de tomar decisões, planejar e avaliar resultados de medidas coletivamente adotadas, para garantir estabilidade, diálogo e resolução de conflitos internos e, ainda, a defesa de interesses e demandas junto a órgãos governamentais e privados, a exemplo de pendências dos beneficiários com construtoras e acesso a serviços públicos como saúde, transporte e educação, garantidos, como direitos, por instrumentos de regulação do Estado brasileiro.

Figura 1 – Aproximação teórica para a Gestão Social



Fonte: Cançado, Pereira e Tenório (2015).

A Constituição Federal de 1988 (CF-88) consagrou o princípio de participação da sociedade civil em seu primeiro artigo abrindo caminho para a multiplicação de mecanismos e espaços institucionalizados de participação, a exemplo dos conselhos gestores de políticas públicas nos três níveis de governo, cujos representantes são provenientes do Estado e da sociedade civil. Naquele momento, o princípio da participação social se tornou central para o aprofundamento democrático, visto que o período que o antecedeu foi marcado por antagonismos e conflitos entre Estado e sociedade civil (DAGNINO, 2004a). A presença, na CF-88, de espaços institucionalizados de participação passou a legitimar a descentralização e o controle social nos níveis federal, estadual e municipal, no que se refere à elaboração, ao financiamento, ao monitoramento da execução e à avaliação das políticas sociais.

Avritzer (2006) aponta a CF-88 como a origem de um conjunto de instituições híbridas que foram normatizadas nos anos 1990, dentre as quais, os conselhos de política e tutelares e formas de participação em nível local. A hibridação de que trata o autor diz respeito à presença concomitante da sociedade civil e do Estado em espaços institucionais comuns a partir de preceitos constitucionais, a exemplo do que rezam: o Artigo 29, Incisos XII e XIII, que consideram as associações representativas no planejamento municipal e as iniciativas populares de projetos de lei, dentre princípios aos quais deve atender a lei orgânica dos Municípios; o Artigo 194, Parágrafo Único, Inciso VII, que trata da seguridade social e assegura o caráter democrático e descentralizado de sua administração e a participação dos trabalhadores, empregadores, aposentados e governo na gestão quadripartite, realizada por

meio de órgãos colegiados; Artigo 204, Inciso II, que trata da assistência social e requer a participação popular (por meio de organizações representativas) de modo enfático; e o Artigo 227, Parágrafo 1º, acerca da família, da criança, do adolescente e do idoso, que prevê a participação de entidades não-governamentais nos programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente.

Emerge, assim, um discurso “participacionista” – oriundo de organizações da sociedade civil, de alguns partidos progressistas e de setores do governo – que se materializa na CF-88, com o aprofundamento da democracia, que se expressa na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil em processos de discussão e de tomada de decisão relacionados às políticas públicas” (DAGNINO, 2004b). O aprofundamento da democracia permitiu a percepção de mudanças na proposta de gestão pública, relacionadas principalmente ao interesse em modernizá-la e/ou democratizá-la (ALBUQUERQUE, 2007).

A experiência brasileira de participação social é particularmente importante, tanto por integrar o princípio participativo na Constituição, quanto por ser *lócus* de um dos experimentos participativos mais citados na literatura – o Orçamento Participativo de Porto Alegre – implantado em 1989, na administração do Partido dos Trabalhadores (PT), e, posteriormente, replicado em outras cidades brasileiras e no exterior (DAGNINO, 2004a; MILANI, 2008; DAGNINO; TEIXEIRA, 2014). Em contraposição, com a posse de Fernando Collor na Presidência da República no ano seguinte (1990), se fortalece no Brasil o projeto neoliberal e, com ele, a ideia de diminuição das responsabilidades estatais de garantia de direitos e simultânea transferência para a sociedade civil (DAGNINO, 2004b; VALLA, 2000; NEVES, 2007; DAGNINO; TEIXEIRA, 2014). Assim, passou o Estado a definir o papel e o espaço da sociedade civil, impondo uma dinâmica contrária ao que se desenhara no projeto político democratizante do período anterior.

O entendimento de participação, reivindicado pelos movimentos sociais e que influenciou a CF-88, coloca-se de modo distinto à ideia genérica de “participação”, uma vez compreendida como

participar da redefinição dos direitos e da gestão da sociedade. Não [...] apenas obter ou garantir direitos já definidos, mas ampliá-los e participar da definição e da gestão desses direitos, não apenas ser incluídos na sociedade, mas **participar da definição do tipo de sociedade em que se querem incluídos**, de participar da **“invenção de uma nova sociedade”** (CARVALHO, 1998, p. 5, grifos da autora).

O conceito de participação social, uma vez sintetizado em uma expressão que, conforme visto, permite uma multiplicidade de compreensões e definições, é caracterizado de

modo distinto entre os autores que abordam o tema. As denominações variam entre participação cidadã, participação popular e outras e, por essa razão, Valla (2000) opta por assegurar que

participação social compreende as múltiplas ações que diferentes forças sociais desenvolvem para influenciar a formulação, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas e/ou serviços básicos na área social (saúde, educação, habitação, transporte, saneamento básico etc.). Os sentidos mais correntes de participação, além da participação popular [...], consistem na modernização, na integração dos grupos 'marginalizados' e no mutirão (VALLA, 2000, p. 253).

Ao criticar os sentidos *modernizantes* – integração de grupos e mutirão – mantendo-se próximo ao sentido presente na CF-88, o autor apresenta a participação popular como “participação política das entidades representativas da sociedade civil em órgãos, agências ou serviços do Estado responsáveis pelas políticas públicas na área social” (p. 253), na defesa da institucionalização dos mecanismos de participação popular”. Considerando que o tema participação aparece em propostas distintas de governo, tanto em projeto neoliberal quanto em projeto de Estado garantidor de direitos, Dagnino (2004a, 2004b) denuncia uma *confluência perversa* entre tais projetos. Para Dagnino (2004a, pp. 96-97) “a perversidade estaria colocada, desde logo, no fato de que, apontando para direções opostas e até antagônicas, *ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva*”, grifos da autora), o que se configura como uma disputa de significados tanto para o conceito de participação quanto para os conceitos de sociedade civil, cidadania e democracia.

A *confluência perversa* a que se refere Dagnino (2004a) é abordada, por Stotz (2009), como polissemia:

Do ponto de vista sociológico, participação é um conceito relacional e polissêmico, pois remete tanto à coesão social como à mudança social. A participação implica comportamentos e atitudes passivos e ativos, estimulados ou não. Na medida em que a ação mobiliza o sujeito do ponto de vista emocional, intuitivo e racional, a participação pode ser entendida como um princípio diretor do conhecimento, variável segundo os tipos de sociedade em cada época histórica. No segundo sentido, mais estrito e de caráter político, participação significa democratização ou participação ampla dos cidadãos nos processos decisórios em uma dada sociedade. Representa a consolidação, no pensamento social, de um longo processo histórico (STOTZ, 2009, s.p.).

É nesta problemática de deslizamentos semânticos que reside a *confluência perversa*: de um lado o projeto político democratizante e garantidor de direitos que preconiza a ideia da participação social como organização, mobilização da sociedade e participação politizada nas instâncias decisórias; do outro lado, o projeto político neoliberal que entende a participação social como elemento político-cultural imposto pelo Estado para legitimar uma atuação

restrita na garantia de direitos, aprofundando uma *participação solidária*, despida do ideal de coletividade, e *responsabilidade social* de indivíduos e empresas. Essa confluência propicia semelhanças em discursos e mecanismos institucionais entre os dois projetos, o que impõe a necessidade da identificação clara acerca do que se entende por participação social (DAGNINO, 2004a; 2004b).

O conteúdo propriamente político da participação, conforme concebido no projeto participativo, coloca como objetivo o **compartilhamento de poder** entre Estado e sociedade civil (PRESOTO; WESTPHAL, 2005; DAGNINO, 2004a; DAGNINO, 2004b; DEMO, 2009). Nessa perspectiva, entende-se que no processo participativo ocorre a intervenção na realidade por meio das ações orientadas pelo diálogo, que passa por momentos de autocrítica com os interessados em espaços conquistados e tem, como ponto de partida, os interesses da comunidade, suas contribuições e potencialidades. Supera-se, desse modo, a visão reducionista de comunidade como público-alvo, objeto e clientela das ações do Estado (DEMO, 2009).

Em exercício de compreensão do fenômeno há destaque para objetivos e características basilares que o identificam na proposta do projeto político democratizante. Demo (2009) apresenta a participação como eixo político da política social baseada no objetivo da **autopromoção**:

É através dela [participação] que a promoção se torna autopromoção, projeto próprio, forma de cogestão e autogestão, e possibilidade de autossustentação. Trata-se de um processo histórico infindável que faz da participação um processo de conquista de si mesma. Não existe participação suficiente ou acabada. Não existe como dádiva ou como espaço preexistente. Existe somente na medida de sua própria conquista (DEMO, 2009, pp. 12-13).

A autopromoção, considerada a “característica de uma política social centrada nos próprios interessados” (DEMO, 2009, p. 67), é enfatizada pelo autor para afirmar que a participação se dá num processo de conquista de si mesma, de modo que não pode ser vista como dádiva ou concessão. Este processo, segundo o autor, ocorre seguindo a tendência histórica de, preliminarmente, haver a dominação para, depois, ocorrer a *conquista* da participação. A ação de superação da lógica dominante por meio da participação efetiva-se na identificação desta como canal que, também, supera instrumentos classicamente utilizados – e menos efetivos – para controle do poder, a exemplo do voto.

“Entender a **cidadania** a partir dos interessados, dos desiguais, dos excluídos” (DEMO, 2009, grifo nosso) exige considerar a ação participativa a partir da ampliação da cidadania, como concepção de direito, de ter direitos, e a constituição de sujeitos sociais

ativos que lutam por reconhecimento como tal, por meio da consideração do que são seus direitos. Supera-se, assim, o ideal neoliberal, e popular, de cidadania, condicionada ao exercício do voto e à solidariedade para com os pobres, ou caridade (DAGNINO, 2004a; COSTA, 2008). Para suplantar essa armadilha, é relevante considerar que a “participação social deriva de uma concepção de cidadania ativa” (MILANI, 2008, p. 560). A ideia de cidadania ensejada no projeto democratizante remete à cidadania coletiva, que

diz respeito à busca de leis e direitos para categorias sociais até então excluídas da sociedade, principalmente do ponto de vista econômico, e do ponto de vista cultural. Assim, a cidadania coletiva privilegia a dimensão sociocultural, reivindica direitos sob a forma de concessão de bens e serviços, e não apenas a inscrição desses direitos em lei; reivindica espaços sociopolíticos sem que, para isso, tenha que se homogeneizar e perder sua identidade cultural (COSTA, 2008, p. 24).

O aspecto da coletividade se coloca, também, como referência dentro do entendimento de participação a partir da ótica de projeto democratizante, se contrapondo à lógica neoliberal pelo fato desta trazer a participação sob perspectiva privatista e individualista, inclusive manipulando o conceito de solidariedade, quando o contempla circunscrito ao terreno privado da moral (DAGNINO, 2004a; DAGNINO, 2004b). O processo participativo que efetiva a cidadania se desenvolve em esferas marcadas por conflitos, visto a multiplicidade de atores que as compreende (MILANI, 2008; DEMO, 2009). O conflito, identificado tanto de modo micro (entre os atores sociais do processo participativo) quanto de modo macro (entre os dois projetos políticos – confluência perversa), tem na **democracia** o formato ideal capaz de lhe abrigar. O sentido de participação social que aqui se coloca, oriundo da visão identificada no projeto político democratizante, tem como núcleos duros a noção de direitos – apresentada na relação com a cidadania – e a noção de espaços públicos de compartilhamento de poder (DAGNINO, 2004b). Todavia, “se democracia significa tomar a sério o confronto dialético com o poder, é fundamental entender o Estado como criatura da sociedade, não o contrário” (DEMO, 2009, pp. 93-94), o que torna necessária a adoção cada vez maior dos pressupostos que caracterizam a cidadania coletiva.

A partir da discussão habermasiana da teoria democrática, Cunha (2007) aponta a relação entre a qualidade da democracia e a “ampliação das possibilidades de participação e deliberação políticas pelos cidadãos” (p. 27), numa proposta que parte da ideia de que ocorre na esfera pública, espaço onde se dá a participação, a validação das normas e ações por meio de decisões coletivas das quais participam os atores sociais interessados e possivelmente afetados, cuja interação se dá por meio de discurso racional (HABERMAS, 1997). A ideia

habermasiana de esfera pública pressupõe uma “rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e *opiniões*; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões *públicas* enfeixadas em temas específicos” (HABERMAS, 1997, p.92).

Partindo da ideia habermasiana e levando em consideração objetivos da deliberação sistematizados por outros autores (COHEN, 2000; BOHMAN, 2000; LÜCHMANN, 2002; GUTMAN; THOMPSON, 2004), Cunha (2007) entende a democracia deliberativa concretizada por meio de “instituições que articulam sociedade e Estado, em que razões normativas são apresentadas em procedimentos que expressam a soberania e legitimam as decisões tomadas nessas instituições” (p. 28) e cuja operacionalização se dá também em

fóruns deliberativos plurais e inclusivos, diversos daqueles do sistema político tradicional, espaços institucionais que circundam as agências administrativas e legislativas, capazes de produzir decisões legítimas acerca de ações públicas, aproximando cidadãos e formuladores e/ou executores de políticas públicas (CUNHA, 2007, p. 29)

Tenório (2005), em reconstrução do conceito de esfera pública, apresenta-o como

aquele espaço social no qual ocorreria a interação dialógica entre a sociedade civil e o Estado decidindo sobre políticas públicas; e, acreditando serem viáveis processos de parceria entre o primeiro, segundo e terceiro setores, incorporamos o mercado (segundo setor) também como possibilidade de participar da esfera pública (TENÓRIO, 2005, p. 107).

Na concepção de esfera pública e sua prerrogativa participativa, Oliveira, Cançado e Pereira (2010) desenham aproximações entre os espaços participativos e a Gestão Social, num entendimento de que “a esfera pública brasileira tem (re)criado espaços públicos, onde a ação pública se torna possível” (p. 624) e onde a gestão social se faz possibilidade para tais espaços visto que o que se busca neles, para além de democracia, é a efetividade da coletividade na decisão. Demo (2009) corrobora tal propósito ao afirmar que “processos participativos acentuam [...] a cidadania organizada, ou seja, a não individual, por mais que esta também tenha a sua razão de ser” (p. 70).

A relação entre democracia, cidadania e ampliação dos espaços democráticos é estreitada por meio do “processo de institucionalização da participação, pelo qual se reorganiza o cotidiano dos atores sociais no poder local” (NEVES, 2007, p. 399). Na discussão acerca da institucionalização da participação há reflexos da confluência perversa, visto que dentro do projeto político neoliberal os espaços de participação não compreendem

necessariamente elementos e características (anteriormente apresentados) de partilha de poder, construção da democracia e de espaços efetivamente públicos (NEVES, 2007).

Isunza Vera (2007) aborda as formas institucionalizadas de participação explicando-a como a relação entre os cidadãos e o Estado por meio de coletivos organizados (sociedade civil organizada) e dos partidos políticos (sociedade política). Para o autor, a organização e mobilização social em mecanismos institucionais participativos colocam-se como referências eficazes para a realização do que o sistema tradicional da democracia representativa (caracterizada pelo sistema de “um cidadão, um voto”) historicamente não tem conseguido efetivar e definir com detalhes, propiciando legitimidade às políticas públicas.

Apesar da importância e da presença de mecanismos institucionalizados (como conselhos gestores, orçamentos participativos e parcerias), é necessário identificar a qualidade e as formas de participação que incidem nas políticas públicas de modo menos institucionalizado e formal. Não raro, os processos estão menos centrados na sociedade que no Estado (CARVALHO, 1998). Nesta ideia de controle do poder feito não apenas pelas camadas que possuem maior poder no Estado, mas pela base, Demo (2009) reforça que

Para uma comunidade ter voz e vez precisa organizar-se. Este processo deveria ser preocupação diária das comunidades, que com eles aprenderiam as formas possíveis de realização participativa ou criariam suas próprias. De modo geral, apresentam-se representantes que dificilmente o são de modo legítimo. Alguns o são pelo carisma da liderança; outros se insinuam ou se impõem. É mais difícil encontrar o líder eleito, aquele que representa a comunidade por delegação expressa e ordenada. Mais difícil ainda é encontrar a comunidade que já elaborou a necessidade de instituir rodízio no poder, com vistas a evitar a perpetuação e o conseqüente desligamento do líder face às bases, de exigir periódicas prestações de contas, de repartir por grupos diversos de interesse cotas de representação, de promover níveis diferenciados de participação, de inserir na formação educativa tal preocupação como parte integrante do currículo comunitário de assumir os serviços públicos como interesse seu e com a conseqüente exigência de qualidade, e assim por diante (DEMO, 2009, p. 72).

Espaços assumidos genuinamente pela sociedade surgem do interior das comunidades (mais de delimitação cultural que geográfica) e exercem importantes papéis democratizadores e de gestão da sociedade. Exemplos desses espaços são o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Pastoral da Criança e fóruns diversos como aqueles vinculados a políticas públicas de desenvolvimento territorial e de economia solidária. Alguns outros, ainda menos institucionalizados, são exemplos do que Bordenave (1994) aponta como os de participação micro, cujas instâncias são famílias, amigos, vizinhos e que consistem na reunião de duas ou mais pessoas que compartilham interesses e objetivos comuns. A participação nesse nível se apresenta como processo cujo progresso leva à participação macro, o que se dá em grupos

secundários, como empresas, associações, clubes, entre outros. Há, ainda, participação em grupos terciários, como partidos políticos, movimentos de classe, entre outros (TENÓRIO, 2005).

Na obra *O que é participar*, Bordenave (1994) identifica diversas **maneiras de participar**, expressão que, inclusive, nomeia o quarto capítulo. Nele o autor apresenta inicialmente a *participação de fato* como primeiro tipo de participação e que se dá nas famílias nucleares, nos clãs, nas tarefas de subsistência e outros grupos relacionados. O segundo tipo de participação apresentado é a *participação espontânea*, exemplificada pela formação de grupos de vizinhos, de amigos, grupos fluidos e com pouca organização e que na maioria das vezes buscam o atendimento de necessidades psicológicas como as de pertencer, se expressar, dar e receber afeto, entre outros. No modo de *participação imposta*, “o indivíduo é obrigado a fazer parte de grupos e realizar certas atividades consideradas indispensáveis” (BORDENAVE, 1994, p. 28), a exemplo das eleições obrigatórias e de alguns cultos religiosos. No modo de *participação voluntária* “o grupo é criado pelos próprios participantes, que definem sua própria organização e estabelecem seus objetivos e métodos de trabalho” (op. cit., p. 28), a exemplo dos sindicatos livres, associações, cooperativas, partidos políticos e grupos afins. Outro modo é a *participação provocada*, em que agentes externos influenciam ou manipulam outros a realizarem seus objetivos ou objetivos previamente estabelecidos a exemplo dos grupos de extensão rural, do serviço social, dentre outros. O último modo é a *participação concedida* e tem como exemplo a participação nos lucros de empresas.

Quanto ao **grau de participação**, Bordenave (1994), tendo como referência dirigentes e membros, aponta o menor grau de participação como sendo a informação e, o maior, como sendo a autogestão. Neste último grau, “o grupo determina seus objetivos, escolhe seus meios e estabelece os controles pertinentes, sem referência a uma autoridade externa” (BORDENAVE, 1994, pp. 32-33). Nesta pesquisa, frente às considerações aqui procedidas, o Quadro 4 direcionará o mapeamento de processos de gestão social, mais especificamente de organização comunitária, por meio das seguintes categorias e variáveis.

Quadro 4 – Categorias e variáveis orientadoras da pesquisa

Categorias	Variáveis	Autores
Dificuldades à vida comunitária	Infraestrutura	(BONDUKI, 2009; CARDOSO; ARAGÃO, 2013; ROLNIK et al, 2015a; GRAZIA; MELO, 2017; MARICATO, 2014; RUFINO, 2015)
	Conflitos de interesses	(NASCIMENTO, 2017; FIX; ARANTES, 2009).
	Conflitos socioculturais	(ROLNIK ET AL., 2015b)
Relações sociais e identidade com o lugar	Comportamentos e atitudes dos moradores	(GRAZIA; MELLO, 2017; RUFINO, 2015; SILVA, 2017b)
	Trabalho social	(BRASIL, 2014a; OLIVES, 2017; CARVALHO, 2014)
Engajamento e participação	Influência em políticas públicas e/ou serviços básicos;	(VALLA, 2000)
	Tipo de participação	(BORDENAVE, 1994)
	Validação das normas	(HABERMAS, 1997)
	Compartilhamento de poder	(DAGNINO, 2004a; DAGNINO, 2004b; DEMO, 2009)
	Dimensão sociocultural	(COSTA, 2008)
	Reivindicação de direitos	(COSTA, 2008)
	Coesão social e mobilização dos moradores	(STOTZ, 2009)
	Mudança social	(STOTZ, 2009)
	Participação política em órgãos	(VALLA, 2000)
	Reivindicação de espaços sociopolíticos	(COSTA, 2008)
	Momentos de autocrítica	(DEMO, 2009)

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A partir do que foi delineado neste referencial teórico, na seção seguinte se apresentará o percurso metodológico que orientou a presente pesquisa.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa é de natureza social uma vez considerada como “processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social” (GIL, 2008, p. 26). Entre outras pretensões, busca “proporcionar conhecimento (isto é, dados, análises e resultados) como uma base empiricamente fundamentada para tomadas de decisão políticas, administrativas e práticas” (FLICK, 2013, p. 21).

Frente ao objetivo proposto – qual seja, o de sistematizar desafios e oportunidades de iniciativas de organização comunitária na faixa 1 do PMCMV à luz de categorias de Participação e de elementos de gestão social – foi escolhida uma perspectiva qualitativa, por partir da noção da construção social de realidades e estar interessada nas leituras dos participantes, em suas práticas do dia-a-dia e em conhecimentos cotidianos relativos à questão em estudo (FLICK, 2009a). De modo particular, a pesquisa qualitativa também se caracteriza por considerar a reflexividade do pesquisador e da pesquisa, bem como as perspectivas dos participantes, considerando também sua diversidade (FLICK, 2009b).

Partindo da questão de pesquisa – *como processos de gestão social, especificamente de organização comunitária, promovem o engajamento e a Participação dos beneficiários da faixa 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida?* –, a posição ontológica aqui considerada é a da interação sujeito-objeto, assumindo, como linha de pensamento epistemológica, a construtivista, e, como paradigma de pesquisa, o interpretativista (SACCOL, 2009; CRESWELL; FLICK, 2009b). Isso ocorre porque há, aqui, o entendimento da realidade social é uma construção social, e, não, algo totalmente externo à pessoa humana ou apenas fruto da percepção individual (SACCOL, 2009), o que guarda relação direta com a estrutura do objeto desta pesquisa (empreendimentos do PMCMV) e com elementos de sua dinâmica, a exemplo da interação e da participação na gestão social de um lugar público de convívio, qual seja, um condomínio.

O estudo em pauta é do tipo descritivo (GIL, 2008; SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013), com viés teórico-empírico (REMENYI, 2002) e recorte transversal, visto que a coleta e a análise dos dados ocorrem em período posterior à realização das ações do projeto de trabalho social (PTS), constando, portanto, de um recorte temporal (RICHARDSON, 2012). Trata-se, ainda, de estudo de caso,

caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (FONSECA, 2002, p. 33).

A estratégia metodológica assumida destina-se à revelação de características da gestão social no PMCMV a partir do ponto de vista de beneficiários, envolvendo uma população da modalidade Fundo de Arrendamento Residencial, da faixa 1, moradores do Residencial Ruy Pereira dos Santos, empreendimento localizado no município de São Gonçalo do Amarante. Trata-se de empreendimento com 1800 unidades habitacionais (sendo 1.200 já entregues), segmentado em seis condomínios de 18 blocos com 16 apartamentos⁶ e 1 com 12, totalizando 300 moradias por condomínio. A população residente é estimada em 7.200 pessoas. Contudo, até o fim desta pesquisa (janeiro de 2018), dois condomínios (600 unidades habitacionais) não haviam sido entregues. Desta população, o estudo em pauta recaiu no Condomínio Ruy Pereira dos Santos I, tanto pelo fato de ter recebido ações do projeto de trabalho social (PTS) da Prefeitura (efetivado por uma empresa que ganhou licitação pública) quanto pela acessibilidade, manifesta na disponibilidade do síndico para receber a pesquisadora e organizar as reuniões demandadas para a coleta dos dados.

O percurso metodológico do estudo teve início com uma fase de pesquisa bibliográfica, necessária à compreensão contextual do objeto. Esta primeira fase constou de três momentos:

- a) busca por pesquisas relacionadas ao PMCMV, com vistas a contextualizar o PMCMV no âmbito da política habitacional no Brasil pós-Constituição de 1988;
- b) busca por teses e dissertações no Banco de Teses e Dissertações (BTD) Capes e no Repositório Institucional da UFRN, a fim classificar os vieses adotados nos estudos, em nível de pós-graduação *stricto sensu*, no âmbito do PMCMV;
- c) elaboração de referencial teórico em participação, mediada pela gestão social e pela natureza do projeto de trabalho social (PTS), conforme regulado na Portaria Nº 21 de 22 de janeiro de 2014 do Ministério das Cidades.

⁶ Os apartamentos possuem área útil de 45,27 m² e são compostos por 1 sala, 2 quartos, 1 banheiro, 1 cozinha, 1 área de serviço e 1 vaga de garagem.

A segunda fase correspondeu à pesquisa de campo, realizada no Residencial Ruy Pereira no período de maio a dezembro de 2017. Durante os meses de maio a outubro foram realizadas três visitas ao Residencial, especificamente aos condomínios I e VI. Em ambos foi realizada entrevista não-estruturada com os respectivos síndicos, uma em cada condomínio. Além disso, a pesquisadora participou de uma reunião dos síndicos dos quatro condomínios entregues até aquele momento. Tal observação preliminar permitiu uma aproximação com experiências de gestão social nos quatro condomínios e orientou o delineamento da etapa posterior – a pesquisa de campo.

A partir do contato com os síndicos (que forneceram um panorama geral acerca da realidade nos condomínios) e considerando o propósito desta pesquisa e a quantidade de residentes, foi identificada a necessidade de aplicação de um instrumento de coleta de dados que permitisse a interação entre os moradores para que estes, em discussão grupal, apontassem o modo como o trabalho social realizado havia contribuído para fomentar a gestão social, especificamente a organização comunitária no Residencial. Assim, incidiu a opção pela realização de grupo focal (FLICK, 2009b) com moradores de um dos condomínios, o que, por acessibilidade, ocorreu no Condomínio Ruy Pereira I.

Com base em amostragem teórica (FLICK, 2009b, 2013), que não assume previamente tamanho e não tem base em técnicas usuais de amostragem estatística, um grupo focal foi, então, realizado no mês de dezembro de 2017 no Condomínio I, a partir de convocação do síndico por meio usual de comunicação com os moradores. O grupo focal transcorreu no turno noturno, visto que esse é o período em que a maior parte dos moradores adultos tem retornado do local de trabalho. No dia marcado estiveram presentes 12 (doze) moradores, cujas identidades foram suprimidas e estão aqui referidas por códigos – de M1 a M12. O grupo focal (GF1) foi, então, conduzido a partir de roteiro semiestruturado (Apêndice C), o que permitiu a interação entre os participantes ao apontarem experiências pessoais e compartilhadas na organização comunitária. Uma expressão específica (*Associação Lambe Sal*), referida com frequência, ensejou a necessidade de realização de outro grupo focal, mais direcionado à compreensão do fenômeno a que se referenciam os participantes naquele momento.

As reiteradas referências à Associação Lambe Sal evidenciaram que um grupo de homens do Condomínio I, a partir de uma brincadeira, haviam constituído um coletivo que, rapidamente, passou a assumir funções organizativas estruturantes de natureza comunitária. Desse modo, a partir de contato com o líder de tal Associação, outra sessão de grupo focal (GF2) foi realizada, duas semanas após a primeira (ainda no mês de dezembro de 2017). Esta,

contou com a participação de 12 pessoas, aqui identificadas em códigos de A1 a A12. Este GF foi igualmente realizado a partir de um roteiro semiestruturado (Apêndice D) com questões destinadas a revelar contribuições daquele coletivo à geração de apego social e físico dos moradores ao Condomínio.

Seguindo orientação para condução de grupo focal sugerida por Flick (2009b), ambos os grupos focais foram conduzidos por uma equipe de três pessoas: um mediador, que sugeria e conduzia os pontos de discussão e motivava a participação; um moderador assistente, que tomava nota de informações e percepções de modo a evitar dependência exclusiva das notas do mediador; um auxiliar, que realizou registros audiovisuais das sessões. Os dados coletados e gravados em áudio foram, na sequência, transcritos e analisados com base no método de análise de conteúdo (BARDIN, 2011) sob a técnica de análise lexical (OLIVEIRA, 2008).

A análise de conteúdo baseia-se em três polos: *pré-análise*, quando ocorre a organização sistemática do material a ser analisado, envolvendo a leitura flutuante dos documentos e a escolha do que será analisado; *exploração do material*, fase em que ocorre a escolha das unidades de codificação, a codificação, a classificação temática e a categorização; *tratamento dos dados*, fase em que se estabelecem inferências e a interpretação dos elementos identificados nas fases anteriores, de modo que os resultados brutos se tornem significativos e válidos. Considerada essa sequência, a análise qualitativa transcorreu apoiada no *software* gratuito de análise de dados IRAMUTEQ – *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*.

O IRAMUTEQ utiliza dados estatísticos para realizar análises a respeito de *corpus textuais* e tabelas indivíduos/palavras. Ancora-se no *software* R e na linguagem *python* (CAMARGO; JUSTO, 2013). “Por meio desse *software*, a distribuição do vocabulário pode ser organizada de forma facilmente compreensível e visualmente clara com representações gráficas pautadas nas análises lexicográficas” (CAMARGO; JUSTO, 2016, p. 4). A análise textual no IRAMUTEQ possibilita os seguintes procedimentos: análises de estatísticas textuais, especificidades e Análise Fatorial de Correspondência (AFC); Classificação Hierárquica Decendente (CHD); Análise de Similitude; nuvem de palavras. O *software* viabiliza desde a aplicação de procedimentos simples, como a lexicografia básica realizada pela lematização e cálculo de frequência de palavras, até análises multivariadas, como a CHD:

Nas *análises lexicais clássicas*, o programa identifica e reformata as unidades de texto, transformando *Unidades de Contexto Iniciais* (UCI) em *Unidades de Contexto Elementares* (UCE); identifica a quantidade de palavras, frequência média e número de *hapax* (palavras com frequência um); pesquisa o vocabulário e reduz das palavras com base em suas raízes (lematização); cria dicionário de formas reduzidas,

identifica formas ativas e suplementares. Na *análise de especificidades*, é possível associar diretamente os textos do banco de dados com variáveis descritoras dos seus produtores; é possível analisar a produção textual em função das variáveis de caracterização. Trata-se de uma análise de contrastes, na qual o *corpus* é dividido em função de uma variável escolhida pelo pesquisador. Por exemplo, é possível comparar a produção textual de homens e mulheres em relação a determinado tema. O *método da Classificação Hierárquica Descendente* (CHD) proposto por Reinert (1990) e utilizado pelo *software* ALCESTE classifica os segmentos de texto em função dos seus respectivos vocabulários, e o conjunto deles é repartido com base na frequência das formas reduzidas (palavras já lematizadas). Esta análise visa obter classes de UCE que, ao mesmo tempo, apresentam vocabulário semelhante entre si, e vocabulário diferente das UCE das outras classes. O IRAMUTEQ também fornece outra forma de apresentação dos resultados, por meio de uma análise fatorial de correspondência feita a partir da CHD (Análise Pós-Fatorial) que representa num plano cartesiano as diferentes palavras e variáveis associadas a cada uma das classes da CHD. A interface possibilita que se recuperem, no *corpus* original, os segmentos de texto associados a cada classe, momento em que se obtém o contexto das palavras estatisticamente significativas, possibilitando uma análise mais qualitativa dos dados. A *análise de similitude* se baseia na teoria dos grafos, possibilita identificar as coocorrências entre as palavras e seu resultado traz indicações da conexidade entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura de um *corpus* textual, distinguindo também as partes comuns e as especificidades em função das variáveis ilustrativas (descritivas) identificadas na análise (Marchand & Ratinaud, 2012). A *nuvem de palavras* agrupa e organiza graficamente em função da sua frequência. É uma análise lexical mais simples, porém graficamente bastante interessante, na medida em que possibilita rápida identificação das palavras-chave de um *corpus* (CAMARGO; JUSTO, 2013, pp. 515-516).

Nesta pesquisa foram utilizadas análises lexicográficas básicas para operacionalizar os dados obtidos nos dois grupos focais realizados. Na etapa de *pré-análise* as gravações de áudio dos grupos focais foram transcritas e, então, realizada a leitura flutuante do material a fim de que as primeiras inferências de análise se tornassem possíveis. Para o processamento desses dados no IRAMUTEQ, foi necessária a transformação dos dados textuais em um *corpus* único dividido por linhas de comando em dois textos, cada um correspondente a um grupo focal. Na etapa de *exploração do material* o *corpus* textual foi codificado e categorizado de modo que, nele, foram incluídas linhas de comando subordinadas às principais, que dividiram os textos em temáticas para que o *software* identificasse tal separação no momento do processamento subsequente. A partir desse processamento foram geradas informações estatísticas que deram suporte às inferências realizadas na etapa de *tratamento dos dados*, momento caracterizado pela interpretação e análise dos dados para torná-los significativos e válidos. A análise realizada, com base em tais procedimentos, é apresentada no tópico seguinte.

5 A ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA NO CONDOMÍNIO RUY PEREIRA I – FAIXA 1 DO PMCMV – EM SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN

Situado na mesorregião Leste Potiguar do estado do Rio Grande do Norte, o município de São Gonçalo do Amarante integra a Região Metropolitana de Natal (RMNatal) e dista 17 km da capital potiguar, com a qual vivencia processo de conurbação. No intuito de dirimir o déficit habitacional municipal, a prefeitura de São Gonçalo do Amarante aderiu ao Programa Minha Casa, Minha Vida, tendo inaugurado em 2011 o primeiro empreendimento, o Conjunto Jomar Alecrim (popularmente conhecido como Conjunto Brasil), sob a tipologia arquitetônica de casas. A partir do ano de 2015 começou a ser construído nas imediações o Residencial Ruy Pereira dos Santos (Figura 2), o maior empreendimento individual do PMCMV no Rio Grande do Norte sob tipologia blocos de apartamentos.

O Residencial Ruy Pereira dos Santos é composto por seis condomínios de 19 blocos, dos quais, 18 com 16 apartamentos e 1 bloco com 12, totalizando 300 moradias por condomínio (1.800 unidades no total – das quais 1.200 já foram entregues) e população estimada de 7.200 habitantes. Até o mês de janeiro de 2018, quando se encerrou a pesquisa de campo desta dissertação, quatro dos seis condomínios haviam sido entregues (condomínios I, IV, V, VI). O investimento do Governo Federal foi de aproximadamente R\$ 109 milhões por meio do Ministério das Cidades, em parceria com a Prefeitura de São Gonçalo do Amarante e financiamento da Caixa Econômica Federal.

Figura 2 – Conjunto Jomar Alecrim e Residencial Ruy Pereira dos Santos



LEGENDA:

- Conjunto Jomar Alecrim
- Residencial Ruy Pereira dos Santos

Fonte: Google Maps. Elaboração própria (2018).

O primeiro contato para a pesquisa ocorreu a partir de informações de moradores do Conjunto Jomar Alecrim – participantes de pesquisa anterior realizada pelo grupo de pesquisa Oasis/UFRN (CARDOSO, 2015) – de que condomínios do RRPS já haviam sido entregues, o que ocorreu em maio de 2017. Uma das moradoras do Conjunto Jomar Alecrim facilitou um encontro entre um morador do Condomínio Ruy Pereira VI (CRP-VI) e a pesquisadora. A partir do contato com esse morador, ocorreu posteriormente uma reunião com a síndica do Condomínio VI no intuito de buscar informações referentes ao trabalho social realizado com os moradores. Após da reunião preliminar com a síndica, teve início a pesquisa de investigação do trabalho social realizado no RRPS e consequentes efeitos à organização comunitária.

Dentre os condomínios entregues, o Condomínio Ruy Pereira I (CRP-I) foi escolhido como lócus da pesquisa tanto por ter mais de um ano de ocupação e já ter recebido ações de trabalho social, quanto pela disponibilidade e interesse do síndico e dos moradores para participação na pesquisa. Os apartamentos do CRP-I foram entregues aos moradores no mês de fevereiro de 2016 e, como ocorre nos demais condomínios, o CRP-I possui síndico e subsíndico eleitos pelos moradores do próprio condomínio para assumir mandato de 2 anos. Antes do mandato atual, considerando o curto período de ocupação, apenas uma eleição havia ocorrido para síndico e subsíndico.

Do primeiro grupo focal, a princípio orientado para identificar elementos que permitissem uma avaliação propositiva do trabalho social realizado no CRP-I, emergiram ricas informações referentes à presença de elementos de gestão social, especificamente de organização comunitária. Essa nova percepção, nascida da interação no campo de estudo e que passou a ser adotada nesta pesquisa, reforçou a necessidade de realização de um segundo grupo focal com integrantes de uma associação de moradores não formalizada, oriunda da própria interação social entre comunitários.

Dos dois grupos focais realizados participaram exclusivamente moradores do CRP-I. O primeiro grupo focal teve 12 participantes, sendo 7 homens, com idades entre 23 e 55 anos, e, 5 mulheres, com idades entre 25 e 55 anos. A aplicação deste grupo focal serviu como pano de fundo para a análise relacionada à organização comunitária, que foi possível a partir da aplicação do segundo grupo focal, que teve como participantes integrantes da *Associação Lambe Sal*. Participaram deste segundo grupo focal 12 homens, com idades entre 27 e 55 anos. A Associação é formada exclusivamente por homens e tem origem em brincadeiras de moradores, que passaram a conviver em momentos de lazer e, assim, gradativamente

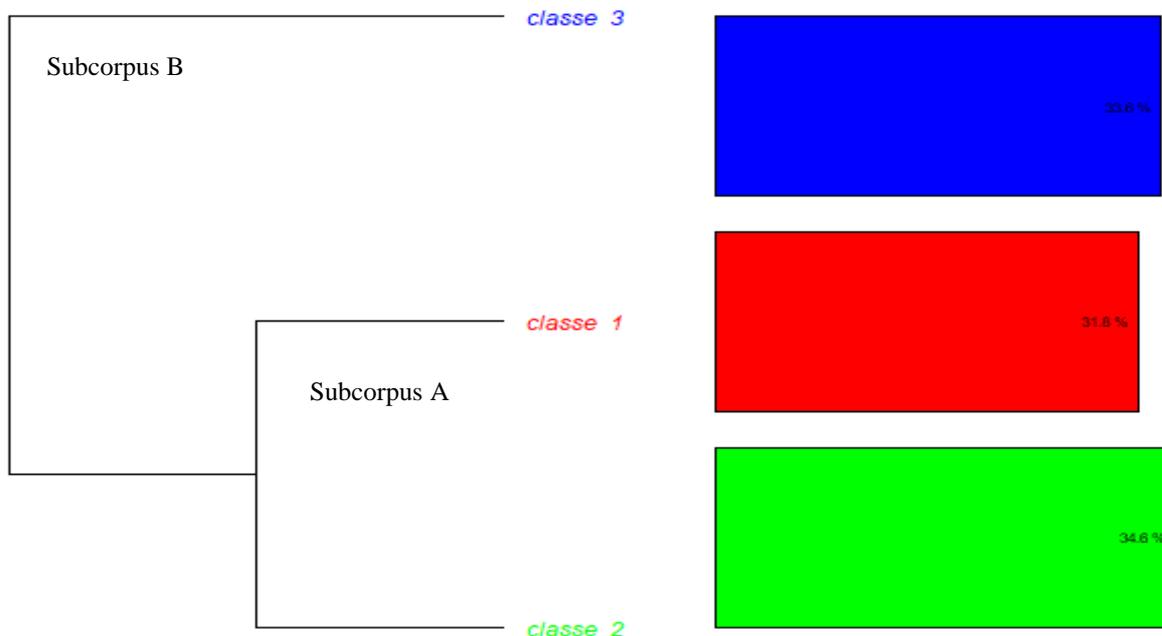
estabeleceram relações de proximidade e de confiança. O termo *lambe sal* faz referência a homem traído (pela mulher, esposa, companheira).

A participação nos dois momentos foi voluntária. O convite para participação no primeiro grupo focal, com moradores do Condomínio, foi veiculado a todos por meio do mesmo instrumento que os moradores utilizam para convocação de reuniões. O convite para o segundo grupo focal, por sua vez, foi veiculado em meios de comunicação utilizados pelo grupo de moradores que integra a *Associação Lambe Sal*. Os dois momentos foram gravados e, a partir das transcrições das falas dos participantes, foi elaborado um *corpus* (unificado), conforme requer o software IRAMUTEQ, que possibilitou a presente análise lexical (OLIVEIRA, 2008).

O *corpus* (unificado) derivado das informações dos grupos focais possibilitou a estatística textual oferecida pelo IRAMUTEQ. Esses dois textos foram separados em 657 segmentos de texto (ST), que correspondem aos cortes que o *software* faz para a realização dos processos de análise, com aproveitamento de 560 STs, o que corresponde a 85,24% de retenção. Tal percentual de retenção configura *corpus* representativo, considerando que o aproveitamento deve ser de, no mínimo, 70% dos STs. Foram contabilizadas 22.597 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), sendo 2.603 palavras distintas (ou formas) e 1.251 palavras com uma única ocorrência.

A partir da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) o conteúdo processado gerou três classes: Classe 1, com 178 STs (31,79%); Classe 2, com 194 STs (34,64%); Classe 3 com 188 STs (35,58%). Esses dados estão expostos no primeiro dendograma (Figura 3), gerado pelo IRAMUTEQ, e sintetiza o modo como se relacionam as três classes. Conforme se vê no dendograma, as classes estão divididas em duas ramificações do corpus total (subcorpus A e B). O subcorpus A é composto pelas classes 1 e 2, denominadas *pessoas e relações sociais* e *dificuldades no condomínio*, respectivamente. A classe *dificuldades no condomínio* diz respeito aos elementos que os moradores participantes identificam como dificultadores ao convívio comunitário no Condomínio. Vincula-se, assim, à categoria *dificuldades à vida comunitária* (Quadro 4). A classe *pessoas e relações sociais*, por sua vez, diz respeito a elementos que os moradores respondentes associam à convivência no Condomínio e às relações entre os próprios moradores, estando, assim, relacionada à categoria *relações sociais e identidade com o lugar* (Quadro 4).

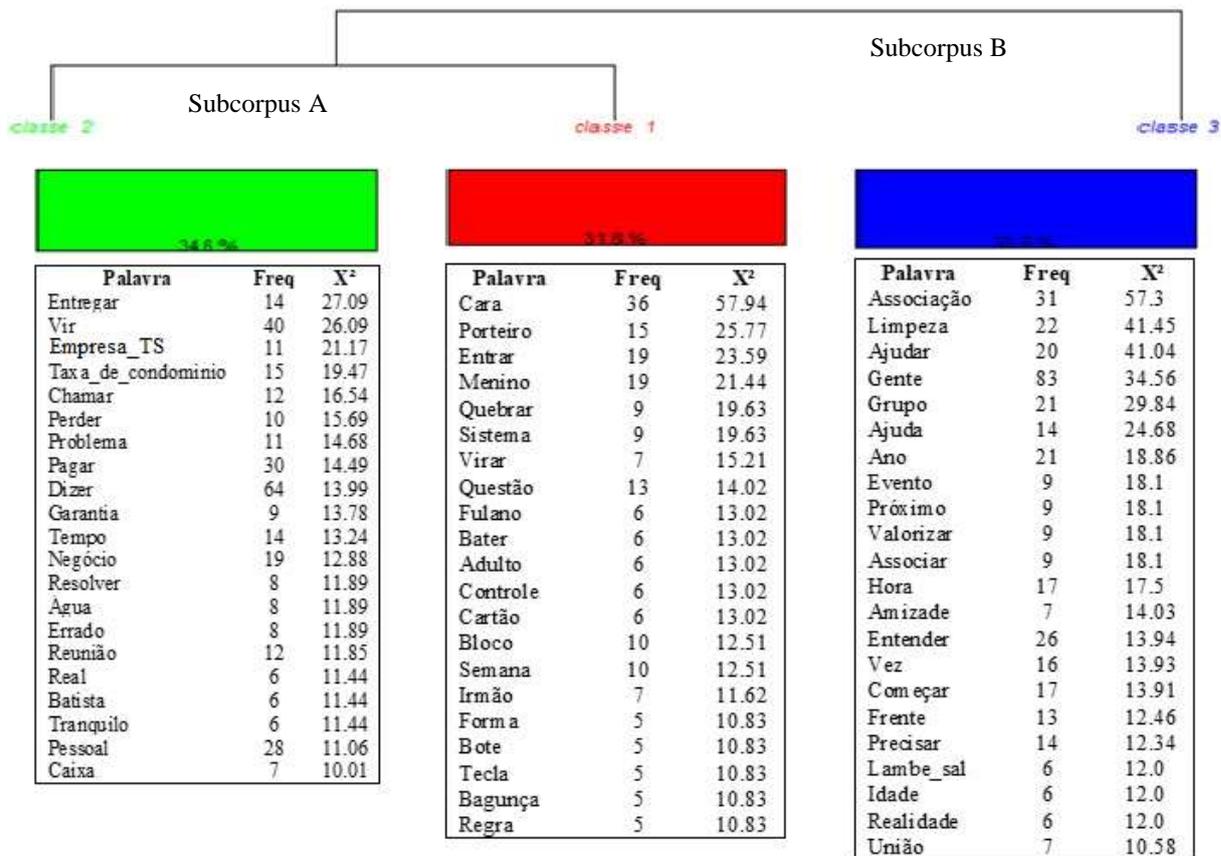
Figura 3 – Dendograma da Classificação Hierárquica Descendente



Fonte: Software IRAMUTEQ, dados da pesquisa (2018).

O subcorpus B é composto por uma única classe (3), denominada *organização comunitária* e se refere à categoria *engajamento e participação* (Quadro 4), sendo esta a classe que diretamente se relaciona à experiência do CRP-I de organização comunitária, mediada por influências na qualidade de vida dos moradores do Condomínio. As classes foram assim denominadas pela natureza dos grupos de palavras formados considerando o significado daquelas com maior frequência e a inter-relação que guardam entre si. O Quadro 5 apresenta as relações entre as Classes geradas na CHD e as categorias teóricas propostas neste estudo. O detalhamento das palavras, o número de STs que contém cada palavra nas classes e o χ^2 – Teste Qui-Quadrado de associação da palavra com a classe – são apresentados na Figura 4.

Figura 4 – Organograma das classes com suas respectivas palavras, frequências e χ^2



Fonte: Adaptado do *software* IRAMUTEQ, dados da pesquisa (2018).

Como apoio à identificação do tipo de relação estabelecido entre as três classes da CHD, a Análise Fatorial de Correspondência (AFC) apresenta em plano cartesiano (Figura 5) a associação das palavras no texto considerando as frequências dentro das classes que integram.

Quadro 5 – Categorias analíticas empregadas na definição das classes

Classes	Subcorpus	Categorias analíticas	Fontes
2. <i>dificuldades no condomínio</i>	A	Dificuldades à vida comunitária	(BONDUKI, 2009; CARDOSO; ARAGÃO, 2013; ROLNIK et al, 2015; GRAZIA; MELO, 2017; MARICATO, 2014; RUFINO, 2015; NASCIMENTO, 2017; FIX; ARANTES, 2009; ROLNIK ET AL., 2015b)
1. <i>pessoas e relações sociais</i>		Relações sociais e identidade com o lugar	(GRAZIA; MELLO, 2017; RUFINO, 2015; SILVA, 2017b; BRASIL, 2014a; OLIVES, 2017; CARVALHO, 2014)
3. <i>organização comunitária</i>	B	Engajamento e participação	(VALLA, 2000; BORDENAVE, 1994; HABERMAS, 1997; DAGNINO, 2004a; DAGNINO, 2004b; DEMO, 2009; COSTA, 2008; STOTZ, 2009).

Fonte: dados da pesquisa (2018).

5.1 DIFICULDADES À VIDA COMUNITÁRIA

O primeiro ponto de análise da organização comunitária no CRP-I diz respeito a situações que dificultam a vida comunitária dentro do empreendimento. Na Classificação Hierárquica Descendente (CHD) procedida é possível identificar, na classe 2, *dificuldades no condomínio*, a prevalência de evocações originárias do primeiro grupo focal (GF1), para o qual foram convidados moradores aleatoriamente. Isso se deve ao fato de que, no primeiro grupo focal o relato de problemas e situações de conflitos prevaleceu durante longo período, incentivado pelas questões: “O que vocês mais gostam no Condomínio Ruy Pereira I? O que vocês menos gostam no local? Quais as principais dificuldades percebidas no Condomínio?”. Nas respostas dadas pelos moradores há destaque para problemas relacionados, principalmente, à *infraestrutura* do Condomínio e entorno, a *conflitos de interesse* entre os moradores e desses com as instituições envolvidas com o Condomínio (Construtora, CEF e Prefeitura) e, ainda, a *conflitos socioculturais*, que surgem – de acordo com os relatos – como consequência das diferenças socioculturais dos moradores pertencentes à mesma faixa.

O primeiro elemento relacionado pelos moradores, nos dois grupos focais realizados, como situação problemática no Condomínio, diz respeito à *infraestrutura* interna, especificamente no tocante a um esgoto que causa forte mal-estar e cuja situação não tem recebido a devida atenção das instâncias competentes. Em ambos os grupos houve relato de intenso incômodo provocado pelo vazamento. No GF1, ocorreram relatos de tentativas diversas de resolução da situação junto ao Ministério Público e à empresa que realiza os serviços de água e esgoto no Município, conforme se percebe nas seguintes falas:

Rapaz, a gente já acionou a empresa, já veio o Ministério Público, mas a questão assim... a única coisa que a gente pode fazer aí é o SAAE vim fazer essa limpeza (M3_GF1).

Quando eu tive lá no SAAE, que eu reclamei [...] eu disse: “– Mulher, lá tem um circo. Como é que vocês cobram tanto assim que é de taxa de... é de água, se a gente não tem esgoto? Lá é esbaldando, acabando com todos os apartamentos” (M1_GF1).

[...] tem uma macacada acolá, muito feia. [...] parece um circo... tá fechado acolá de tapume faz mais de três, cinco meses que nós estamos sofrendo com isso. Ou seja, aquela podrura que sai todinha dos esgoto tá indo pras nossas casa, então isso cria barata, inseto, essas coisa, então isso tá prejudicando nossa saúde. Então não é só nossa saúde, é o ambiente, né?[...] eu tô achando isso uma macaquite maior do mundo. Já era pra ter se resolvido há muito tempo! (A9_GF2)

E sem falar que a gente paga. Nos papeis de água vem cobrando 73% de esgoto. Coisas essas que a gente tá sendo prejudicado. Entendeu? Que aqui não é saneado. Por que que a gente tá pagando essa quantia toda por uma coisa que não é saneada? (M2_GF1).

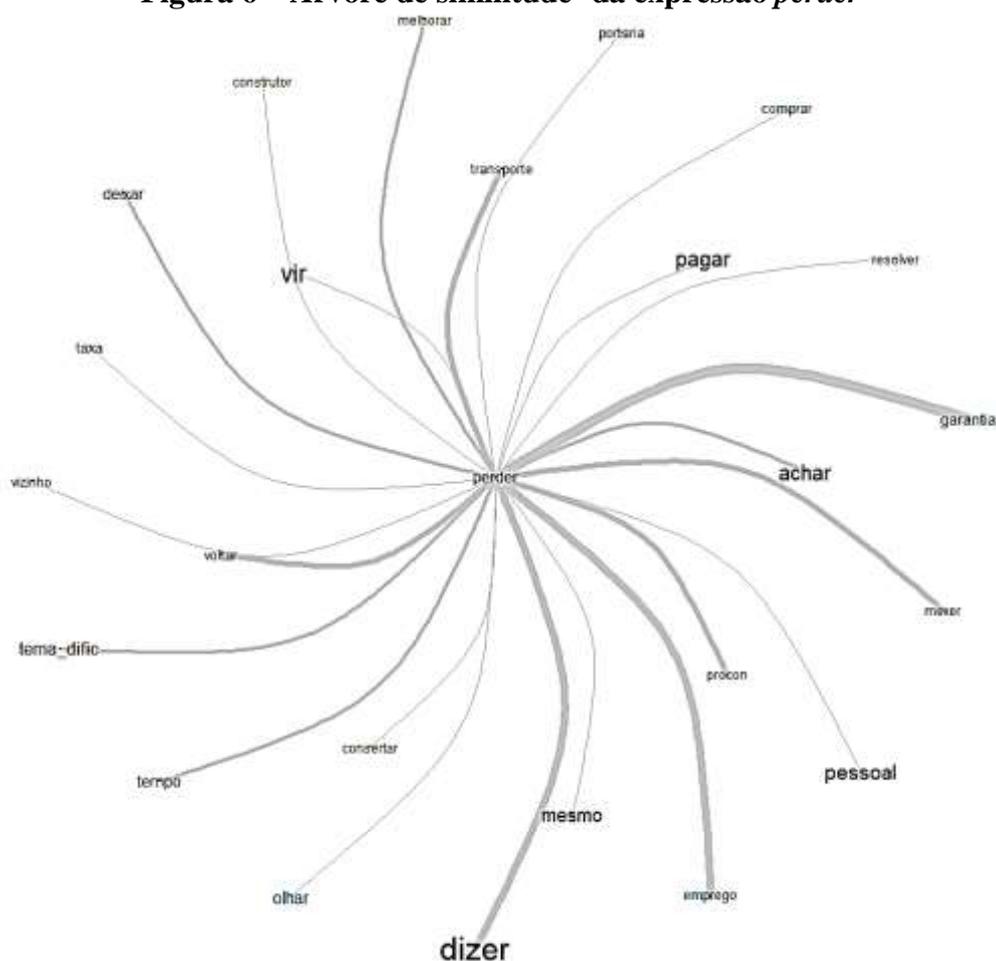
Em duas falas há, inclusive, comparação da situação com circo, o que demonstra revolta dos moradores com o que consideram negligência das instituições responsáveis. Essas negligências estendem-se aos problemas estruturais nos apartamentos e nas áreas comuns do condomínio, que são de responsabilidade da Construtora. Os moradores relatam que os apartamentos possuem garantia e, por esse motivo, qualquer intervenção realizada por meios particulares implica perda da garantia. Os relatos dos moradores apontam para a ausência de interesse da Construtora na resolução dos problemas surgidos:

Rapaz, a gente muitas e muitas vezes a gente precisa de fazer alguma coisa aqui e eles se renegam. Por exemplo: interfone. [...] Olhe, instalação aqui é zero. Instalação aqui é zero. Lâmpada de hall, você tanto bote, queima. Num passa muito tempo. Queima. As lâmpadas de cima dos prédios, que tem que ter uma lâmpada vermelha, pra identificar, né, em termos de altura? Nenhuma acende. [...] Ó, os corrimãos [...] os parafuso tá tudo caindo. A gente fala, não resolve. Diz que num tá mais na garantia. E na realidade que garantia é essa que a gente temos? Que a garantia seria de cinco anos. Num tá com nem três que a gente tá aqui. [...] E no fim tá aí, esse impasse... (M2_GF1).

Rapaz, tem uma rachadura lá no meu quarto, [...] chamou eles pra ir lá, nunca foi! [...] Pronto, tá lá, tá com um metro e vinte e cinco a rachadura. Nesse tempo, um metro aumentou (M7_GF1).

As situações apresentadas pelos moradores qualificam-se, para o grupo respondente, como principais dificultadores à vida comunitária conforme se vê na CHD, que elencou as expressões *perder* e *garantia* entre as palavras de maior destaque na classe 2. Tais expressões, inclusive, apresentam intensa relação entre si e, conforme se vê na árvore de similitude do verbo *perder* (Figura 6).

Figura 6 – Árvore de similitude⁷ da expressão *perder*



Fonte: *Software IRAMUTEQ*, dados da pesquisa (2018).

Os fatos relacionados aos problemas estruturais despertam nos moradores reflexões relacionadas à inadequação da tipologia ao padrão de vida e ao poder aquisitivo de parte dos moradores:

⁷ Na representação gráfica das associações entre as expressões, a diferença de tamanho das palavras diz respeito à frequência da expressão na classe. Quanto maior representada, maior sua incidência na classe.

farmácias, locais de lazer, entre outros) no entorno, mesmo com centenas de famílias morando no empreendimento. As falas que seguem caracterizam a situação:

O problema aqui... aqui são n fatores, né? Tipo assim, tudo distante, né? Tipo assim, falta investimento, falta Prefeitura, os governantes, né? De melhorar, tipo assim, escola aqui próximo... os menino aqui da gente estuda de sete hora, chega de sete e vinte, tem que acordar seis e meia... pra pegar um ônibus lotado... o motorista sem educação, os cara assim... (M7_GF1).

Tudo é longe, aqui (M12_GF1).

Falta escola perto (M14_GF1)

Aqui, aqui o pessoal veio pra cá foi assim, foi... jogaram aqui, deixaram nós ao Deus dará, que nem ônibus num... deixaram nós aqui e nem ônibus, nem Kombi, nenhuma qualidade de transporte tinha pra gente aqui, num tinha posto de saúde, num tinha nada, véi. Jogaram nós aqui, isso aqui era só a gente aqui e o resto aí, ao Deus dará. Era desse jeito (M7_GF1).

O último relato, do morador M7, sintetiza a situação que vivenciaram os moradores quando as primeiras unidades foram entregues. O morador enfatiza as ausências de transporte público e de posto de saúde, o que só ocorreu mais tarde. Contudo, expõem que, apesar dessas recentes respostas, ambos os serviços atendem apenas precariamente à elevada demanda, visto que a dimensão do posto de saúde é insuficiente e a oferta de transporte é escassa tanto em termos de destinos quanto de disponibilidade de horários. Ocorreram, ainda, menções à necessidade de segurança no entorno e a uma consequência trazida pela restrição na oferta de transporte público – vários moradores perderam o emprego e decidiram sair do condomínio:

Eu tenho até [...] que eu morei aqui e tive que sair porque não tinha transporte, perdi emprego e tudo, depois voltei... Não tinha transporte. Não tinha transporte, não tinha veículo, não tinha como se locomover, aí perdi emprego, tive que voltar... (A11_GF2)

Minha esposa perdeu o IF porque não tinha como ela chegar aqui depois das dez... (A10_GF2)

[...] por trabalhar do outro lado, e o horário também, não tem um ônibus que venha deixar, entendeu? Então ele teve que se mudar pra não perder seu emprego (A3_GF2).

A maioria trabalha em Natal. Por exemplo, agora, eu tô trabalhando em Pirangi. Três carros pra ir, três carros pra voltar... Aí soma aí no final do mês quanto é que dá! (A11_GF2)

Eles jogaram só uma linha de transporte coletivo aí... (A10_GF2)

Chego lá cansado, canso mais da viagem de ônibus do que no trabalho (A1_GF2)

Aqui, pronto, eu tenho uma motinha. Se meu menino adoecer, eu num posso pegar minha moto e levar a mulher e o menino pro hospital, que a polícia se pegar, me para. A questão é diferente. É que lá, pronto, aqui... o ônibo, aqui... como aqui, o Ruy Pereira, você... dependendo do horário da noite se você chamar um táxi pra cá, não querem vim. Se chamar um Uber, num quer vim. Entendeu? (M7_GF1)

De nove horas, nove e meia, nem ligue pra táxi aqui que num vem. Táxi, Uber, num vem (M2_GF1).

A única coisa que é chata é o carro. Pra onde a gente ir, ir de carro. Ou de pés (M12_GF1).

O empreendimento foi construído para famílias da menor faixa de renda do PMCMV e que, majoritariamente, não possuem veículo próprio. Trata-se, portanto, de segmentos populacionais com menor autonomia para deslocamentos para o trabalho e acesso a equipamentos urbanos e serviços e que dependem essencialmente da oferta de transportes e de serviços públicos nas proximidades. Esse ponto reforça a percepção de que no CRP-I ocorre a reprodução de padrão de má localização (BONDUKI, 2009; CARDOSO; ARAGÃO, 2013; ROLNIK et al, 2015; GRAZIA; MELO, 2017) e baixa oferta de equipamentos urbanos e serviços públicos em empreendimentos de habitação de interesse social destinados à população de menor renda. Este padrão encontra-se, assim, reproduzido na faixa 1 do PMCMV conforme verificaram Maricato (2014) e Rufino (2015). Em pesquisa realizada na RMNatal, Moura (2014, p. 357) constata o “afastamento dos grupos mais pobres da população das áreas mais centrais, e de toda sua infraestrutura, para as periferias, onde se evidencia a ausência de serviços públicos”.

A tendência à periferização no PMCMV relaciona-se diretamente à “sua submissão aos interesses dos agentes construtores que operam no mercado de moradias” (NASCIMENTO, 2017, p. 100) pois, conforme aponta Paul Singer, “a demanda de solo urbano para fins de habitação [...] distingue vantagens locais, determinadas principalmente pelo maior ou menor acesso a serviços urbanos [...] e pelo prestígio social da vizinhança” (1982, p. 26). A situação identificada na presente pesquisa reforça, por exemplo, as constatações de Silva (2014), no que diz respeito à acessibilidade no PMCMV na região metropolitana de Natal. Segundo a autora a localização “contribui para uma evidente condição

de vida muito frágil aos usuários do programa” (p. 157). Há ocorrências de um processo de negação do direito à cidade, visto que os serviços urbanos – em especial de saúde, educação, cultura, segurança, entre outros –, conforme apresentam os moradores, tem sido oferecido em condições insatisfatórias ou não oferecido.

O segundo ponto analisado dentre os elementos que dificultam a vida comunitária são os *conflitos de interesse* derivados das relações anteriormente apresentadas, principalmente no que se refere à atuação da Construtora, da CEF, da Prefeitura e dos beneficiários. É comum entre os moradores o relato de precária coesão entre interesses dessas instituições no local e da geração de problemas em diferentes graus, decorrentes dessa coesão precária. Nascimento (2017), em certa medida, contemplou fenômeno similar ao constatar que o PMCMV tem sido “recurso político-eleitoral, tanto para obter o apoio popular, atendendo camadas carentes da população ao sabor das eleições, quanto para responder aos interesses de agentes do capital [...]” (p. 258). Foi com este sentido de uso político do Programa que M1, no GF1, desabafou:

Olhe... num sei porque que a Caixa tá fazendo isso com as pessoas aqui. A Construtora já entregou à Caixa perfeita. Só entregar as chaves às pessoas. Os documentos... tudo assinado. Eu tenho pessoas minhas que eu conheço, amigas minhas precisando; necessitando. Problemas que ela tem, de doenças. Sem poder pagar aluguel. E a Caixa não quer entregar. Que disseram que ia ser no dia três, agora. Não entregaram. E tá aí. Eu num sei... ou tão esperando por político. Isso não existe! Político agora vai ser pior. Porque eles mesmo que disseram: “se tiver pensando que vão entregar e a gente vamo cair na besteira, acabou-se aquele tempo” e eu concordo com eles (M1_GF1).

O uso político é igualmente constatado por A2 quando declara:

A gente não vive sem política e a gente, praticamente, depois que passou a campanha, a gente ficamos praticamente esquecido, aqui. Nós fomos jogado aqui dentro e a política pública num teve aqui... mandou aquele negócio social aqui, foi besteira, mas a gente precisa muito mais do que a gente ser isolado pela política, principalmente pelos políticos. Aqui num tem um projeto pra criança, ninguém tem um projeto aqui pra criança (A2_GF2).

A situação relatada aponta para o reforço de que a maior confluência que existe no Programa restringe-se aos interesses econômicos e políticos, conforme apontam Fix e Arantes (2009): “o mercado depende do governo para expandir a oferta e [...] o governo depende do mercado para implantar uma política social” existindo, assim, “um amálgama de interesses econômicos e políticos” (p. 4) envolvido no Programa.

Isso? Gente adulto em cima, os filhos... quer dizer... que muitas coisas também é culpado aqui são os moradores. Tá aqui: a taxa de condomínio é quarenta reais. Tem gente que não quer pagar. Paga pouquíssimas pessoas. [...] Quer dizer... que as pessoas... faça uma festa aqui que tá todo mundo, que o senhor não vê ninguém aqui dentro. Mas agora pra ter o condomínio bonitinho, o portão, que já era pra tá tudo bonitinho aí, no controle... né? No motor... não tá. Por quê? Culpa dos morador, meu amigo. Eu num vou culpar ninguém lá de fora desses problemas não, porque o culpado somos nós que tamo morando. Que tamo... Nós num escolheu fechado o condomínio? Que esses muro ia ser tudo aberto. Diga aí que coisa ia ser sem muro sem nada (M1_GF1).

Durante os relatos relacionados ao pagamento da taxa de condomínio, havia concordância geral quanto à responsabilização dos moradores inadimplentes pela ausência de determinados serviços no Condomínio – a exemplo do serviço de limpeza e conservação das áreas comuns. Isso ocorreu porque, quando da entrada dos moradores no Condomínio, estes optaram pela preservação dos muros que guardavam o empreendimento durante o período de obras, transformando o CRP-I em condomínio fechado. A opção pelo condomínio fechado exime a Prefeitura, conforme alega a autoridade municipal, da realização de serviços no interior de áreas que se tornaram privadas. É este, pois, o fato que explica a necessidade de pagamento de taxa de condomínio: financiamento de serviços de limpeza e conservação das áreas comuns de convívio e trânsito.

Em momento anterior ao GF1 revelou-se pertinente caminhar pelas ruas do Condomínio e conversar com moradores, alguns dos quais não se sentiram à vontade para participar do grupo focal sob a justificativa de que, ao fazê-lo, ensejariam fortes embates. Uma beneficiária justificou que o não pagamento da taxa de condomínio se dava, no seu caso específico, em virtude do valor cobrado (R\$ 40,00), que seria elevado para o seu poder aquisitivo. A moradora revelou que, muitas vezes, dormia com fome e que seu sustento dependia da ajuda de terceiros.

Relatos dessa natureza explicitam diferenças entre os beneficiários em termos de padrões socioeconômicos e socioculturais dentro da primeira faixa de renda do PMCMV (faixa 1). No caso do CRP-I tais diferenças têm gerado conflitos. Houve predominância de pontos de vista semelhantes nos grupos focais realizados, permitindo apontar que os participantes possuíam níveis socioeconômico e sociocultural semelhantes, visto que todos revelaram possuir fonte de renda como autônomo, de benefício previdenciário ou de renda de cônjuge.

A diferença de padrões de vida e a intensidade dos conflitos oriundos desse fato são enfatizados quando se analisa a expressão *entrada*, identificada na CHD como a de maior força (com x^2 de 27.09) na classe *dificuldades à vida comunitária*. O recurso *concordância* do IRAMUTEQ evidencia que, dentre os segmentos de texto que possuem o verbo entregar ou variações (entregue, entregou, entregaram, entrega), característicos da classe 2 para tratar da entrega dos apartamentos aos beneficiários, fica claro não ter ocorrido qualquer preparativo para a vida comunitária em condomínio de apartamentos, ação imprescindível diante das diferenças socioculturais e socioeconômicas contempladas na faixa 1 do PMCMV e que se agrava pelo quantitativo de unidades de cada condomínio (300 apartamentos) e população estimada (1.200 pessoas).

No GF1 foi questionado o que os participantes, caso pudessem, mudariam no Condomínio. A primeira resposta, dada por M5, foi: “mudaria o pensamento das pessoas”. Essa resposta, apoiada pelos demais com expressões como “pode crer!”, “falou tudo!”, “agora disse tudo!” ensejou posicionamentos relacionados à necessidade de trabalho social para a conscientização das pessoas tanto no que se refere às especificidades de residir em apartamento quanto de pagar taxa de condomínio:

O difícil daqui é esse: é mudar a consciência e pegar a taxa de condomínio. Tem que colocar na consciência do pessoal, ir colocando devagarinho... tem que pagar o condomínio, né? O pessoal aqui não tem essa cultura, né? Porque morava em casa... (A1_GF2).

Tipo assim, é o seguinte... tipo assim: devia haver um trabalho de conscientização [...]. Mas não. Entrega a chave... muita gente aqui era o pessoal tipo assim... eu num posso discriminar, tipo assim... um pessoal eu... tipo assim, num tem nem noção do que é morar em condomínio. [...] Se for reclamar, é até pior. Ai confusão... tipo assim o que aconteceu aqui acho que foi desleixo, né? Tipo assim, “ah, tá tudo bom...”, aí aqui é tipo, é como se fosse um jardim de infância, um bucado de menino. É todo mundo adulto, mas um bucado de menino: “Ah, fulano num tá pagando não. Eu vou pagar pra fulano?”, tipo assim. [...] Foi uma coisa bem básica mesmo, num foi? Tipo assim... quando foram entregar as chaves disseram: “olhe, vocês vão morar em condomínio e vocês vão ter que pagar uma taxa” e pronto, só isso... também... tipo assim, eu acho que devia ter tido mais um esclarecimento melhor, né? Juntava numa sala e dizia “pessoal, olhe, é assim porque você vai ter que fazer isso, porque isso vai gerar isso e isso e aquilo outro. Se não fizer num... bababá e pronto”. Eu acho que se tivesse tido um entendimento assim o pessoal que tivesse um melhor entendimento... (M6_GF1).

Os condôminos do GF1 registraram ter ocorrido uma ampla reunião com todos e que este foi o único momento em que foram passadas ideias relacionadas à moradia em apartamentos.

Esse negócio aí que ela tá falando... Aqui rolou uma reunião sobre condomínio. Mas uma pessoa assim pra orientar “olhe, você não leve a mal não, você respeite o espaço do seu vizinho... até tal hora você num faça... você evite fazer barulho, evite fazer baderna”. Sobre essa parte aqui ninguém falou nada sobre isso. Aqui foi tipo assim, cara, pegaram as chaves aqui, di...: “olhe, vocês aí que tão morando de aluguel, pegue essas chaves aí, vão lá praqueles condomínios”, jogaram a gente aqui e esqueceram, véi. Porque aqui não teve palestra nenhuma de nada aqui como é que você respeita seu vizinho, até que horário... (M7_GF1)

A fala aponta a não realização – e a importância – do trabalho social pré-ocupação, que deve ocorrer com as famílias beneficiárias, conforme prevê documento de referência do trabalho social no PMCMV (BRASIL, 2014a), em momento anterior à entrega das unidades. Esse aspecto foi identificado por Olives (2017) ao estudar desafios e fragilidades do trabalho social no PMCMV, o que incluiu o CRP-VI. A autora observa que:

A falta de compromisso no Município em desenvolver o trabalho social pré-ocupação revela a omissão da CEF em fiscalizar e cobrar a atuação da Prefeitura no TS durante as obras. De um forma geral, tanto a CEF quanto o Município possuem uma preocupação maior apenas com a construção do empreendimento, com a celeridade de entregar o mais rápido possível, colocando em segundo plano o trabalho social com as famílias. A inexistência de trabalho social pré-ocupação traz consequências irreparáveis para a efetividade do PMCMV Faixa 1. São famílias que irão residir em apartamentos e condomínios fechados com o mínimo de instrução sobre as regras que permeiam estes espaços, prejudicando a adaptação e o convívio dos moradores (OLIVES, 2017, pp. 117-118).

De fato, os moradores exibem restrita ou nenhuma noção acerca da relevância do trabalho social para ajustes nos relacionamentos e nas regras de convivência em condomínio, agravada pela diversidade de perfis socioculturais. Os moradores respondentes mal sabem informar o que ocorreu durante a execução do trabalho social (o que será detalhado na análise da categoria seguinte) e atribuem à diversidade de perfis a não adaptação ao condomínio – especialmente no caso daqueles de zero renda – recuperando a sistemática do ambiente de vida nas comunidades de origem (em geral, municípios de pequeno porte ou bairros populares da Região Metropolitana de Natal). Esse aspecto relaciona-se à expressão *vir*, segunda palavra de maior destaque da classe *dificuldades no condomínio* na CHD. Isso ocorre porque os

segmentos de texto da CHD que são característicos da classe 2, relacionam o verbo *vir* à mudança dos beneficiários para o Condomínio e à adaptação/não-adaptação à nova morada:

Eu num estranhei apartamento porque eu já vim preparada pra morar em apartamento. Mas eu vou dizer porquê. Trabalhei muito em apartamento... Eu via como era tudo. Os valores que pagava, taxas... era 400, 600 reais. Apartamento de luxo. Você sabe que é assim mesmo (M1_GF1)

É porque não há um respeito... é o que eu digo: a galera, aqui, a galera não tem consciência, o pessoal aqui... teve uns que saiu da favela, mas a favela não saiu deles. Eu num tô querendo... eu tô sendo realista. Eu num tô menosprezando ninguém, eu num quero ser... Mas é porque é a realidade. Tipo assim: saiu de lá, do rolé lá e quer trazer o sistema de lá pra cá, mas num é assim. (M6_GF1).

Rolnik et al. (2015b) identificaram fenômeno similar:

Uma análise da adequação cultural dessas moradias aos seus habitantes aponta também para a problemática da forma condomínio, multiplicada pelo PMCMV. A organização condominial estabelecida nos conjuntos impõe uma nova forma de sociabilidade, com regras e estrutura de gestão coletiva com as quais a maioria dos beneficiários não está familiarizada (ROLNIK et al., 2015b, p. 404).

Os relatos dos moradores apontam, assim, que a familiarização dos beneficiários com a tipologia de moradia aparece como desafio à sociabilidade e fator que influencia diretamente nas relações sociais que se estabelecem no CRP-I. Há de considerar, ainda, a identidade que os moradores estabelecem com o lugar, dimensão que será abordada na sequência.

5.2 RELAÇÕES SOCIAIS E IDENTIDADE COM O LUGAR

A segunda categoria teórica aborda *relações sociais e identidade com o lugar* e se situa na *classe 1 – pessoas e relações sociais* (Figura 3). A relação de correspondência entre a categoria teórica e a classe 1 advém da apreciação do conjunto das expressões conforme agregadas na Figura 4. Refere-se a vivências das pessoas em situações cotidianas no Condomínio e revela traços das relações sociais estabelecidas entre os moradores e destes com o lugar que coabitam.

Como primeiro destaque da categoria aparece a aproximação gerada na CHD (Figura 3) entre as classes *difficultades do condomínio* e a de *pessoas e relações sociais*. Tal fato é

reforçado na representação gráfica da AFC (Figura 5), que evidencia semelhanças entre palavras das duas classes. Essa aproximação é reforçada pelo vocábulo *cara*, que aparece na Figura 4 como a palavra de maior força na classe 2. O recurso *concordância* do Iramuteq destaca a incidência da expressão para referenciar um beneficiário, durante a descrição de situações ocorridas no Condomínio, em termos de *comportamentos dos moradores* que se relacionam a *dificultadores à vida comunitária*. O primeiro comportamento expresso é o da falta de comprometimento dos moradores no cumprimento do que é decidido nas reuniões de condomínio:

Essas coisas de condomínio, o que muitas pessoas aqui fazem, né? É assim... muitas pessoas fazem assim: o cara vai fazer uma votação pra ter... “vamo botar o porteiro. Quem quer porteiro?” todo mundo levanta a mão. Quem quer pagar? (M7_GF1)

Ninguém! (M6_GF1; M5_GF1; M10_GF1).

Na fala de M7, em específico, há evocação à carência na segurança particular no Condomínio, justificada pela impossibilidade de prestação do serviço em virtude do restrito número de moradores que paga a taxa condominial. Por essa razão, o vocábulo *porteiro* aparece como segunda maior força na Classe ($x^2 = 25.77$). Parte significativa dos relatos registrou comportamentos impróprios de moradores na relação com o controle da portaria a exemplo de descortesias e indisposição para cumprir requisitos básicos de identificação de convidados. Ocorrência dessa natureza é vista por Gazia e Mello (2017) como elemento cultural, que se coloca como desafio à gestão condominial dentro dos formatos dos empreendimentos do PMCMV. Torna-se desafiador alterar elementos culturais e condições de vida de segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade, que é demandante de infraestrutura e consumidora de serviços públicos, e, que, por outro lado, não tem condições para realizar pagamentos condominiais e se tornar responsável pela gestão de espaços comuns e por responder a demandas financeiras e administrativas (GRAZIA; MELLO, 2017, p. 359). Perspectiva semelhante é registrada por Rufino (2015) ao caracterizar a inadimplência como recorrente e fator limitante à gestão de condominiais no Programa.

Em fatos relatados no CRP-I são apontados comportamento de incompreensão quanto à importância do controle na portaria por parte de alguns moradores. Assim, *entrar* é outro vocábulo com forte força na classe 1 ($x^2 = 23.59$) aparecendo vinculado a situações de descortesia e ao não atendimento a critérios de autorização para acesso ao Condomínio:

A gente ia, abria, “boa noite, senhor”, na maior educação, na maior calma. “- O senhor vai pra onde? Qual é o bloco, o apartamento? – É meu pai que mora aqui! – Não, beleza, tá massa, mas eu vou precisar da sua identidade. – Ah, meu amigo, num sei quê, num sei quê...”. Aí cantava pneu e entrava. Beleza. Quando pensava que não o dono do apartamento vinha “- Meu irmão, você barrou meu pai?! Num sei quê... - Não, eu num barrei seu pai, meu amigo. Ele é seu pai. Você sabe que ele é seu pai, mas o cara que mora no 19 sabe que ele é teu pai? Ele num sabe não”. Tipo assim, se você pedisse a identidade aqui na frente, meu amigo, você ia apanhar, meu amigo (M6_GF1).

Isso reforça, em certa medida, um ponto discutido na categoria *dificultadores à vida comunitária*, qual seja, a inadequação da tipologia apartamento à realidade e cultura de parte dos moradores, fato que extrapola a situação específica encontrada no CRP-I, conforme comprovam resultados de pesquisas anteriormente referidos. É perceptível, pelos relatos, casos de frágil adaptação de moradores às necessárias regras de conduta que a vida em condomínio requer. Por essa razão, aparecem relatos envolvendo excesso de barulho, o que é tido, inclusive, como maior causa de conflitos entre os moradores:

Logo quando eu vim morar aqui no primeiro dia, eu cheguei aqui no sábado de quatro horas da tarde, tinha um cara fazendo, batendo com a furadeira lá. [...] Liga furadeira, makita de noite, sábado, domingo, não tem respeito. Se for reclamar, é até pior. Aí é confusão... (M6_GF1).

Os moradores relataram obstáculos em termos de diálogo interno na resolução de conflitos, o que desencadeia discussões e agressões de diversas naturezas:

Semana passada, domingo agora, quatro e meia da manhã, o povo brigando embaixo da minha janela... com um pedaço de garrafa pra bater no outro! (M8_GF1).

Aqui eu vi foi três brigas essa semana (M12_GF1).

Vige, Cara! [...] eu gosto daqui que tem mais mulher falando: “mulher, seu menino quebrou minha janela...” um exemplo, como já aconteceu aqui. Ih, mermão, é barraco, é barraco! Favela! Tipo barraco mesmo de mulher barraqueira... aqui tem pra encher de caminhão. Pode trazer um troncado aqui. Traga um de trem, de carrada, igual àquele de canavial (M6_GF1).

Aqui é assim, olhe... [...] “eu vou em casa, vou pegar uma faca”, você diz “eu vou pegar uma foice...” (M7_GF1).

As situações relatadas apontam para uma precária condição de convivência num lugar com o qual os moradores necessitam estabelecer identidade e promover proximidades e relações de tolerância. Silva (2017b) assevera que “precariedade dos vínculos sociais e baixo nível de capital social” são características dos territórios criados no âmbito do PMCMV, principalmente pelo fato de que são empreendimentos “formados por pessoas das mais variadas origens, que nunca conviveram juntas e agora compartilham um mesmo espaço” (p. 110). De acordo com Valencio (2012, p. 68),

a construção inicial de identidade e as relações fundamentais com o outro, em termos de cuidados mútuos, solidariedade e afetividade, são protegidas pela moradia (...), concebida como um lócus onde a intimidade é resguardada para o repouso, o devaneio, a satisfação das necessidades básicas, dentre outros. Trata-se de uma referência espacial essencial dos residentes para dar materialidade aos seus valores, desejos, aspirações, fantasias, sentimentos, assim como para exercitar as tensões e conflitos que, porta afora, estarão igualmente presentes na esfera pública. É ainda, a referência espacial relevante na sociabilidade praticada com os demais membros de sua rede primária, desde os oriundos da família nuclear como da extensa, como os amigos e vizinhos. A referência alargada da moradia, que faz a ponte entre a esfera privada e a pública, as práticas pessoalizadas e as impessoais, é a comunidade, cujo sistema de objetos com significados compartilhados viabiliza a coesão e rotinas de convivência entre conhecidos e desconhecidos (VALENCIO, 2012, p. 68).

A reflexão do autor aponta tanto para o desafio de pessoas (de diferentes origens e culturas) coabitarem o mesmo lugar, e, para a problemática da tipologia apartamento, quanto para a reprodução de um mesmo padrão arquitetônico para diferentes famílias. Este último aspecto apareceu no CRP-I quando M6 ponderou:

É porque aqui é bem miscigenado, aqui foi... isso aqui foi igual à colonização do Brasil. Vei neguim do Japão, neguim de tal... foi, foi, foi... pá pá pá. Pronto. O negócio aqui... aqui tem várias famílias... várias etnias, né? Tem evangélico, macumbeiro, católico... tem o escambau a sete aqui. Aí cada um tem o seu modo de pensar, só que eles têm que ter consciência que independente da minha forma de pensar, eu tenho que arrumar uma forma de me encaixar. Eu tenho que me encaixar nessa sociedade que é morar em condomínio, né? Não é do jeito que eu quero que seja (M6_GF1).

Em sentido similar ao abordado por M6, e com foco na padronização do projeto arquitetônico, Rolnik et al. (2015b, pp. 402-403) asseveram que:

o projeto, bem como todo o sistema construtivo, deve expressar tanto a identidade quanto a diversidade cultural dos moradores (CESCR, 1991). É imediata, contudo, a verificação de que o PMCMV não favorece essa diversidade. Com o teto do valor pago por unidade habitacional fixo, a padronização dos projetos é uma das

estratégias empresariais na redução dos custos de produção, que viabilizam taxas de retorno interessantes. As grandes construtoras se utilizam de sistemas de gestão que permitem reproduzir à exaustão o mesmo projeto “carimbo” das poucas tipologias existentes. Como consequência, verifica-se a reprodução em escala nacional de um projeto padrão que não corresponde à diversidade regional e nem sempre responde às necessidades das famílias atendidas. É importante ressaltar, no entanto, que a uniformidade tipológica não decorre exclusivamente de estratégias empresariais, mas também do próprio desenho do Programa, que faz com que os projetos atendam a requisitos pouco flexíveis de número de cômodos, metragem das unidades e materiais, sem margem para que a diversidade da demanda habitacional existente seja levada em consideração na sua elaboração (ROLNIK et al., 2015b, pp. 402-403).

Seguindo tal padronização, nos relatos de moradores do CRP-I é reafirmada a inadequação da moradia no que diz respeito à dimensão cultural, fato que, inclusive, é apontado pela Organização das Nações Unidas (ONU, 1991) no Comentário Geral nº 4 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. A adequação cultural, conforme registra o referido documento da ONU, é identificado como:

(g) Cultural adequacy. The way housing is constructed, the building materials used and the policies supporting these must appropriately enable the expression of cultural identity and diversity of housing. Activities geared towards development or modernization in the housing sphere should ensure that the cultural dimensions of housing are not sacrificed, and that, inter alia, modern technological facilities, as appropriate are also ensured (NAÇÕES UNIDAS, 1991, p. 4).

Há, na discussão acerca da identidade cultural e local, relação entre a má localização dos empreendimentos habitacionais e a fragilidade na construção dessa identidade. A título de exemplo, Moura (2014), ao estudar o tema na RMNatal, identificou padrões de segregação e desterritorialização. A autora enfatiza que:

a ideia de desterritorialização, vai ter a sua fundamentação, sobretudo, na definição do território simbólico, o qual foi proposto por Haesbaert (1999) como produto da apropriação feita através do imaginário e da identidade social sobre o espaço, no qual se desenvolve as relações de trabalho, moradia e lazer. Desse modo, o processo de desterritorialização seria fruto da ausência de uma dinâmica do indivíduo com o novo espaço que habita, o qual é precariamente atendido pelos equipamentos e serviços públicos (MOURA, 2014, p. 343).

É no processo de apropriação do espaço que os moradores manifestarão, na nova moradia, costumes e modos de viver anteriores ao Condomínio, a exemplo da intensa presença de crianças nas áreas comuns do CRP-I sem a devida supervisão de adulto, relatada pelos moradores presentes tanto no GF1 quanto no GF2. A presença das expressões *menino* e *quebrar* como terceira e quarta palavras de maior força na classe 1 ($x^2 = 21.44$ e $x^2 = 19.63$,

respectivamente) evidenciam a importância que os moradores respondentes atribuem ao problema:

Isso aí hoje em dia tá assim, ó, desde o início eu digo. Eu digo, isso aqui num vai durar três meses não; por quê? Porque aqui é um condomínio, mas o povo num sabe o que é condomínio. Aqui a mãe tá em casa lavando louça e o filho tá no mei... tá aí, tá brincando, tá correndo, tá quebrando as coisas. Quando você vai ver quem quebrou, ninguém sabe. Por quê? Fosse a regra de condomínio botar aqui dentro, é uma coisa que você tinha que pegar todo mundo e levar pra pré-escola. Pra aprender como é que é moradia. Por quê? Eu trabalho em condomínio, eu sei as regras que temos em condomínio. É o que eu digo desde o início aqui, eu digo, olhe, aqui é uma coisa que num tem quem bote isso aqui nos eixos por que o povo num tem, num tem a noção de como é que se vive em condomínio não. Se a gente fosse reclamar porque aqui, não, aqui é condomínio... a gente quer que seja um condomínio, ia ter que pegar os pais e ensinar, “olhe, seu filho tem que tá dento de casa com você”. Se seu filho vai descer, você tem que descer com ele”. Em condomínio, criança não brinca sozinha em nenhum canto não. Ou tá a babá, ou tá o pai, a mãe, uma tia... um responsável. Porque o que ele quebrar ali, o pai e a mãe têm que pagar. Aí aqui não, aqui o povo solta os meninos. Pronto! Menino quebra janela, ninguém sabe quem quebrou. Menino arranca as torneiras, ninguém sabe quem arrancou. As ruas aqui, era pra os meninos andar de bicicleta nas ruas, mas não, só anda nas calçadas, e empinando. Aqui tem pai que pega uma moto, entrega pro filho. Um filho desse tamanho que nem eu vi essa semana. Um menino desse tamanho numa moto pra cima e pra baixo. Andando em cima das calçadas (M7_GF1).

A dificuldade na assimilação de uma nova identidade local compartilhada e de pertencimento é reforçada quando os moradores são questionados acerca do desejo de permanência ou não no CRP-I:

Não. Eu digo na cara mesmo... não. Vontade eu tenho, mas se continuar assim, não (M6_GF1).

Não sei... Eu queria... (M11_GF1).

Eu [quero permanecer] sim (M3_GF1).

Eu também não. Eu [não quero], porque eu gosto de casa... Se eu pudesse comprar um apartamento... Se eu pudesse comprar uma casa fora eu já tinha ido embora faz tempo! (M7_GF1).

Eu também [iria embora]! (M12_GF1).

Os moradores justificam desinteresse pelo lugar e pela moradia, em particular, não apenas em virtude dos conflitos culturais existentes, mas, também, pela precariedade da infraestrutura local:

... sobre venda de apartamento, se alguém fosse pra vender meu... o apartamento que eu moro, eu venderia assim... se eu arrumasse o dinheiro para comprar uma casa em Santo Antônio, porque aí eu tô procurando uma melhoria pra mim. É [melhoria], com certeza, né? Porque você... lá eu vou pra Natal, pra ir pra Natal, pronto. Eu chego na parada, tem ônibus pra ir pra Natal. Lá, eu quero ir num mercado, tem mercado. Lá tem posto de saúde, é mais próximo do hospital... tudo lá é mais fácil do que aqui. Aqui, pronto, eu tenho uma motinha. Se meu menino adoecer, eu num posso pegar minha moto e levar a mulher e o menino pro hospital, que a polícia, se pegar, me para. A questão é diferente. É que lá... pronto, aqui, os ônibus, não querem vir. Se chamar um Uber, num quer vir. Entendeu? (M7_GF1).

A fala de M7 reforça elementos anteriormente discutidos como relevantes à criação de identidade com o local: além do interesse por outra tipologia arquitetônica de moradia, há influência da dificuldade no acesso a equipamentos e serviços urbanos explicando o desinteresse pela permanência. Tal entendimento aparece de modo dúbio na pesquisa, pois, apesar dessa tendência pela não permanência, na definição do *local de moradia em uma palavra*, quando solicitada, os participantes reagiram com respostas como:

Maravilhoso! Eu gosto daqui (M6_GF1).

Ah, eu também gosto. Eu amo aqui. (M12_GF1).

Eu adoro aqui! [...] Maravilhoso! Eu amo isso aqui. Jesus me deu. (M11_GF1).

Tranquilo (M10_GF1).

Eu agradeço muito a Ele (M12_GF1).

Eu pagava muito aluguel, então eu pagava lá 400. 300 e mais 100, água e luz. Aí quer dizer, um negócio desse que eu pago 38 reais, 40 de condomínio... quê que eu quero mais da vida pelo amor de Deus? Aí eu ter problema, fazer confusão? (M11_GF1)

Eu gosto daqui. Eu adoro aqui (M9_GF1).

Eu gosto daqui. Eu adoro aqui (M4_GF1).

O apelo à casa própria, a princípio, parece superar o desejo de saída do Condomínio entre os participantes da pesquisa. Nesse quesito, todavia, Andrade (2015) destaca que “o direito à moradia não pode ser reduzido ao direito à propriedade individual – isto é, à casa própria” (p. 190), já que é perceptível, no PMCMV, a reprodução de tal ideologia mediante padrões de segregação impostos pelas distâncias dos empreendimentos no tocante ao acesso a equipamentos públicos (MOURA, 2014). Lago (2017) classifica essa situação como negação à cidade:

Vale destacar, ainda, que a política habitacional implantada pelo governo Lula recolocou a “casa própria” como necessidade primeira e urgente. Em nome da urgência em zerar o chamado “deficit habitacional” 21, milhares de domicílios são construídos nas fronteiras urbanas ou além delas, onde a cidade não chegou, mas com a promessa governamental de que chegará em breve. Não há um pensamento urbanístico orientando essas ações edilícias; o que há é a negação da cidade (LAGO, 2017, p. 143).

É na perspectiva de “evitar a reprodução de ambientes urbanos sem identidade, sem uma formação comunitária e sem o estabelecimento de laços de vizinhança” (MOREIRA; SILVEIRA; REIS, 2015, p. 85) que no PMCMV está previsto o trabalho social. No CRP-I o trabalho social foi realizado após a entrada das famílias. Ao serem questionados a respeito das atividades ocorridas, os participantes da pesquisa reagiram com silêncio, numa clara demonstração de desconhecimento do tema. Esclarecido o objeto a partir da alusão ao nome da empresa que realizou o trabalho social, por licitação de 2016 da Prefeitura – e que, segundo Olives (2017), teve no RRPS sua primeira experiência em execução de trabalho social em empreendimento de habitação social –, os participantes da pesquisa passaram a emitir opiniões desencontradas e descontextualizadas:

Foram uns cursos que teve aqui. Minha esposa participou (A8_GF2).

Eu achei legal. Houve uns errozinhos aí, tipo assim... eles ministravam uns cursos aqui aí era pra trinta pessoas, aí aquelas trinta pessoas que fizeram um já emendou no outro... não abriu vaga pra outras pessoas, Mas, são trezentos apartamentos. São trezentos apartamentos! Quer dizer, eles fizeram a cota de dez por cento, quer dizer, muita gente que quis fazer não pôde fazer (M6_GF1).

Não teve falha. Eu participei dos cursos. Agora, o pessoal que não estava vindo fazer inscrição, não se interessava, então aquelas pessoas perguntavam e diziam: “não, a gente não pode guardar vaga. Tem que esperar o pessoal” [...]. É porque eram só trinta [vagas]. (M9_GF1).

É, isso aí parte deles, né? Foram eles que escolheram. (M1_GF1).

A primeira evocação não provocada relacionada ao trabalho social surgiu quando M6, ao relatar a situação de pouca presença dos moradores nas reuniões, indicou como possível resolução do problema a realização de trabalho de conscientização junto aos moradores, abordando inclusive a baixa participação durante as ações realizadas pela empresa no trabalho social:

O que eu acho que resolveria aqui, sei lá... A empresa veio aqui, fez um bocado de trabalho aqui, mas, tipo assim, pra fazer um trabalho de conscientização aqui da galera... “Olhe, pessoal, tá tendo uma palestra ali de como viver em grupo. Não vem ninguém não. Agora se disser “gente, vai rolar um suquinho lá, vai ter um sorteio de um sacolão, vai ter um sorteio de uma biloca!” isso aqui lota de gente [...]. A empresa fez muita coisa interessante aqui pelo Condomínio, fizeram muita coisa boa, mas o que é que faltou? Faltou aqui, sei lá, faltou a participação do povo. Ninguém vinha. É tanto que um dia veio muita gente e eles fizeram um bingo aqui; sortearam um cestão, um sacolão... isso aqui lotou. E quando foi no encerramento [...]. Não, foi muito bem estruturado, sabe? Eu gostei muito da ideia deles ali. Eles sabem fazer tudo direitinho. O Karatê foi show, o Karatê foi muito massa. Meu menino faz Karatê até hoje. (M6_GF1).

As falas acima demonstram que o conhecimento dos participantes acerca do trabalho social se reduz a cursos ocorridos como se fossem de interesse da empresa responsável pela execução. Os participantes relataram que a adesão dos moradores foi pequena, mesmo mediante esforços da empresa em convidar os moradores. Quando questionados se haviam sido convidados a participar do planejamento, da definição de temas de interesse a partir das necessidades locais, as respostas foram negativas e estão sintetizadas na fala de M6:

Eles não chegaram assim pra perguntar “e aí, pessoal, o que é que precisa aqui?”. Você quer saber? Não, não, não; eles chegaram com a ideia deles, implantaram aqui, mas foi show. Foi muito massa. Porque talvez, tipo assim, se ela perguntasse pra opinar, talvez eu saberia dizer (M6_GF1).

Com a *Associação Lambe Sal*, coletivo constituído exclusivamente por homens do CRP-I, os relatos indicam conhecimentos ainda menores acerca do trabalho social. Quando questionados a respeito da influência do trabalho social à constituição do grupo, as respostas foram negativas e respaldadas em uma leitura de gênero:

Teve não! Na verdade, eu nem sei que é (A1_GF2).

Teve não! Até porque eu mesmo nunca participei das coisas daqui. Teve muito curso aqui, mas eu não participei. Minha mãe que vinha aqui; mas, eu, nunca... Pouca gente participava; pouca gente mesmo. (A2_GF2)

Eu nunca participei... (A9_GF2).

Teve pouca gente... pouca participação. Era mais pra mulher (A5_GF2).

Mais pra mulher. Eu acho que... Teve curso de cozinha, de administração, negócio, assim... Só teve um rapaz que veio até pra o curso de administração; ele veio, mas como tinha só mulher, eu acho que ele só veio uns dois dias e parou... (A8_GF2).

Era mais feminino (A2_GF2).

Era crochê, era... (A4_GF2).

Foi puxado mais pra mulher (A10_GF2).

Com base nas experiências dos moradores que participaram dos dois momentos de coleta de dados desta pesquisa, foi possível identificar que para os participantes os efeitos do trabalho social à organização comunitária e convivência, são mínimos. Há um agravante, aqui, pois Olives (2017) constatou não ter ocorrido trabalho social pré-ocupacional no RRPS, mas, sim, tão somente uma reunião com as famílias para a entrega das chaves e para a apresentação de regras do Programa e de convivência em apartamentos. Um dado importante trazido por Olives (2017) diz respeito à restrita participação dos moradores na elaboração da proposta de trabalho social, reforçada aqui pela fala de M6 acima.

Olives (2017), a partir de depoimentos colhidos junto à Secretaria de Habitação de São Gonçalo do Amarante, alerta para a

[...] necessidade de se modificar a concepção das práticas participativas em projetos de habitação de interesse social, pois ainda persiste o caráter meramente consultivo, com profissionais coletando informações. Porém, a realidade mudou e se faz necessário desenvolver um modelo de participação mais “cooperativo”, onde os moradores participem ativamente de forma efetiva no processo de elaboração do projeto e da obra (OLIVES, 2017, p. 120).

As falas dos moradores em ambos os grupos focais realizados nesta pesquisa e os achados de Olives (2017) evidenciam práticas que contrariam o que determina a Portaria nº 21 de 2014 do Ministério das Cidades, no tocante a procedimentos e princípios do trabalho

social, quanto à participação dos beneficiários. A participação é destacada por Carvalho (2014), como elemento de diálogo entre cidadãos (moradores) e a gestão pública, considerando que:

Quando a população vivencia um processo participativo horizontal (democrático) com técnicos e gestores da política pública, é capaz de contribuir significativamente nas proposições da política. Os moradores são competentes na produção de um diagnóstico urbano social quando há espaço para fruição e intercâmbio entre o conhecimento vivido e o conhecimento técnico (CARVALHO, 2014, p. 25).

Eventual diagnóstico por parte dos moradores, no caso da presente pesquisa, não aparece nas falas dos informantes, o que aponta para o planejamento do trabalho social não ter envolvido a população beneficiária na concepção de uma estratégia que atendesse a interesses e demandas locais apresentadas pelos moradores. A partir dos relatos e da pesquisa de Olives (2017), ficou claro que os moradores tiveram contato com o trabalho social somente na fase pós-obras, na execução do PTS pela empresa ganhadora da licitação da Prefeitura. A Portaria nº 21, todavia, destaca no primeiro eixo, o propósito de *mobilização, organização e fortalecimento social*. Carvalho (2014) entende que a Portaria

prevê processos de informação, mobilização, organização e capacitação da população beneficiária visando a promover a autonomia e o protagonismo social, bem como o fortalecimento das organizações existentes no território, à constituição e a formalização de novas representações e novos canais de participação e controle social (CARVALHO, 2014, p. 32).

Carvalho (2014, p. 29) considera o PTS “**de crucial importância para assegurar a apropriação da moradia e a sustentabilidade de territórios urbanizados**”. No CRP-I, contudo, a partir das experiências coletadas, o PTS não provocou efeitos à mobilização comunitária. A Associação Lambe Sal, por exemplo, surgiu da motivação de moradores e sem qualquer relação com as atividades de trabalho social realizadas. Na análise da categoria *dificultadores à vida comunitária*, é pertinente destacar, a Lambe Sal aparece como ente que promove noções de organização comunitária, mitiga conflitos e aglutina pessoas no CRP-I, ainda que, com efeitos restritos, considerando que não é propósito do coletivo assumir funções que, de fato, pertencem à gestão condominial.

O coletivo Lambe Sal tem nítida clareza entre o papel que deve assumir (e assume), na promoção de bem-estar e lazer junto aos associados e agregados, e aquele que é exclusivo da gestão condominial, no tocante à organização comunitária e à condução de problemas, demandas e interesses de toda a comunidade. Mesmo assim, há de se considerar que o Lambe

Sal contribui para a aproximação das pessoas no CRP-I, tanto pela via do trabalho, quando realiza, voluntariamente, mutirões de limpeza nas áreas comuns, quanto pelo lazer, quando promove festas para as famílias com participação livre. Nesse sentido, durante a coleta de dados com o coletivo, foi feito registro à festa de Natal das crianças que o coletivo estava preparando para a semana seguinte e que ocorreria no salão do Condomínio.

Ficou evidente que o coletivo Lambe Sal é organizado e assume papel relevante na limpeza e preservação do condomínio, na mitigação de conflitos e na reunião de pessoas, mesmo com alcance limitado. No GF1, momento da pesquisa aberto a todos os condôminos, ficou clara a predominância de registros a conflitos, dúvidas, incertezas, críticas ao comportamento dos moradores. No GF2, momento exclusivo com o coletivo Lambe Sal, prevaleceram evocações positivas e integradoras:

Nós somos divertidos. Unidos, assim... (A9_GF2).

Um as pessoas ótimas. Divertidas... (A6_GF2).

Unida mesmo; unida! (A1_GF2).

Eu creio aqui que o melhor que tem é a união, embora que esteja aberto [o portão], aqui. É o da gente! (A5_GF2).

É porque não é à toa que o grupo associou quase cinquenta pessoas. Então é um... principalmente o grupo da gente é um grupo muito unido. (A2_GF2).

Os condôminos estimam que o PTS realizado alcançou 10% das famílias (em torno de 30). O coletivo Lambe Sal, conforme depoimento acima, consegue reunir número superior 50 (pais) famílias e vivenciar relações de proximidade e confiança. Este fato reforça uma das premissas assumidas nesta pesquisa, qual seja, a de que *o engajamento e a participação das famílias na gestão do empreendimento conduzem à estabilidade nas relações sociais e à identidade com o lugar, propiciando espaço de aproximação entre as pessoas e de diálogo e confiança mútua*. Se é fato que o Lambe Sal não alcança a totalidade das famílias, e, portanto, não pode garantir estabilidade nas relações sociais e identidade com a lugar a todos, é fato, por outro lado, que o coletivo tem identidade interna e com o lugar e pratica relações sociais de proximidade e solidariedade, que, inclusive, extrapolam interesses exclusivos dos associados. Por essa razão, o Iramuteq gerou uma classe que aborda, exclusivamente, o engajamento e a participação desse coletivo de homens e sua influência na vida comunitária no CRP-I.

5.3 ENGAJAMENTO E PARTICIPAÇÃO

A terceira categoria desta pesquisa diz respeito à experiência de engajamento e participação dos beneficiários no CRP-I. Conforme registrado anteriormente, esta classe da análise reuniu as falas da parte do *corpus* relacionada ao texto 2, ou seja, resultados do grupo focal realizado com os sócios da Lambe Sal. O coletivo, autodenominado de Associação (sem registro formal) nasceu com o propósito de promover lazer e bem-estar a moradores que, com frequência, se encontravam em áreas comuns do CRP-I para conversar. A aproximação surgida gerou laços de confiança e, com a amizade mutuamente estabelecida, advieram brincadeiras entre eles, sob a forma de chacota, e o compartilhamento do apelido lambe sal (expressão que se refere a homem traído).

O dendograma gerado na CHD para a classe 3, denominada *organização comunitária*, agrupou palavras que geraram uma ramificação independente, o Subcorpus B, diferentemente das outras duas classes, que, em conjunto, se reuniram no Subcorpus A. As relações entre as temáticas ficam claras quando, nos quadros de descrição das classes no IRAMUTEQ, as classes 1 e 2 assumem evocações resultantes do GF1, enquanto a classe 3 aglutina ocorrências do GF2. Esse fato não exclui a inter-relação entre as temáticas e tão somente aponta para conteúdos de predominância em cada grupo focal. Considerando que o coletivo Lambe Sal se apresenta como iniciativa que mais fortemente contribui para o senso e a vida comunitárias, assumindo relevância superior à gestão condominial, fica explicado o resultado gerado pelo IRAMUTEQ. A primeira menção à contribuição da Lambe Sal à organização comunitária ocorreu no GF1, no relato de um dos moradores que informou ser participante da *associação* (informal) destacando o trabalho voluntário por ela realizado:

O Condomínio só não tá mais bagunçado porque foi criada uma associaçãozinha aqui. Os Lambe-sal, né? [...] Aí é quem resolve. Tipo assim, aí junta a galera e diz: “olha aí, pessoal, amanhã vai ter mutirão” (M6_GF1).

A Lambe Sal, por meio da expressão *associação* (cujo x^2 corresponde a 57.3), fornece a primeira palavra de maior força na classe. Uma dinâmica inicial, empregada no GF2, buscou captar a representação que o coletivo tem de si próprio e do Condomínio: os *lambe sal* deveriam desenhar um animal (ou escrever o nome) que representasse o CRP-I e, posteriormente, a Lambe Sal. Na sequência, os participantes foram motivados a explicar as escolhas, trazendo, no tocante ao CRP-I, as noções sintetizadas no Quadro 6.

Quadro 6 – Representações do CRP-I segundo associados da Lambe Sal

Animal escolhido	Alusão	Sentença representativa
Pombo	Tipologia arquitetônica	<i>Um pombo porque a gente mora num condomínio, tem primeiro, segundo, terceiro e quarto andar e parece uma casinhas de pombo, sabe? Durante o dia aqui é direto, pombo aqui, todo dia. Aí minha lembrança foi botar (A6_GF2)</i>
Vaca	Benefício do PMCMV	<i>Uma vaca porque aqui é uma vaca boa de leite, homi! É por que você pagar vinte e cinco reais num... né? Numa prestação... (A1_GF2)</i>
Gato	Imagem do local	<i>E aqui é porque tinha muito gato! Tinha gato demais aqui, aí desapareceu os bichos e eu desenhei um gato (A4_GF2)</i>
Águia	Prosperidade e valor da ação coletiva	<i>Minha questão de identificar com uma águia é porque a águia vê prosperidade bem profunda. Então aqui o nosso grupo tem prosperidade de buscar algo bem mais profundo do que a gente imagina (A3_GF2)</i>
Coruja	Imagem do local	<i>Eu fiz uma coruja porque quando a gente fica lá na frente conversando, tem um bocado ali, num terreno ali, sabe? As bichas cantando e tal... Ali na frente, tem um monte... (A8_GF2)</i>
Macaco	Problema de engenharia vivenciado no local	<i>Então eu botei um macaco porque, não sei se vocês viram, mas na entrada, se você olhar pro final, tem uma macacada acolá, muito feia [esgoto estourado]. Tem um... parece um circo... tá fechado acolá de tapume faz mais de três, cinco meses que nós estamos sofrendo com isso (A9_GF2)</i>
Boi	Coletivo Lambe Sal	<i>Por causa que tem muito lambe sal, né? Tem muitos que tá na associação Aí quer dizer ... assim ... é boi (A7_GF2).</i> <i>A questão de eu ter desenhado um boi é com relação ao nosso grupo, né? Porque o nome do nosso grupo foi chamado... foi batizado como Lambe Sal e então, em respeito ao grupo, eu desenhei um boi (A2_GF2).</i>

Fonte: dados da pesquisa (2018).

As alusões seguem para o ambiente físico e o ambiente social. No ambiente social, A3, ao escolher águia, mostra-se otimista, confiante no futuro e na prosperidade que *o nosso grupo tem* [o Lambe Sal]. Aponta, assim, para um senso de solidariedade, de ajuda mútua. Outras duas alusões, feitas por intermédio de boi ao Lambe Sal, ocorreram para designar *respeito ao grupo* e para se referir ao adjetivo, à qualidade do que é ser *lambe sal*. Considerando que este foi momento para qualificar o CRP-I, as três referências indicam a relevância que o coletivo atribui a si próprio como agenciador de bem-estar, internamente, e como patrocinador de vida comunitária. A outra referência de cunho social se refere à natureza do PMCMV, como ação de garantia de acesso à casa própria por meio de benefício de baixo custo na vida das famílias.

Os informantes acataram unanimemente a referência a boi aproveitando para resgatar a origem do grupo, os encontros iniciais entre condôminos homens (para conversarem e curtirem momentos de lazer) e a razão da adjetivação. Informaram que a associação, apesar de ter surgido com o intuito de promover ações de lazer, tem atuado, de forma mais direta, para responder demandas coletivas causadas pelo déficit financeiro do Condomínio, principalmente na manutenção das áreas comuns, a exemplo dos mutirões de limpeza:

A primeira limpeza, eu me lembro até hoje, como se fosse hoje, a primeira limpeza que a gente fez nesse condomínio, foi na frente do condomínio, aí. Eu quando fui... eu disse “vamos fazer a limpeza do condomínio. Vamos fazer isso dia de sábado, vamos fazer a pintura do condomínio na frente”. E era um mato aí na frente, um mato, um mato, um mato geral. A gente preparou um caldo aí, uma feijoada, não sei mais, lembro mais nem o que foi, tinha um negócio (A2_GF2).

Chama a atenção o fato de que, antes de irem morar no CRP-I, os participantes do grupo não se conheciam, tendo sido pequenas reuniões, para diversão, momentos que explicam a aproximação e as relações de confiança subsequentes. Os informantes relataram que, a partir do instante que se identificaram como grupo, resolveram nomeá-lo *lambe sal*, em virtude das brincadeiras que faziam para se referir a homem traído:

A gente se reunia aqui e começava a beber, comia um negócio, aí, [...] uma feijoada... era o lazer, né? (A1_GF2).

Dizia “a gente vai limpar essa frente aqui, essa calçada, limpar o mato”, aí começava... (A7_GF2).

Assim, começamos a tomar conta do condomínio, em termos de limpar... (A1_GF2).

Houve forte menção à limpeza, e, por essa razão, o vocábulo aparece com a maior força na classe ($x^2 = 41.45$), pelo fato de que os mutirões, organizados pelo coletivo, têm como objetivo a manutenção das áreas comuns do Condomínio. Essa perspectiva de trabalho, promovida e orientada para a coletividade, é abalizada na árvore de similitudes de *limpeza* (Figura 9), que aparece com forte vínculo ao vocábulo *gente*, representando evocações à expressão “a gente”, na ideia de *feito por nós* e *feito para nós*.

A gente tá no grupo porque a gente fica ajudando um ao outro a fazer uma coisa, a fazer outra, assim... aí no caso, se a gente... no caso, eu saio, ele aqui sai... já vai fazer falta, já vai desmanchando... (A7_GF2).

Minha ideia no futuro, quando o condomínio tiver andando com suas próprias pernas, é dar aula de reforço pras crianças daqui. [...] Pra criança, pra os adultos que não sabem ler, também. Dar aula, também. Isso a associação vai correr atrás (A1_GF2).

Na experiência de organização comunitária dos moradores é evidente a presença de elementos de gestão social, visto que

a Gestão Social deve ser praticada como um processo intersubjetivo, dialógico, no qual todos têm direito à fala. E este processo deve ocorrer em um espaço social, na esfera pública. Esfera onde se articulam diferentes atores da sociedade civil, que ora em interação com o Estado, ora em interação com o mercado, ora os três interagindo conjuntamente, vocalizam as suas pretensões com o propósito de planejar, executar e avaliar políticas públicas ou decisões que compartilhem recursos em prol do bem comum. Assim, entendemos Gestão Social como o processo gerencial deliberativo que procura atender às necessidades de uma dada sociedade, região, território ou sistema social específico (TENÓRIO, 2005, p. 121).

Foi possível identificar, também, categorias que Cançado, Pereira e Tenório (2015) atribuem à gestão social. O *Interesse Bem Compreendido* (IBC), como pré-condição ao bem-estar, é percebido em falas como as que seguem, que remetem ao ambiente físico que compartilham:

Eu, quando vou fazer a limpeza, eu penso em... nos filhos, quem vai chegar da minha família... quem vai entrar... eu acho que todo mundo tem esse pensamento (A1_GF2).

Isso aqui é como se... porque a gente não tem quintal, isso aqui é como se fosse o quintal da nossa casa. O condomínio em si é o quintal da nossa casa. Se a gente não cuidar... é como se fosse um lixão, né? (A2_GF2).

O ideal emancipatório, outra dimensão abordada por Cançado, Pereira e Tenório (2015), é percebido tanto no modo como o coletivo surgiu quanto no interesse dos associados pela continuidade de propósitos e autonomia:

Essa associação vai vingar, sabe? A ideia principal dele tá bem legal (M6_GF1).

*Continuidade! Pode até diminuir, mas... (A1_GF2).
Acabar, eu acho que não acaba mais não! (A10_GF2).*

Pra frente, no futuro, nós queremos que seja pra os nossos filhos... a gente se esforçou pra conseguir aquilo, entendeu? [...] Queremos que pra frente seja melhor (A11_GF2).

A esfera pública (CANÇADO, PEREIRA, TENÓRIO, 2015) é identificada a partir dos elementos que a constituem: democracia deliberativa, racionalidade, dialogicidade e intersubjetividade. A maior expressão de esfera pública no cotidiano condominial aparece na assembleia de condomínio, que é espaço de intersubjetividade e deliberação. Há, inclusive, a defesa de interesses e demandas que envolvem órgãos governamentais (conforme apresentado na categoria *dificuldades à vida comunitária*), privados e o Condomínio de modo específico. A perspectiva de democracia deliberativa, relacionada à participação, é componente estruturante desta categoria.

O coletivo, que tem origem genuinamente comunitária, surgiu entre homens em situação de lazer assumindo o objetivo de promover passeios e festas para integrar as famílias dos sócios e convidados eventuais. São cerca de 50 homens (famílias) associados que, com identidade de associação (ainda que informal), detém uma direção nas figuras de presidente, vice-presidente e tesoureiro, escolhidos pelos demais participantes para o exercício de suas funções. A associação tem como política a cobrança de uma taxa mensal simbólica (no valor de R\$ 5) para promoção de atividades integrativas entre as famílias dos sócios e recreação. Todavia, reiterados atrasos nos pagamentos da taxa condominial do CRP-I têm levado o coletivo a compartilhar parte dos recursos próprios para todo o Condomínio. Além do trabalho voluntário de limpeza, o coletivo assume a promoção de festas em datas comemorativas e quita pequenas despesas de interesse geral.

O Lambe Sal é uma expressão de *gestão da sociedade* (CARVALHO, 1998) que atua na renovação comunitária por meio de papéis assumidos na política pública habitacional (PMCMV) e da adoção de processos flexíveis, não estruturados. Assim, se o objetivo da participação é o compartilhamento de poder entre Estado e sociedade (PRESOTO; WESTPHAL, 2005; DAGNINO, 2004a; DAGNINO, 2004b; DEMO, 2009), a experiência do CRP-I é prática incipiente, uma vez restrita a diálogos pontuais com representantes do poder público para a resolução de demandas emergenciais:

O que eu ia falar é que eu tive (sic!) conversando com uma pessoa hoje e mandei ele marcar pra terça-feira, que eu vou ter uma reunião

com uma pessoa aí, que eu vou correr atrás dessa pessoa pra no próximo ano ver se ela me ajuda, se ela ajuda a associação, pra ter uma pessoa aqui pra dar aula de reforço. Eu não sei... eu tô esperando a resposta dele, eu acho que amanhã ele me dá essa resposta (A2_GF2).

Trata-se de compartilhamento de poder que, conforme aponta Demo (2009), tem intervenção na realidade e ocorre por meio de ações orientadas pelo diálogo, o que é ponto de partida na defesa de interesses da comunidade, suas contribuições e potencialidades. Uma vez que são diversas as maneiras pelas quais a participação se apresenta, implicando, inclusive, “comportamentos e atitudes passivos e ativos, estimulados ou não” (STOTZ, 2009, s.p), a experiência de organização comunitária do CRP-I é expressão de *participação voluntária* (BORDENAVE, 1994), visto que o grupo foi criado pelos próprios participantes que definiram a forma e o conteúdo da organização. O espaço em que atuam se configura como esfera pública (HABERMAS, 1997), visto que nele ocorre a validação de normas e ações por meio de decisões coletivas das quais participam os atores sociais interessados.

A questão é que você pode ser casada, pode ser casado, em compensação se você chegar e querer fazer parte do grupo, a gente faz a reunião e você vai passar a ser um colaborador (A3_GF2).

O destaque para este tipo de participação no âmbito do PMCMV ocorre pelo fato do Programa prever ações de trabalho social que devem ser orientadas para o fomento à organização comunitária. Seria o que Bodernave (1994) classifica como *participação provocada*, que ocorre quando agentes externos influenciam ou manipulam os participantes para a realização de objetivos externos pretendidos ou de objetivos internamente pactuados. A experiência do CRP-I, conforme apresentado na categoria *relações sociais e identidade com o lugar*, não teve vínculo com o trabalho social realizado no Condomínio. Ocorreu durante a coleta dos dados, inclusive, demonstração de desconhecimento dos participantes a respeito do que foi realizado como trabalho social:

Teve não! (A1_GF2).

Até porque eu mesmo nunca participei das coisas daqui não (A2_GF2).

Na verdade, eu não sei nem o que é (A1_GF2).

Eu nunca participei... (A9_GF2).

O modo espontâneo como o coletivo tem conduzido as atividades influencia, entre outros aspectos, na forma como os associados se veem como agentes atuantes, participativos. Quando questionados a respeito da atuação (coletiva) da *Lambe Sal*, a resposta dada foi:

A gente se vê como cidadão, né? (A1_GF2).

São sujeitos sociais, ativos, que se reconhecem como tais (DEMO, 2009) por meio de vivências (compartilhadas) que valorizam a dimensão sociocultural e se voltam à luta por direitos (COSTA, 2008). O coletivo aparece, inclusive, como consolidador de identidade cultural dentro do Condomínio, caracterizando um ponto de inflexão em contexto em que a formação de identidade com o lugar tem sido demarcada por problemas de diferentes naturezas:

É porquê... pela mesma coisa que ele falou. É a amizade que a gente tem, um pelo outro. Aqui é mesmo que ser... a gente é aqui um pessoal unido. Mesmo que ser irmão. O que um precisar do outro, ajuda... arrecada alguma coisa, “vamos ajudar o próximo”. Quer dizer, tem uma pessoa que tá precisando, aconteceu alguma coisa e tal... junta todo mundo, dá uma ajuda a ele... toda vida é assim (A6_GF2).

“Toda vida é assim” tem significado relevante à análise porque indica que o coletivo tem práticas recorrentes de colaboração e compartilhamentos, reforçando resultados da categoria *relações sociais e identidade com o lugar* anteriormente relatados. As falas seguem na perspectiva de polissemia apresentada por Stotz (2009), visto que é perceptível uma *coesão social* naquela experiência comunitária quando se tem sujeitos “do ponto de vista emocional, intuitivo e racional” vivenciando um “princípio diretor do conhecimento” (STOTZ, 2009, s.p.). Ao mesmo tempo, aparecem expressões de *mudança social* assumindo caráter estrito e político, concorrendo para a “democratização ou participação ampla dos cidadãos nos processos decisórios” (op. cit.). Visualiza-se, contudo, na experiência do CRP-I, que é incipiente a participação política junto a órgãos públicos conforme defendida por Valla (2000). Tal fato aparece tanto pelas relações precariamente estabelecidas com o poder público quanto pelo que demonstram dominar em termos de reivindicações por direitos. Fenômenos dessa natureza devem constar do trabalho social, especialmente o pré-ocupacional, visto que

O ponto fundamental da questão do trabalho social é o de dar possibilidade para que essas famílias percebam que têm direitos e reforçar sua capacidade de organização e

de reivindicação, sedimentando, assim, ações mais profundas de desenvolvimento social (MAGALHÃES, 2011, p. 7).

O coletivo *Lambe Sal*, nitidamente, não tem assumido “ações mais profundas de desenvolvimento social”, mas, sim, uma posição de *autopromoção* (DEMO, 2009). Assim, apropria-se do espaço como conquista e, pelo diferencial da atuação na comunidade, constata-se autopromoção e, na outra ponta, reconhecimento social. Um ponto frequentemente percebido nas falas diz respeito ao que Demo (2009) denomina de *momentos de autocrítica*. São momentos que levam os informantes a refletir a respeito do papel que possuem no Condomínio e do campo de atuação que compete ao coletivo. Por essa razão, têm clareza da competência da associação condominial para lidar e resolver demandas da totalidade dos moradores. De outra forma, têm consciência de críticas que cercam o coletivo, a começar pela denominação, que remete à ideia de homem traído:

Eu sei que tem gente que... tem gente que critica às vezes, né? Pelo nome... eu já passei ali e vi uma pessoa falando... (A2_GF2).

Se fosse outro nome da associação, com certeza teriam mais pessoas associadas... (A9_GF2).

Enquanto consideram que a denominação escolhida é motivo de críticas e impeditivo a novas adesões, não há no coletivo inclinação para alteração, pois, visualizam nele uma referência para coesão social, um símbolo, uma identidade:

Alguém sugerindo mudança de nome é uma ofensa à associação! (A8_GF2)

Por que mudar o nome? Muita gente vai sair (A2_GF2).

Com certeza [uma mudança de nome] não vai ficar nem cinquenta, muita gente vai sair (A1_GF2).

A autocrítica ocorre, não apenas em torno de resistências e censuras que margeiam a denominação do coletivo, e eventuais prejuízos a novas adesões, mas, também, quanto à atuação. Apesar de serem coletivo recentemente constituído no Condomínio, os participantes identificam que ações por eles realizadas no ambiente físico correspondem, na verdade, a responsabilidades da gestão condominial (a exemplo da limpeza das áreas comuns do CRP-I). Além disso, reconhecem a existência de demandas no ambiente físico que precisam ser assumidas pelo poder público e que devem ser assumidas pelo conjunto dos moradores, como

é o caso da oferta de transporte público e outros serviços públicos no local. Reconhecem, assim, que se encontram, em dados momentos, extrapolando o papel que orientou a criação da associação, qual seja, a promoção de lazer e integração das famílias dos sócios.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação assumiu o objetivo de sistematizar desafios e oportunidades de iniciativas de organização comunitária na faixa 1 do PMCMV à luz de categorias de participação e de elementos de gestão social. Para tanto, foi realizada pesquisa qualitativa, operacionalizada por meio de grupos focais, com moradores do Condomínio Ruy Pereira I (CRP-I) que, com outros 5 congêneres, compõe o Residencial Ruy Pereira dos Santos em São Gonçalo do Amarante/RN. A partir de arcabouço teórico relacionado à gestão social, e, à participação, especificamente, foram geradas as categorias de análise *dificuldades à vida comunitária, relações sociais e identidade com o lugar e engajamento e participação*, tendo sido utilizada, no processamento das informações, a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) do *software* IRAMUTEQ. O *software* se mostrou eficaz, no que se refere à contribuição à análise, ao agrupar falas e contextos e gerar classes que corresponderam – e puderam ser correlacionadas – às categorias teóricas extraídas da revisão da literatura.

O primeiro grupo focal, por ter sido de adesão livre e não ter abarcado número que considerasse proporcionalmente o quantitativo de moradores que residem no Condomínio, serviu como pano de fundo para as análises acerca da organização comunitária e possibilitou reflexões que apontam principalmente para as dificuldades à vida comunitária e as relações sociais identificadas no Condomínio. Por este motivo houve predomínio das evocações deste grupo focal nas duas primeiras categorias de análise. As categorias *dificuldades à vida comunitária e relações sociais e identidade com o lugar* indicaram que, para os moradores participantes do GF1, os maiores desafios à vida comunitária ocorrem por problemas relacionados inicialmente à infraestrutura do CRP-I e seu entorno, tendo sido detalhados problemas referentes principalmente ao vazamento de um esgoto no Condomínio; aos problemas estruturais apresentados nos apartamentos; à oferta insatisfatória (e baixa) de equipamentos e serviços urbanos no entorno; e à desatenção das instâncias competentes frente a tais situações. Os relatos indicam, a princípio, a dificuldade na coesão entre os interesses dos moradores e das demais instituições envolvidas no Condomínio, em especial a Prefeitura Municipal e a Construtora responsável pela obra.

Os fatos apresentados pelos moradores no GF1 apontam para a reprodução de modelo de má localização dos empreendimentos de habitação de interesse social construídos para a população mais pobre e a conseqüente fragilização das condições de vida de famílias moradoras do Condomínio. Essa perspectiva reforça o protagonismo do mercado no Programa e a submissão deste aos interesses daquele. Os moradores mencionam que os fatos

apresentados têm incentivado a saída de famílias do Condomínio sob a alegação de dificuldades de acesso e deslocamentos, especificamente no traslado para o trabalho.

Um segundo ponto elencado pelos moradores que participaram da pesquisa foram os conflitos socioculturais originários da diversidade sociocultural dos moradores (considerando que a faixa 1 do PMCMV beneficia famílias com renda entre zero e três salários mínimos) e materializados, de modo mais intenso, em inadimplências no pagamento da taxa condominial e na frágil adaptação dos moradores a regras básicas de convívio em condomínio. Esta última característica permite relação com a perspectiva refletida pelos moradores participantes de inadequação da tipologia apartamento à realidade e cultura de parte dos moradores, o que se coloca como desafio à sociabilidade na medida que precariza as condições de convivência no Condomínio e acaba por gerar dificuldades na identidade com o lugar e na assimilação de pertencimento.

A inadimplência, tida pelos participantes do GF1 como principal problema enfrentado pelo Condomínio, tem impossibilitado a gestão condominial de realizar ações básicas como contratação de serviço de limpeza para as áreas comuns do Condomínio. Contudo, faz-se importante salientar a predominância de percepções de moradores que detêm renda entre dois e três salários mínimos no GF1, visto que, por desinteresse de parte dos moradores, não houve participação de moradores declarados sem renda no primeiro grupo focal. Isto implica considerar que uma possível participação de moradores oriundos da zona de menor renda dentro da faixa implicaria perspectivas diferentes de análise.

Conforme apresentado pelos moradores participantes deste estudo, a ausência de preparação inicial para a vida condominial enseja problemas de convivência, o que desperta aqui a atenção para a necessidade de realização de todas as fases do trabalho social. Fato que, pela percepção dos moradores, ocorreu apenas parcialmente, visto que os relatos apontam para a execução do trabalho social apenas na fase pós-obras, para a ausência de participação dos moradores em seu planejamento e a baixa participação dos moradores em sua execução. Os problemas configuram-se, no grupo participante da pesquisa, como desafios à organização comunitária e reforçam a premissa de que *dificuldades à vida comunitária predominam, de modo particular, no cotidiano de condomínio da faixa 1 do PMCMV [Condomínio Ruy Pereira I], considerando as diferenças socioeconômicas entre os beneficiários que detêm renda familiar entre zero e três salários mínimos.*

Nas reflexões realizadas a partir das falas dos moradores no GF1 há destaque para a dúvida entre um possível desinteresse na permanência no Condomínio (pelas situações de infraestrutura e sociabilidade) e a concomitante consideração deste como lugar de grande

valor por abrigar o imóvel próprio dos moradores. É possível identificar no GF1 a predominância do ideal de casa própria concorrendo com as avaliações negativas realizadas tanto do empreendimento quanto de outros grupos de moradores.

Os relatos dos participantes indicam dificuldade de assimilação de uma identidade social compartilhada no Condomínio e se mostram atendidas pelo coletivo informal de moradores que tem se formado em seu ambiente por motivação própria dos moradores, a *Associação Lambe Sal*. Identificado como expressão de gestão da sociedade, o coletivo informal – que não assumiu qualquer papel no trabalho social, realizado por empresa ganhadora de licitação da Prefeitura – se apresenta também como ente que promove noções de organização comunitária, mitiga conflitos e aglutina pessoas no CRP-I, ainda que, com efeitos restritos, considerando que não é propósito do coletivo assumir funções que, de fato, pertencem à gestão condominial. A presença, a motivação e o propósito da Associação confirmam a premissa de que, *para além de problemas estruturais, de construção civil, e de mobilidade e acesso à cidade, os conjuntos habitacionais do PMCMV requerem gerência comum como organização, ou seja, gestão coletiva de um lugar de modo a favorecer a superação de desafios da vida comunitária e a pactuação de interesses e expectativas entre os beneficiários.*

Os elementos relacionados à perspectiva de engajamento e participação dos moradores – especificamente no que se refere à experiência do coletivo *Lambe Sal* – foram, nesta pesquisa, apresentados em categoria homônima, *engajamento e participação*, para assinalar oportunidades de organização comunitária no CRP-I e, de modo ampliado, no PMCMV. Ficou claro que o coletivo é iniciativa que mais fortemente contribui para o senso e a vida comunitários, com qualidade superior à gestão condominial. O coletivo realiza trabalhos voluntários nos espaços comuns e na promoção de eventos e, por meio de suas ações, responde imperativos causados pelo déficit financeiro na arrecadação da taxa condominial, a exemplo dos trabalhos de limpeza e manutenção das áreas comuns realizados pelos próprios sócios.

Na participação social, a *Lambe Sal* – caracterizada como modelo de participação voluntária – se apresenta como prática ainda incipiente de compartilhamento de poder entre Estado e sociedade, pois, não se destaca por atuação na esfera pública e tão somente valida procedimentos e ações restritos ao ambiente interno, nos limites do CRP-I. São nas decisões internas que os integrantes se identificam como sujeitos sociais ativos. O coletivo tem proporcionado coesão e mudança social no interior do CRP-I, mesmo sob participação política incipiente e relações escassas com o poder público para reivindicar direitos.

Apesar de não assumir ações mais profundas de desenvolvimento social, o coletivo apresenta caráter de autopromoção, na apropriação do espaço como conquista, e contribui para a aproximação das pessoas no CRP-I, tanto pela via do trabalho voluntário de limpeza das áreas comuns quanto pela promoção de eventos de lazer (nos momentos que promove festas em datas comemorativas com participação livre). As ações concorrem para a promoção de identidade local e de sentido de pertencimento no Condomínio. A relevância da *Lambe Sal* foi evidenciada durante o GF1, momento da pesquisa aberta a todos os condôminos, quando predominaram registros a conflitos, dúvidas, incertezas, críticas ao comportamento dos moradores. Durante o grupo focal exclusivo (GF2), por sua vez, a *Lambe Sal* foi enaltecida por meio de evocações positivas e integradoras.

O papel assumido pelo coletivo *Lambe Sal* reforça a premissa de que *o engajamento e participação das famílias beneficiárias na gestão do empreendimento conduzem à estabilidade nas relações sociais e à identidade com o lugar, propiciando espaço de aproximação entre as pessoas e de diálogo e confiança mútua*. A pesquisa confirma, assim, o pressuposto de que *peças desconhecidas, ao constituírem espaços comuns de diálogos, tendem a criar possibilidades de coesão e relações estáveis, e, uma vez aproveitadas habilidades e competências endógenas, haverá tendência à estabilidade e à redução de vulnerabilidades sociais, frente ao engajamento coletivo que gera autodependência e proximidades, enquanto favorece o estabelecimento de laços de confiança*.

Ocorreram dificuldades na realização da pesquisa com destaque para o acesso aos moradores do empreendimento. Em consideração à liderança local e aos meios de comunicação utilizados pelos moradores, a coleta de dados transcorreu exclusivamente pela via da adesão a convite realizado pelas lideranças do CRP-I (o presidente da associação de moradores) e da *Lambe Sal* (o presidente do coletivo). Em ambas as situações, ficou evidente a ausência de moradores da faixa zero de renda, indicando a existência de algum tipo de segregação, de marginalização e isolamento desse segmento. Apesar de os momentos da pesquisa no Condomínio ocorrerem no horário noturno (por sugestão dos líderes locais como estratégia para adequar a coleta de dados à convivência e disponibilidade dos moradores), problemas relacionados à mobilidade foram percebidos por meio dos atrasos ocorridos para o início do diálogo pesquisadora-moradores e do não comparecimento de moradores que teriam se comprometido a participar. A audiência foi, assim, baixa e vários foram as referências a pessoas que haviam “acabado de chegar do trabalho” e que se encontravam cansadas, justificando que não poderiam participar.

Considerando que o presente estudo não pretendeu encerrar a discussão de contribuições da gestão social à compreensão de desafios e possibilidade no PMCMV, especificamente no que se refere à organização comunitária, resta a sugestão de que estudos futuros possam incorporar vivências de beneficiários pertencentes à faixa zero de renda, bem como, trazer, para a leitura do fenômeno, novos referenciais teóricos, a exemplo da Psicologia Ambiental, que poderá contribuir para revelar dimensões de apego ao ambiente físico e ao ambiente social mediadas pelo perfil socioeconômico e sociocultural do beneficiário do PMCMV.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. C. A. Participação e controle da sociedade sobre políticas sociais no Cone Sul. In: DAGNINO, E.; TATAGIBA, L (Org.). **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Argos, pp. 205-258, 2007.

ALCÂNTARA, V. C.; PEREIRA, J. R. O Locus da Gestão Social no Contexto das Interrelações e Tensões entre Mundo-da-vida (Lebenswelt) e Sistema (System). **Organizações & Sociedade**, v. 24, n. 82, pp. 412-431, 2017.

ALVES, A. F. M. **Todo brasileiro merece nível “A”**: habitação multifamiliar para o Programa Minha Casa Minha Vida energeticamente eficiente. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

ANDRADE, L. S. É possível transformar em cidade a anticidade? Crítica ao urbanismo de empreendimentos do PMCMV. In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (Org.). **Minha Casa... E a Cidade?: Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados Brasileiros**. Rio de Janeiro: Letra Capital, Cap. 7, pp. 165-193, 2015.

AVRITZER, L. **Sociedade civil e participação social no Brasil**. DCE/UFMG, Belo Horizonte: 2006.

BALBIM, Renato; KRAUSE, Cleandro. Produção social da moradia: um olhar sobre o planejamento da Habitação de Interesse Social no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 16, n. 1, pp.189-201, maio 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, M. P. **Programa Minha Casa, Minha Vida em municípios de pequeno porte**: efeitos na microrregião de Baixa Verde/RN. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

BONDUKI, Nabil. Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa, Minha Vida. **Teoria e debate**. 2009. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/nacional/do-projeto-moradia-ao-programa-minha-casa-minha-vida&page=0,0>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 04 mai. 2017.

_____. Ministério das Cidades. **Plano Nacional de Habitação**. Brasília: Ministério das Cidades/SNH, 2009a.

_____. Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014. Aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. **Manual de Instruções do Trabalho Social**. Brasília, 2014a.

_____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Curso de capacitação: trabalho social em programas de habitação de interesse social**. 2 ed. Brasília: Ministério das Cidades/SNH; Florianópolis: NUTE/UFSC, 2014b.

_____. Ministério do Planejamento. **Sobre o PAC**. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, pp. 513-518, 2013.

_____. **Tutorial para uso do software IRAMUTEQ**. 2016. Disponível em: <[http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/Tutorial IRaMuTeQ em portugues_17.03.2016.pdf](http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/Tutorial_IRaMuTeQ_em_portugues_17.03.2016.pdf)>. Acesso em: 02 jan. 2018.

CANÇADO, Airton Cardoso. **Fundamentos teóricos da Gestão Social**. 2011. 313 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

_____; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. Fundamentos teóricos da Gestão Social. **Desenvolvimento regional em debate**, v. 5, n. 1, pp. 4-19, 2015.

CARDOSO, P. et al. **Sistema nacional de habitação de interesse social à luz do novo marco legal urbanístico: subsídios para implementação nos estados e municípios – Lei Federal nº 11.124/05**. São Paulo: Instituto Pólis, 2008.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, A. L. (org.). **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CARDOSO, A. L.; JAENISCH, S. T.; ARAGÃO, T. A. Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise. In: CARDOSO, A. L.; JAENISCH, S. T.; ARAGÃO, T. A. (org.). **Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, pp. 15-48, 2017.

CARDOSO, Bruno Luan Dantas. **Para uma Gestão Social no Programa Minha Casa, Minha Vida: reflexões acerca da organização comunitária em empreendimentos da faixa 1**. 2015. 83 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Administração, Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

CARVALHO, Maria do Carmo. Participação social no Brasil hoje. **Polis papers**, v. 2, pp. 1-30, 1998.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo; FARHI, Maryse. A crise financeira e o global shadow banking system. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 82, pp. 35-55, Nov. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-3300200800300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 Nov. 2017.

COSTA, G. P. **Cidadania e participação**: impactos da política social num enfoque psicopolítico. Curitiba: Juruá, 2008.

COSTA, S. S. **Provisão habitacional e a (des)construção do direito à cidade**: um olhar sobre a ação civil pública como instrumento de avaliação do PMCMV. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

COSTA, S. C. S. D. M. **Cidadania e casa própria**: como essa relação se manifesta? Uma análise a partir do Programa Minha Casa, Minha Vida no Conjunto Residencial Vivendas do Planalto em Natal/RN. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

CRESWELL, J. W.; CLARK, V. L. P. **Pesquisa de métodos mistos**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

CUNHA, E. S. M. O potencial de conselhos de políticas e Orçamentos Participativos para o aprofundamento democrático. In: DAGNINO, E.; TATAGIBA, L (Org.). **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Argos, pp. 395-420, 2007.

DAGNINO, E. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? **Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil en tempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-100, 2004a.

_____. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, v. 3, n. 5, pp. 139-164, 2004b.

_____; TEIXEIRA, A. C. C. The Participation of Civil Society in Lula's Government. **Journal of Politics in Latin America**, v. 6, n. 3, pp. 39-66, 2014.

DEMO, P. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FERREIRA, G. D. **Produção habitacional, agentes e território**: uma análise do PMCMV na RMNatal (2009-2014). Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

FIX, Mariana; ARANTES, Pedro Fiori. Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. In: SYDOW, Evanize; MENDONÇA, Maria Luisa (Org.). **Direitos Humanos no Brasil 2009** - Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, pp. 151-160, 2009.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009a.

_____. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. São Paulo: Artmed, 2009b.

_____. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013. Tradução de: Magda Lopes.

FONSECA, J.J.S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAZIA, Grazia de; MELLO, Irene de Queiroz e. Uma avaliação do trabalho social do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: CARDOSO, Adauto Lucio; ARAGÃO, Thêmis Amorim; JAENISCH, Samuel Thomas (Org.). **22 anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise**. Rio de Janeiro: Letra Capital, pp. 353-371, 2017.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 2 v. Tradução de: Flávio Beno Siebeneichler.

ISUNZA VERA, E. Instituciones y actores da la participación ciudadana em México. ¿Salida coyuntural a la crisis de legitimidad o cambios estructurales para la democratización?. In: DAGNINO, E.; TATAGIBA, L (Org.). **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Argos, pp. 395-420, 2007.

LAGO, L. C. A produção autogestionária do habitat popular e a requalificação da vida urbana. In: CARDOSO, A. L.; JAENISCH, S. T.; ARAGÃO, T. A. (org.). **Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, pp. 133-154, 2017.

MACHADO, Pascal. **Interesses da Habitação Social: políticas e processos no Rio Grande do Norte**. 2012. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

MAGALHÃES, Inês. A consolidação do trabalho social. Entrevista concedida à Secretaria Nacional de Habitação. In: BRASIL. Ministério das Cidades. **Trabalho Social e Intervenções Habitacionais: reflexões e aprendizados sobre o Seminário Internacional**. Brasília: Ministério das Cidades/SNH, pp. 6-9, 2011.

MARICATO, E. **O Ministério das Cidades e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano**. IPEA, 2006.

_____. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MAX-NEEF, Manfred A. **Desenvolvimento à escala humana: concepção, aplicação e reflexões posteriores**. Blumenau: Edifurb, 2012. Tradução de Rede Viva.

MILANI, C. R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, pp. 551-579, mai/jun, 2008.

MOREIRA, V. S.; SILVEIRA, S. F.R.; REIS, F. N.S.C. Programa Minha Casa, Minha Vida: a percepção dos beneficiários como instrumento para avaliação. **Revista Políticas Públicas e Cidades**, v. 2, n. 1, pp. 67-90, jan./abr. 2015.

MOURA, J. M. **Programa Minha Casa, Minha Vida e plano diretor: habitação e política urbana na região metropolitana de Natal**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

_____. O Programa Minha Casa, Minha Vida na Região Metropolitana de Natal: uma análise espacial dos padrões de segregação e desterritorialização. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 6, n. 3, pp. 339-359, set./dez. 2014

NAÇÕES UNIDAS. COMITÊ DE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS (CESCR). **Comentário Geral nº 4**. Genebra: Organização das Nações Unidas, 1991.

NASCIMENTO, E. A. **O Programa Minha Casa Minha Vida no Rio Grande do Norte: uma análise comparativa da habitação popular em contextos urbanos distintos**. Tese (Doutorado) – Curso de Doutorado em Geografia. Departamento de Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

NEVES, A. V. Espaços públicos e práticas políticas: os riscos de despolitização da participação da sociedade civil. In: DAGNINO, E.; TATAGIBA, L (Org.). **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Argos, pp. 395-420, 2007.

NISIDA, Vitor Coelho et al. A inserção urbana dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida na escala local: uma análise do entorno de sete conjuntos habitacionais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 17, n. 2, p.63-80, ago. 2015.

OLIVEIRA, D.C. Análise de Conteúdo Temático-Categorial: Uma proposta de sistematização. **Rev. Enferm.**, v. 16, n. 4, pp. 569-576, UERJ, Rio de Janeiro, out/dez 2008.

OLIVEIRA, V. A. R.; CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R. Gestão social e esfera pública: aproximações teórico-conceituais. **Cadernos EBAPE**, v. 8, n. 4, pp. 613,626, dez. 2010.

OLIVES, Sara Judy Christie de. **Desafios e fragilidades do trabalho social no Programa Minha Casa Minha Vida na região metropolitana de Natal**. 2017. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

PAES-DE-PAULA, A. P. **Teoria Crítica nas Organizações**. São Paulo: Thomson Learning, 2008.

PAZ, Rosângela Dias Oliveira da; TABOADA, Kleyd Junqueira. Trajetória do Trabalho Social em Habitação. In: BRASIL. **Curso à Distância Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social**. Brasília: Ministério das Cidades, 2010. pp. 45-52.

PRESOTO, L. H.; WESTPHAL, M. F. A participação social na atuação dos conselhos municipais de Bertioiga-SP. **Saúde e Sociedade**, v. 14, n. 1, pp. 68-77, 2005.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações:** uma reconceituação da riqueza das nações. Tradução de Mary Cardoso. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1981.

REIS, G. D. **Gestão condominial em habitação de interesse social:** uma experiência no Programa Minha Casa, Minha Vida. 2015. 101 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local, Centro Universitário Una, Belo Horizonte, 2015.

REMENYI, D. Research strategies – Beyond the differences. **Electronic Journal of Business Research Methods**, v. 1, n. 1, pp. 38-41, 2002.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ROLNIK, Raquel. Estatuto da Cidade: instrumento para as cidades que sonham crescer com justiça e beleza. In: SAULE JÚNIOR, Nelson; ROLNIK, Raquel. **Estatuto da Cidade:** novas perspectivas para reformas urbanas. São Paulo: Pólis, pp. 5-9, 2001. (Cadernos Pólis, n. 4).

_____, et al. **Como produzir moradia bem localizada com recursos do programa minha casa minha vida?:** implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

_____, et al. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cadernos MetrÓpole**, v. 17, n. 33, pp. 127-154, 2015a.

_____, et al. Inserção urbana no PMCMV e a efetivação do direito à moradia adequada: uma avaliação de sete empreendimentos no estado de São Paulo. In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (Org.). **Minha Casa... E a Cidade?:** Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados Brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, Cap. 14, pp. 391-416, 2015b.

RUFINO, Maria Beatriz Cruz. Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos. In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (Org.). **Minha Casa... E a Cidade?:** Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados Brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, Cap. 3, pp. 51-70, 2015.

SACCOL, A. Z. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 2, n. 2, pp. 250-269, 2009.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia da Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Cleonice Dias dos. **Trabalho social e movimentos de moradia:** um estudo da trajetória da assessoria técnica Ambiente Arquitetura e da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. 2016. 176 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Serviço Social, Pucsp, São Paulo, 2016.

SARLET, I. W. Algumas anotações a respeito do conteúdo e possível eficácia do direito à moradia na Constituição de 1988. **Cadernos de Direito**, v. 3, n. 5, pp. 107-141, Piracicaba, 2003.

SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro**. 2010. 361 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

SILVA, A. A. **Um sonho distante: reflexões sobre acessibilidade nos conjuntos habitacionais do PMCMV Faixa 1 na região metropolitana de Natal**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

SILVA, S. C. S. **Política habitacional e planejamento territorial no Brasil: o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) no município de Ceará-Mirim-RN, no período 2009-2014**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Geografia, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016a.

SILVA, I. B. P. **O impacto do Programa Minha Casa, Minha Vida em Ceará-Mirim, na mobilidade social das famílias beneficiadas faixa 1**. 2016b. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais, Departamento de Políticas Públicas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016b.

SILVA, G. J. P. da. **Contribuições para a Habitação Social: uma análise de implementação do trabalho social no Programa Minha Casa Minha Vida-FAR**. 2017. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Administração Pública e Governo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2017a.

SILVA, F. R. M. **Gestão do Desenvolvimento Territorial em Empreendimentos de Habitação Social no Brasil**. 2017. 120 f. Tese (Doutorado) – Curso de Doutorado em Administração, Salvador, 2017b.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. Ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1982.

SOUZA, K. C. N. **A participação social na política de habitação brasileira: a gestão do Programa Minha Casa, Minha Vida no município de Abaetuba, no estado do Pará**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Administração, Universidade da Amazônia, Belém, 2013.

STOTZ, Eduardo Navarro. **Participação Social**. 2009. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/parsoc.html>>. Acesso em: 27 set. 2017.

TENÓRIO, F. G. (Re)visitando o conceito de Gestão Social. **Desenvolvimento em questão**, v. 3, n. 5, pp. 101-124, 2005.

TOCQUEVILLE, A. A. **Democracia na América: leis e costumes – de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social**

democrático. Tradução de Eduardo Brandão; prefácio, bibliografia e cronologia de François Furet. Vol. I – 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção Paidéia)

VALENCIO, N. **Para além do dia do desastre:** o caso brasileiro. Curitiba: Appris, 2012.

VALLA, V. V. Revendo o Debate em Torno da Participação Popular: ampliando sua concepção em uma nova conjuntura. In: BARATA, R. B.; BRICEÑO-LEÓN, R. E (Org.). **Doenças endêmicas:** abordagens sociais, culturais e comportamentais. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, pp. 251 – 268, 2000.

WÜSTH, Andréia. **O trabalho social e a política de habitação:** desvendando contradições. 2015. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Pucrs, Porto Alegre, 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A – RESULTADOS DA BUSCA NO CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES

AUTOR	ANO	UNIVERSIDADE	PROGRAMA	TÍTULO	NÍVEL
COSTA, JULIANA MAGNA DA SILVA	2013	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	ARQUITETURA, TECNOLOGIA E CIDADE	VENTILAÇÃO NATURAL EM EDIFÍCIOS MULTIFAMILIARES DO PROGRAMA “MINHA CASA MINHA VIDA”	DOUTORADO
PEREIRA, ALEXSANDRO DE ALMEIDA	2016	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	ARQUITETURA E URBANISMO	DISCURSO E PRÁTICA NA PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL: O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	MESTRADO
MASCIA, ELEONORA LISBOA	2012	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	ARQUITETURA E URBANISMO	HABITAÇÃO PARA ALÉM DA METRÓPOLE: A DESCENTRALIZAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA NA BAHIA (2009-2010).	MESTRADO
CORREA, GEOVANA DE MEDEIROS	2012	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	ECONOMIA	A HABITAÇÃO SOCIAL EM FOCO: UMA ABORDAGEM SOBRE O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA	MESTRADO
MOREIRA, CAMILLA FERNANDES	2013	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	CIÊNCIAS SOCIAIS	O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS NA CIDADE DE UBERLÂNDIA-MG	MESTRADO
SOUSA, ISABELLA GASPAR	2017	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	ARQUITETURA E URBANISMO	HABITAÇÃO SOCIAL NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: AVALIAÇÃO DO RESIDENCIAL PITANGUEIRAS, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR/MA, SOB AS PREFERÊNCIAS DO USUÁRIO	MESTRADO
DANELON, LEONARDO	2015	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES E SISTEMAS PÚBLICOS	O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO MUNICÍPIO DE PIRACICABA: ENGAJAMENTOS E INTERAÇÕES DOS PRINCIPAIS ATORES IMOBILIÁRIOS	MESTRADO PROFISSIONAL
JUNIOR, JOSE DJAIR CASADO DE ASSIS	2014	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	DINÂMICA DO ESPAÇO HABITADO	EXERCÍCIO DA APLICAÇÃO DA COORDENAÇÃO MODULAR NO PROJETO DAS TIPOLOGIAS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA CIDADE DE MACEIÓ - AL	MESTRADO
VASCONCELLOS, CARLA PORTAL	2015	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO E O TERRITÓRIO: ANÁLISE DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA NOS MUNICÍPIOS DE	DOUTORADO

				CARAZINHO, MARAU E PASSO FUNDO/RS	
RIBEIRO, NADIA OLIVEIRA VIZOTTO	2015	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	CIÊNCIAS SOCIAIS	ESPAÇO URBANO E SEGREGAÇÃO SOCIAL: O COTIDIANO DOS MORADORES EM UM CONJUNTO HABITACIONAL DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA'	MESTRADO
MURAT, MELISSA GIL	2015	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	ARQUITETURA E URBANISMO	O IMPACTO NO ENTORNO DAS HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA EM JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS	MESTRADO
SANTOS, JANAINA MATOSO	2015	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	URBANISMO	DIREITO À MORADIA E LOCALIZAÇÃO URBANA: REFLEXÕES SOBRE O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	MESTRADO
TEIXEIRA, FELIPE DIOGO	2016	INSTITUTO DE TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO	DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PARA SISTEMAS DE AQUECIMENTO SOLAR DE ÁGUA NO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA'	MESTRADO
TEIXEIRA, MARA CRISTINA NOGUEIRA	2012	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	ECONOMIA	PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA: POLÍTICA HABITACIONAL OU PACOTE ANTICÍCLICO?'	MESTRADO
VICENTIM, THAISA NUNES	2015	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	ARQUITETURA E URBANISMO	ANÁLISE DO COMÉRCIO E SERVIÇO NOS EMPREENDIMENTO DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA (PMCMV): ESTUDO DE CASO DO RESIDENCIAL VISTA BELA – LONDRINA-PR	MESTRADO
MAGRIS, FLAVIO HERTEL	2013	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	GEOGRAFIA	O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E A RECONFIGURAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE SERRA	MESTRADO
AZEVEDO, JANAMAINA COSTA BEZERRA DE	2013	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL	COOPERATIVAS HABITACIONAIS EM GOIÂNIA E O PROGRAMA HABITACIONAL MINHA CASA MINHA VIDA GOIÂNIA	MESTRADO
SILVA, ADRIANA ELIAS DA.	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	DESENVOLVIMENTO URBANO	A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO PELO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (FAIXA 1) NA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE/PE	MESTRADO
SOARES, TATIANA DOMINIAK	2016	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	DIREITO AMBIENTAL	OS ASPECTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS SOCIOAMBIENTAIS EM UNIDADES HABITACIONAIS DO PROGRAMA MINHA CASA	MESTRADO

				MINHA VIDA: ESTUDO DE CASO RESIDENCIAL VIVER MELHOR I E II.	
PORCIONATO, GABRIELA LANZA	2016	UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/ARARAQUARA	CIÊNCIAS SOCIAIS	PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UM MERCADO	MESTRADO
VIEIRA, JOSE ROMULO DE CASTRO	2016	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	ADMINISTRAÇÃO	PREDIÇÃO DO BOM E DO MAU PAGADOR NO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA	MESTRADO
LUCENA, WILMA GUEDES DE	2014	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA	GEOGRAFIA	A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE PATOS/PB: DO BNH AO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	MESTRADO
REIS, FRANCIMAR NATALIA SILVA CRUZ	2013	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	ADMINISTRAÇÃO	PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA: ESTRUTURA LÓGICA, FOCALIZAÇÃO E PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	MESTRADO
ROSA, MARTA FERREIRA	2015	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	POLÍTICA SOCIAL	SEGREGAÇÃO SÓCIOESPACIAL NA POLÍTICA URBANA: CONTRADIÇÕES HISTÓRICO-ESTRUTURAIS DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA	MESTRADO
CARVALHO, ALICE DE ALMEIDA VASCONCELLOS DE	2015	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	ARQUITETURA E URBANISMO	DA MORADIA À COLCHA DE RETALHOS: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE CIDADES À LUZ DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA	MESTRADO
FLORENCIO, ADOLF DENI MOTTER	2016	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	CIÊNCIAS SOCIAIS	PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA ENTIDADES, UMA POSSIBILIDADE NA LUTA CONTRA-HEGEMÔNICA?	DOUTORADO
VERA, MARGAUX HILDEBRANDT	2014	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	URBANISMO, HISTÓRIA E ARQUITETURA DA CIDADE	O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA DINÂMICA SOCIOESPACIAL E SUA INSERÇÃO NO CONTEXTO URBANO NA ÁREA CONURBADA DE FLORIANÓPOLIS	MESTRADO
COSTA, JULIANA MAGNA DA SILVA	2013	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	ARQUITETURA, TECNOLOGIA E CIDADE	VENTILAÇÃO NATURAL EM EDIFÍCIOS MULTIFAMILIARES DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	MESTRADO
COSTA, JULIANA	2016	UNIVERSIDADE	ARQUITETURA,	VENTILAÇÃO NATURAL EM EDIFÍCIOS	MESTRADO

MAGNA DA SILVA		FEDERAL FLUMINENSE	TECNOLOGIA E CIDADE	MULTIFAMILIARES DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	
SILVA, ANALUCIA DE AZEVEDO	2014	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS	UM SONHO DISTANTE: REFLEXOES SOBRE ACESSIBILIDADE NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PMCMV FAIXA 1 NA REGIAO METROPOLITANA DE NATAL	MESTRADO
KROHLING, WILDES	2016	NIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	ARQUITETURA E URBANISMO	MINHA CASA, MINHA VIDA' E OS EFEITOS SOCIOESPACIAS NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA/ES	MESTRADO
MELO, MAYARA DAHER DE	2016	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	POLÍTICA SOCIAL	O ACESSO À HABITAÇÃO NO BRASIL EM TEMPOS DE CAPITALISMO FINANCEIRIZADO – UMA ANÁLISE DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA	MESTRADO
PEREIRA, JOELMA APARECIDA	2013	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	CIÊNCIAS SOCIAIS	NOVA CONCEIÇÃO: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES DOS BENEFICIÁRIOS COM O ESPAÇO CONSTRUÍDO NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA'	MESTRADO
YAMAMOTO, SAULO ANDRADE	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	ARQUITETURA E URBANISMO	PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: DISTRIBUIÇÃO NACIONAL, DÉFICIT HABITACIONAL E INDICADORES DE ANÁLISE. UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA'	MESTRADO
MARINHO, THAYS BARBOSA	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	GEOGRAFIA	ACESSIBILIDADE E SEGREGAÇÕES URBANAS PELO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA: REFLEXÕES SOBRE OS RESIDENCIAIS ALICE NOVACK E ÀGUAS CLARAS EM CUIABÁ-MT'	MESTRADO
ROCHA, GEISA SILVEIRA DA	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	GEOGRAFIA	POLÍTICA HABITACIONAL E MERCADO: AS ESTRATÉGIAS DAS CONSTRUTORAS NO PMCMV NA ÁREA CONURBADA DE FLORIANÓPOLIS'	MESTRADO
VIEIRA, TATIANY LORENA.	2013	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	DIREITO AMBIENTAL	PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (2009-2010): AVANÇOS E LIMITES PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA EM SÃO LUÍS - MA	MESTRADO
JESUS, PATRICIA MARIA DE.	2015	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	GEOGRAFIA (GEOGRAFIA HUMANA)	O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA ENTIDADES NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	DOUTORADO
CARVALHO, HUANA	2015	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO/SÃO	ARQUITETURA E URBANISMO	A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL COMO AGENTE DA POLÍTICA HABITACIONAL: UM	DOUTORADO

ASSANUMA OTA DE		CARLOS		ESTUDO A PARTIR DO PAC E PMCMV EM CARAPICUÍBA	
VIEIRA, IONICE GONCALVES	2015	UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA	PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	NOVAS FORMAS DE URBANIZAÇÃO: ESTUDO DA TIPOLOGIA DE CONDOMÍNIOS FECHADOS PARA O PROGRAMA “MINHA CASA MINHA VIDA” – JACAREÍ, SÃO PAULO	MESTRADO
CUNHA, GABRIEL RODRIGUES DA	2014	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO/SÃO CARLOS	ARQUITETURA E URBANISMO	O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP: ESTADO, MERCADO, PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO'	DOUTORADO
QUIRINO, BRUNO SILVA.	2014	CENTRO UNIVERSITARIO UNA	ADMINISTRAÇÃO	INOVAÇÃO SOCIAL E NEGÓCIOS SOCIAIS: UM ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA EM UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	MESTRADO PROFISSIONAL
BELTRAME, GABRIELLA CAROLINE RODRIGUES	2017	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	CIÊNCIAS SOCIAIS	MOVIDOS PELA CASA PRÓPRIA: ESTRUTURA DE OPORTUNIDADES E MORADIA NO INTERIOR MINEIRO, EM TEMPOS DE MINHA CASA MINHA VIDA	DOUTORADO
OLIVEIRA, RAFAELLA MARTINS DE	2016	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	DIREITO À MORADIA E A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL: O CASO DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS NO PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA” EM PONTA GROSSA – ESTADO DO PARANÁ'	MESTRADO
OLIVES, SARA JUDY CHRISTIE DE	2017	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS	DESAFIOS E FRAGILIDADES DO TRABALHO SOCIAL NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL	MESTRADO
LOPES, FERNANDA TAVARES DE ALBUQUERQUE	2013	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO	A PRODUÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA NA REGIÃO DO ABC PAULISTA	MESTRADO
CARVALHO, ANA CAROLINA NUNES	2014	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	ADMINISTRAÇÃO	AS RELAÇÕES ENTRE ESFERAS DE GOVERNO DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE TERESINA-PI	MESTRADO
RONCHI, PEDRO	2014	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	GEOGRAFIA	EXPANSÃO URBANA E O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA NA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA	MESTRADO

ZULO, LIVIA SOARES NUNES	2014	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO	SOCIOLOGIA POLÍTICA	PRODUÇÃO HABITACIONAL PARA A CLASSE MÉDIA BAIXA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ: REPERCUSSÕES DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA'	DOUTORADO
POVOA, PEDRO FABRICIO	2015	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	POLÍTICAS PÚBLICAS, ESTRATÉGIAS E DESENVOLVIMENTO	BASE INSTITUCIONAL E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES E DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	MESTRADO
MONTEIRO, ADRIANA ROSENO	2015	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	GEOGRAFIA	HABITAÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA E SEUS DESDOBRAMENTOS NO CONJUNTO RESIDENCIAL CRUVIANA, EM BOA VISTA/RR	MESTRADO
MONTEIRO, ADRIANA ROSENO	2015	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	GEOGRAFIA	HABITAÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA E SEUS DESDOBRAMENTOS NO CONJUNTO RESIDENCIAL CRUVIANA, EM BOA VISTA/RR	MESTRADO
MONTEIRO, ADRIANA ROSENO	2015	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	GEOGRAFIA	HABITAÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA E SEUS DESDOBRAMENTOS NO CONJUNTO RESIDENCIAL CRUVIANA, EM BOA VISTA/RR	MESTRADO
MARCHI, MARCIO	2015	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	GEOGRAFIA	A PRODUÇÃO CONTEMPORÂNEA DO ESPAÇO URBANO E O DIREITO À CIDADE: UM ESTUDO SOBRE A INSERÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA ÁREA CONURBADA DE FLORIANÓPOLIS	MESTRADO
MARQUES, LAURA MARQUES DE	2015	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	MINHA CASA MINHA VIDA: ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE VALOR SOBRE AS ÁREAS COMUNS	MESTRADO
CUNHA, WEDER SILVEIRA	2015	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	ARQUITETURA E URBANISMO	MODOS DE USO E CONFIGURAÇÃO ESPACIAL NO RESIDENCIAL ATATAIA - PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA - EM GOVERNADOR VALADARES, MG	MESTRADO
DINIZ, JEFERSON DOMINGUES	2015	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO	ANÁLISE DA INSERÇÃO URBANA DOS EMPREENDIMENTOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO ABC – PERÍODO 2009-	MESTRADO

				2014	
MOREIRA, VINICIUS DE SOUZA	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	ADMINISTRAÇÃO	AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA” EM MINAS GERAIS	MESTRADO
ARCANJO, RAFAEL TONELI	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO	O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E O DESENQUADRAMENTO NAS FAIXAS II E III: ESTUDO DE CASO DA REGIÃO DO ABC PAULISTA	MESTRADO
COSTA, NAJARA MAYLA DO SOCORRO VEIGA	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	SERVIÇO SOCIAL	PRODUÇÃO HABITACIONAL EM PEQUENAS CIDADES PARAENSES: ANÁLISE DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E PLANOS LOCAIS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL'	MESTRADO
SILVA, NATHAN FERREIRA DA.	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	GEOGRAFIA	POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM NOVA IGUAÇU - RJ	MESTRADO
CAMACHO, NADIA DE OLIVEIRA	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	AMBIENTE CONSTRUÍDO	A UTILIZAÇÃO DA LEI Nº 11.888/2008 - LEI DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PÚBLICA E GRATUITA - NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: LIMITES E POSSIBILIDADES NA PÓS- OCUPAÇÃO DAS UNIDADES HABITACIONAIS'	MESTRADO
JESUS, SARA LIVINO DE	2014	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	GEOGRAFIA	A POLÍTICA PÚBLICA HABITACIONAL E OS DESDOBRAMENTOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM UMA CIDADE MÉDIA: DOURADOS-MS	MESTRADO
DUARTE, RENATO	2014	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	GEOGRAFIA	A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM CAMPO GRANDE – MS: PROPOSIÇÕES E CONTRADIÇÕES	MESTRADO
FERREIRA, DIOGO DA CRUZ	2015	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO	POLÍTICAS SOCIAIS	DAS CONSEQUÊNCIAS DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA NA SOCIABILIDADE DE UM "CONDOMÍNIO" EM UMA CIDADE MÉDIA DE MINAS GERAIS	MESTRADO
FILHO, CARLOS ALBERTO PENHA	2015	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	CONTRIBUIÇÃO PARA ANÁLISE DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: UM ESTUDO DO PROGRAMA EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP	MESTRADO
SOUSA, JAMES CHARLES RUAS	2012	UNIVERSIDADE FEDERAL DE	DESENVOLVIMENTO URBANO	PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM PERNAMBUCO.FORMULAÇÃO, IMPLANTAÇÃO	MESTRADO

MACHADO DE		PERNAMBUCO		E AVALIAÇÃO.	
CASTRO, KARINA BRANDAO ALVES DE	2015	UNIVERSIDADE CATOLICA DE PETROPOLIS	DIREITO AMBIENTAL	O DIREITO À MORADIA DIGNA COMO UMA DAS VERTENTES CONCRETIZADORAS DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO: ANÁLISE DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (FAIXA 1) NO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS	MESTRADO
LIMA, BERNADETE CASSIA SANTIAGO.	2017	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA	DESENHO, CULTURA E INTERATIVIDADE	MINHA CASA MINHA VIDA”: UMA AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO, COM BASE NO DESENHO DA SUBJETIVIDADE HUMANA; REFLETINDO AS NECESSIDADES, EXPECTATIVAS E COSTUMES DE SEUS USUÁRIOS, NA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA – BA	MESTRADO
MEDEIROS, FLAVIANI SOUTO BOLZAN	2015	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A AQUISIÇÃO DOS IMÓVEIS FINANCIADOS E O VALOR DOS ALUGUÉIS: UM ESTUDO DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA	MESTRADO
RICHTER, FERNANDA ALTVATER	2015	INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA DO MERCOSUL	GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE INSTITUIÇÃO	O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL COMO VETOR DE SUSTENTABILIDADE NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: UM ESTUDO DE CASO	MESTRADO PROFISSIONAL
ARAUJO, ANA CRISTINA DA SILVA.	2013	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO/SÃO CARLOS	ARQUITETURA E URBANISMO	PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: ANTIGOS E NOVOS DILEMAS DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E O CASO DE MARÍLIA-SP	DOUTORADO
FERREIRA, GLENDA DANTAS	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	ARQUITETURA E URBANISMO	PRODUÇÃO HABITACIONAL, AGENTES E TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL (2009 - 2014) RESIDENCIAL CRUVIANA, EM BOA VISTA/RR	DOUTORADO
PINTO, JONES VIEIRA	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	ARQUITETURA E URBANISMO	CONTRIBUIÇÕES PARA ESTUDO DO “PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA” PARA UMA CIDADE DE PORTE MÉDIO, PELOTAS-RS: CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS CONSTRUTORAS E INCORPORADORAS PRIVADAS E INSERÇÃO URBANA	MESTRADO
RIBEIRO, CORINA	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DO	MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO	O CONJUNTO HABITACIONAL COMO SOLUÇÃO PARCIAL PARA RELOCAÇÃO DE	DOUTORADO

ALESSANDRA BEZERRA CARRIL		PARANÁ		MORADIAS PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE - REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	
SAMPAIO, FERNANDA FONTANA	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO	O OLHAR DOS MORADORES SOBRE A QUALIDADE DE VIDA NOS CONDOMÍNIOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA PARA A FAIXA 1 – UM ESTUDO DE CASO EM MOGI DAS CRUZES	MESTRADO
SILVA, SUZETE CAMARA DA	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	GEOGRAFIA	POLÍTICA HABITACIONAL E PLANEJAMENTO TERRITORIAL NO BRASIL: O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) NO MUNICÍPIO DE CEARÁ MIRIM-RN, NO PERÍODO 2009-2014	MESTRADO
BALESTRINI, MILTON	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	ENGENHARIA URBANA	O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E O MARCO REGULATÓRIO DO MUNICÍPIO: O CASO DE ARARAQUARA'	MESTRADO
MONTENEGRO, FRANCISCO RIBEIRO PESSOA	2016	INSTITUTO DE PESQ.TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	HABITAÇÃO: PLANEJAMENTO E TECNOLOGI	ANÁLISE DE RISCO E TOMADA DE DECISÃO NA PRODUÇÃO DE HABITAÇÕES HIS - PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA, FAIXA 1	MESTRADO PROFISSIONAL
POTTER, KARIN	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	CONTRIBUIÇÕES PARA UM MÉTODO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO DE EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS SOBRE AS ÁREAS VERDES URBANAS UM ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, EM CACHOEIRINHAS	MESTRADO
FLACH, ADRIANA DE AVILA	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	O PAPEL DA MUNICIPALIDADE NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM PORTO ALEGRE	MESTRADO
MIGLIOLI, ALINE MARCONDES	2016	UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/ARARAQUARA	ECONOMIA	OS IMPACTOS DO PROGRAMA HABITACIONAL "MINHA CASA, MINHA VIDA": UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO CASO DE SÃO PAULO E RECIFE	MESTRADO
MOURA, JESSICA MORAIS DE	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	ARQUITETURA E URBANISMO	PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA E PLANO DIRETOR: HABITAÇÃO E POLÍTICA URBANA NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL	MESTRADO

COSTA, SIMONE DA SILVA	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	ARQUITETURA E URBANISMO	PROVISÃO HABITACIONAL E A (DES) CONSTRUÇÃO DO DIREITO A CIDADE: UM OLHAR SOBRE A AÇÃO CIVIL PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE DO PMCMV.	DOUTORADO
CAMPOS, FABIO MOTTA.	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	ECONOMIA	O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA COMO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL	MESTRADO
PALMA, RODRIGO CODEVILA	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	URBANISMO	HABITAÇÃO SOCIAL E URBANISMO SUSTENTÁVEL: OFERTA DE MOBILIDADE URBANA E A LOCALIZAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	MESTRADO
GOBBATO, FLAVIA GAZZOLA	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL,	PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	JUSTIÇA SOCIAL E MATERIALIDADE: O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM PORTO ALEGRE	MESTRADO
SANTOS, ROBSON POLETO DOS	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	ECONOMIA	IMPACTOS ECONÔMICOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA	MESTRADO
PACHECO, JULIANA THAISA RODRIGUES.	2013	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	PERFIL DAS DEMANDAS DAS FAMÍLIAS COM RESPONSABILIDADE FEMININA JUNTO AO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA 2 NA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS/PR	MESTRADO
GUIMARAES, LEANDRO	2013	CENTRO UNIVERSITÁRIO EURO-AMERICANO	DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E VIOLÊNCIA	O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: UM ESTUDO DA POLÍTICA HABITACIONAL NO DISTRITO FEDERAL'	MESTRADO
BORGES, JOAMARA MOTA	2013	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	GEOGRAFIA	POLÍTICAS HABITACIONAIS, CONDIÇÕES DE MORADIA, IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE NO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA EM ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	MESTRADO
FLORES, SANDRINE DE ALMEIDA	2017	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	CONSTATAÇÕES DO ENDIVIDAMENTO FAMILIAR NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	MESTRADO
SENA, CRISTIANO DA CRUZ	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	GEOGRAFIA	AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO SOCIAL: O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIOESPACIAIS NO MUNICÍPIO DE BELO	MESTRADO

				HORIZONTE	
MENEZES, CLARISSA SALOMONI DE.	2016	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO/SÃO CARLOS	ARQUITETURA E URBANISMO	A PRODUÇÃO HABITACIONAL SOB A LÓGICA DO MERCADO IMOBILIÁRIO: ANÁLISE DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZ	MESTRADO
PONTES, LORENA RANGEL	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	MINHA CASA, MINHA VIDA: ANÁLISE SÓCIOESPACIAL DA LOCALIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DO PROGRAMA NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO - RJ	MESTRADO
TEIXEIRA, CRISTIANE CALDAS DINIZ.	2016	UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE	GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO	DIREITO À MORADIA? O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM GOVERNADOR VALADARES'	MESTRADO
SOUZA, EDUARDO LEITE	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	URBANISMO, HISTÓRIA E ARQUITETURA DA CIDADE	A PERIFERIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA DINÂMICA SOCIOESPACIAL E NA MOBILIDADE URBANA DA ÁREA CONURBADA DE FLORIANÓPOLIS	MESTRADO
GOERGEN, MESSALINE	2016	CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS	MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO	AVALIAÇÃO DE INSERÇÃO URBANA: CONJUNTOS HABITACIONAIS FINANCIADOS PELO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM LAJEADO	MESTRADO
PESSOA, THAMIRES MACHADO	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ,	GEOGRAFIA	IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NOS MUNICÍPIOS DE CRATO, JUAZEIRO DO NORTE E BARBALHA: ARRANJOS INSTITUCIONAIS E CONDIÇÕES DE INSERÇÃO URBANA	MESTRADO
LAUSCHNER, MIRELLA CRISTINA XAVIER GOMES DA SILVA	2013	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	SERVIÇO SOCIAL	A GESTÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA PELA ENTIDADE AMAZONAS SEMPRE VIVO: A INSERÇÃO DO MOVIMENTO SOCIAL NA POLÍTICA PÚBLICA DE MORADIA, EM MANAUS	MESTRADO
GOMES, FELIPE HAECKEL D AVILA ALMEIDA	2015	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	ADMINISTRAÇÃO	ATRIBUTOS VALORIZADOS PELOS COMPRADORES DO PROGRAMA, “MINHA CASA, MINHA VIDA	MESTRADO PROFISSIONAL
NASCIMENTO, ALINE DA COSTA.	2014	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	ARQUITETURA E URBANISMO	CONJUNTOS HABITACIONAIS DO BNH E CONDOMÍNIOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: COMPREENDENDO O FENÔMENO DOS “PUXADINHOS” NA	MESTRADO

				ARQUITETURA DOS PROJETOS DE HABITAÇÃO POPULAR NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	
RABEL, SERGIO	2014	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ,	GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	O SALDO DEVEDOR NOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA: UM CENÁRIO DE RISCO	MESTRADO PROFISSIONAL
MORA, CLAUDIA MARCELA ACOSTA	2015	ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO	DIREITO	O PROGRAMA FEDERAL BRASILEIRO “MINHA CASA, MINHA VIDA” É UM REGULADOR-SOMBRA DAS NORMAS URBANÍSTICAS MUNICIPAIS?	MESTRADO
LEAO, RENATO FREITAS DE CASTRO.	2015	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	ARQUITETURA E URBANISMO	O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA E A EXPANSÃO URBANA NA CIDADE DE MARABÁ - PA:UM ESTUDO DOS NÚCLEOS SÃO FÉLIX E MORADA NOVA'	MESTRADO
MULLER, SHIRLEY COELHO	2015	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	ARQUITETURA E URBANISMO	O ESPAÇO PARA A CRIANÇA E A CRIANÇA NOS ESPAÇOS DOS EMPREENDIMENTOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BÉLEM'	MESTRADO
GUMARAES, ELIANE APARECIDA.	2013	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	ECONOMIA DOMÉSTICA	O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA: O CASO DE VIÇOSA, MG'	MESTRADO
DIAS, EDNEY CIELICI.	2012	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	CIÊNCIA POLÍTICA	DO PLANO REAL AO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA: NEGÓCIOS, VOTOS E AS REFORMAS DA HABITAÇÃO	MESTRADO
SILVA, GIULIANO JOAO PAULO DA	2017	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/SP	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO	CONTRIBUIÇÕES PARA A HABITAÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE DE IMPLEMENTAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA-FAR	MESTRADO
FRAGA, LUANA DOS SANTOS	2017	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	ADMINISTRAÇÃO	PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: UMA ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO E DE FATORES COMPORTAMENTAIS	MESTRADO
DRUM, CASSIANO LEONEL	2010	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	ECONOMIA	DÉFICIT HABITACIONAL E IMPACTOS ECONÔMICOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO RIO GRANDE DO SUL	MESTRADO
BERGUES,	2017	FUNDAÇÃO GETÚLIO	ADMINISTRAÇÃO	O PAPEL DA BUROCRACIA NO JOGO	MESTRADO

MARTINA		VARGAS/SP,	PÚBLICA E GOVERNO	FEDERATIVO: UM ESTUDO SOBRE A PARCERIA CASA PAULISTA/MINHA CASA MINHA VIDA	
SILVA, JOSE ROBERTO DOMINGUES DA	2015	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	ADMINISTRAÇÃO	A INFLUÊNCIA DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA NO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	MESTRADO
LAMONICA, NATASHA.	2013	UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/BAURU	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	ADENSAMENTO E HABITAÇÃO: A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA CIDADE DE BAURU (SP) SOB A ÓTICA DA SUSTENTABILIDADE	MESTRADO
TOSTA, ALINE OLIVEIRA.	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	ARQUITETURA E URBANISMO	A DIMENSÃO ESPACIAL DO DIREITO À CIDADE: ACESSO À EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E INFRAESTRUTURA NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR (2009 - 2015)	MESTRADO
SILVA, MARIA HELENA DE JESUS DA	2016	UNIVERSIDADE SALVADOR	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO	PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO JARDIM DAS MARGARIDAS: RELATO DE CASO – SALVADOR - BA	MESTRADO
ROMANELLI, CARLA	2013	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	ENGENHARIA CIVIL	AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA COMO INSTRUMENTO PARA IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS HABITACIONAIS: UM ESTUDO SOBRE O MINHA CASA MINHA VIDA	MESTRADO
BRASILEIRO, SUELY BENEVIDES DE CARVALHO	2013	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA	ENGENHARIA CIVIL E AMBIENTA	ADEQUAÇÃO AO SELO CASA AZUL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DE EDIFICAÇÕES DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	MESTRADO
MARTINS, BRUNO XAVIER	2016	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	GEOGRAFIA (GEOGRAFIA HUMANA)	O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: A MERCADORIA HABITAÇÃO A SERVIÇO DA REPRODUÇÃO DO CAPITAL EM CONTEXTO DE CRISE'	MESTRADO
BARRETO, MARCIO PEREIRA	2016	ARQUITETURA E URBANISMO	GEOGRAFIA	PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE: EFEITOS NA MICRORREGIÃO DE BAIXA VERDE/RN	MESTRADO
MALUF, RICARDO MELLO	2014	UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES	ECONOMIA E GESTÃO EMPRESARIA	IMPACTO DO PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA” NO MERCADO IMOBILIÁRIO DO RIO DE JANEIRO	MESTRADO PROFISSIONAL
SHIMIZU, JÚLIO	2010	UNIVERSIDADE	ECONOMIA	PROJEÇÃO DE IMPACTOS ECONÔMICOS DO	MESTRADO

YUKIO		FEDERAL DE MINAS GERAIS		PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA: UMA ABORDAGEM DE EQUILÍBRIO GRAL COMPUTÁVEL”	
ALVES, ANDRÉ FELIPE MOURA	2012	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	ARQUITETURA E URBANISMO	TODO BRASILEIRO MERECE NÍVEL "A": HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA ENERGETICAMENTE EFICIENTE	MESTRADO PROFISSIONAL
ROMAGNOLI, ALEXANDRE JOSÉ.	2012	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	CIENCIA POLITICA	O PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA” NA POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA : CONTINUIDADES, INOVAÇÕES E RETROCESSOS	MESTRADO
MARTINS, ADRIANO RIBEIRO	2015	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	ECONOMIA	PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA HABITACIONAL PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA NO BRASIL	MESTRADO
FILHO, HELIO DE MORAIS	2015	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	SOCIOLOGIA POLÍTICA	A POLÍTICA HABITACIONAL URBANA NO BRASIL E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: O CASO DE MONTES CLAROS/MG	MESTRADO
CARDOSO, BRUNO LUAN DANTAS	2015	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	ADMINISTRAÇÃO	ARA UMA GESTÃO SOCIAL NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: REFLEXÕES ACERCA DA ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA EM EMPREENDIMENTOS DA FAIXA 1	MESTRADO
SILVA, CRISTINA LUIZA BRAULIO SANTOS CABRAL ARAUJO.	2015	UNIVERSIDADE FUME	ADMINISTRAÇÃO	SIGNIFICADO DA HABITAÇÃO PARA COMPRADORES DE IMÓVEIS DE LUXO E DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA: UM ESTUDO COMPARATIVO.	MESTRADO
OLIVEIRA, NATALIA COELHO DE	2016	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	SERVIÇO SOCIAL	HABITAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: DAS ORIGENS AO TRABALHO SOCIAL NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV)	MESTRADO
DEPIERI, MARCELO ALVARES DE LIMA	2016	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	CIÊNCIAS SOCIAIS	O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: POLÍTICA HABITACIONAL DOS GOVERNOS LULA E DILMA NO PERÍODO DE 2009 A 2014	MESTRADO
DEPIERI, MARCELO ALVARES DE LIMA	2016	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	ARQUITETURA E URBANISMO	TODO BRASILEIRO MERECE NÍVEL "A": HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA ENERGETICAMENTE EFICIENTE	MESTRADO

MELCHORS, LUCIA CAMARGOS	2014	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO URBANO E A QUESTÃO DA HABITAÇÃO: DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA NO MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ / REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE - RS	MESTRADO
RAMOS, DAVIDSON AFONSO DE.	2013	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	SOCIOLOGIA POLÍTICA	SOCIEDADE CIVIL, BUROCRACIA ESTATAL E INICIATIVA PRIVADA: ESTUDO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.	DOUTORADO
SOUZA, NILO SERGIO DE	2015	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA,	ECONOMIA DOMÉSTICA	AS SOCIABILIDADES POSSÍVEIS EM CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA (PMCMV): O CASO DE VIÇOSA - MG	MESTRADO
RODRIGUES, LEANDRO DE PADUA	2015	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	CIÊNCIA POLÍTICA	A PRODUÇÃO HABITACIONAL DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO	MESTRADO
SAMPAIO, VALDIRENE PALMEIRA MALAGGI.	2015	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINO	CIÊNCIAS SOCIAIS	DA TRAJETÓRIA DA POLÍTICA HABITACIONAL AO ENCONTRO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM SÃO LEOPOLD	MESTRADO
MEIRELES, EDUARDO	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	ENGENHARIA URBANA	PROVISÃO DO PROGRAMA "MINHA CASA MINHA VIDA" EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP: INSERÇÃO, ADEQUAÇÃO URBANA E SOCIOECONÔMICA DE EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS	DOUTORADO
SILVA, DANIEL COMIN DA	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	ARQUITETURA E URBANISMO	AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE EM EDIFÍCIOS MULTI FAMILIARES DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM CRICIÚMA/SC SEGUNDO O SELO CASA AZUL'	MESTRADO
CAMARGO, CAMILA MORENO DE	2016	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO/SÃO CARLOS	ARQUITETURA E URBANISMO	MINHA CASA MINHA VIDA ENTIDADES: ENTRE OS DIREITOS, AS URGÊNCIAS E OS NEGÓCIOS	MESTRADO
BRITO, MARCELO	2016	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	DIREITO À MORADIA E POLÍTICA HABITACIONAL: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA	MESTRADO
TENICELA, WILDER	2014	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE	ARQUITETURA	PROJETOS E POLÍTICAS: O CONCEITO DE MORAR E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA	DOUTORADO

MANUEL FERRER.		JANEIR		VIDA.	
MILANO, JOANA ZATTONI	2013	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	UM LUGAR PARA CHAMAR DE SEU? O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E A IDEOLOGIA DA CASA PRÓPRIA	MESTRADO
FORTUNATO, RAFAELA ANTUNES	2013	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO	A SUSTENTABILIDADE NA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL ESTUDOS DE CASO EM REASSENTAMENTOS DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA NO NÚCLEO URBANO CENTRAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - MUNICÍPIOS DE CURITIBA E FAZENDA RIO GRANDE	DOUTORADO
DANTAS, CRISTINE MATOS	2015	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	DINÂMICA DO ESPAÇO HABITADO	AValiação Térmica de Habitações Unifamiliares do Programa Minha Casa Minha Vida em Maceió-AL	MESTRADO
KIERONSKI, DENIA BARBOSA	2015	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA	ENGENHARIA CIVIL E AMBIENTAL	BIODEGRADABILIDADE DO LODO DE ESGOTO PROVENIENTE DE UMA ETE DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	MESTRADO
PONTAROLO, TAIRINE MONIELLI	2015	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE	GEOGRAFIA	NEGÓCIO DO ESTADO E NEGÓCIO PRIVADO: O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM GUARAPUAVA-PR GUARAPUAVA,	MESTRADO
SALVADEO, ANDRE RICARDO ARAO	2015	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES E SISTEMAS PÚBLICOS	PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: A GESTÃO LOCAL NA IMPLANTAÇÃO DAS "HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL	MESTRADO PROFISSIONAL
REIS, GABRIEL DRUMOND	2015	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL	GESTÃO CONDOMINIAL EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA NO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA'	MESTRADO PROFISSIONAL
HACKRADT, PAULO WERNER.	2012	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	DESASTRES AMBIENTAIS E POLÍTICAS HABITACIONAIS O CASO DA COHAB-CT E DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	MESTRADO PROFISSIONAL
VIEIRA, FLAVIO DE OLIVEIRA	2013	ECONOMIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	DISTRIBUIÇÃO DOS IMPACTOS DE INVESTIMENTOS EM CONSTRUÇÃO CIVIL NO NORDESTE: PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	MESTRADO PROFISSIONAL
FERREIRA, FABIO LUIZ.	2014	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	SOCIOLOGIA POLÍTICA	LIMITES E CONTRADIÇÕES DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA: UMA ANÁLISE	MESTRADO

				SOBRE POLÍTICA PÚBLICA HABITACIONAL NO BRASIL (2009-2013)	
BASTOS, RODRIGO DANTAS	2012	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	SOCIOLOGIA POLÍTICA	ECONOMIA POLÍTICA DO IMOBILIÁRIO: O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E O PREÇO DA TERRA URBANA NO BRASIL	MESTRADO
MONTEIRO, MICHELLE APARECIDA MALLET.	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS	O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: O PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO DE ACARI A COSMOS E REBATIMENTOS NA APROPRIAÇÃO E PERTENCIMENTO DOS BENEFICIÁRIOS	MESTRADO
SANTOS, VIVIANE VIDAL PEREIRA DOS	2017	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	SOCIOLOGIA POLÍTICA	VIVER EM CONDOMÍNIOS VERTICAIS DO PROGRAMA "MINHA CASA, MINHA VIDA" NA PERIFERIA DE CURITIBA-PR: PÓS-OCUPAÇÃO, TRAJETÓRIAS E SOCIABILIDADE	MESTRADO
SCHEFFER, SANDRA MARIA	2017	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	GESTÃO URBAN	A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO LOCAL POR POLÍTICAS NACIONAIS DE HABITAÇÃO: O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM PONTA GROSSA	DOUTORADO
GIMENES, ERIKA GUERREIRA	2016	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	POLITICAS SOCIAIS	O DIREITO À MORADIA DIGNA E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: CONFRONTO, ENCONTROS E DESENCONTROS	MESTRADO
SIMOES, CICERO DE AQUINO COSTA.	2016	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	GEOGRAFIA	O MINHA CASA MINHA VIDA ENTIDADES NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO	MESTRADO
SAITO, CELSO	2016	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	ARQUITETURA E URBANISMO	ESTUDO PARA A DETERMINAÇÃO DOS CUSTOS-META EM EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	MESTRADO
FERREIRA, FABIANA ALVES	2011	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/RJ	ADMINISTRAÇÃO	OS IMPACTOS ECONÔMICOS DO PROGRAMA HABITACIONAL MINHA CASA MINHA VIDA NO SETOR DE CONSTRUÇÃO CIVIL NA CIDADE DE BELÉM'	MESTRADO PROFISSIONAL
KRUGER, LUCIANA DE TOLEDO BARROS VON	2011	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECN. DE MINAS GERAIS	ENGENHARIA CIVI	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (MCMV): IMPLANTAÇÃO, ABRANGÊNCIA, ANÁLISE ARQUITETÔNICA E CONSTRUTIVA	MESTRADO
CHIOCHETTA, MICHEL.	2011	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ,	GESTÃO DE POLÍTICAS	IMPLICAÇÕES DO PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT	MESTRADO PROFISSIONAL

			PÚBLICAS	(PBQP-H) NAS HABITAÇÕES CONTRATADAS NA PLANTA PELO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	
HOFFMANN, ANIARA BELLINA	2014	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	ARQUITETURA E URBANISMO	AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM RANCHO QUEIMADO - SC	MESTRADO
PAGANI, ELIANE BARBOSA SANTOS	2016	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIA	PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA EM LONDRINA/PR- RESIDENCIAL VISTA BELA COMO PROCESSO (DES)(RE)TERRITORIALIZANTE	MESTRADO
LUCIANO, FRANCISPAULA	2016	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	TERRITÓRIOS E EXPRESSÕES CULTURAIS NO CERRADO	O MINHA CASA MINHA VIDA ENTIDADES NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO	MESTRADO
MORENO, ANA CECILIA RODRIGUES.	2013	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS,	AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL	MINHA CASA MINHA VIDA: ANÁLISE DE DESEMPENHO TÉRMICO PELA NBR 15.220-3, NBR 15.575, SELO CASA AZUL E RTQ-R	MESTRADO
FERREIRA, ANDRE LUIZ DA SILVA	2013	UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES	ECONOMIA E GESTÃO EMPRESARIAL	A POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA E AS VARIÁVEIS VINCULADAS A VIABILIDADE DE EMPREENDIMENTOS HABIATCIONAIS ENQUADRADOS NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	MESTRADO PROFISSIONAL
FAVINI, ADRIELLE CARPINE	2013	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO/SÃO CARLOS	ARQUITETURA E URBANISMO	MINHA CASA MINHA VIDA: ESTUDO DE CASO EM EMPREENDIMENTO RESIDENCIAL COM UTILIZAÇÃO DO SISTEMA CONSTRUTIVO "JET CASA"	MESTRADO
BEZERRA, NATALIA PATRICIA TENORIO	2014	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	DESENVOLVIMENTO URBANO	O SUBSIDIO NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNÍCIPIO DE IGARASSU/RMR/PE	MESTRADO
MONTEIRO, POLIANA GONCALVES	2015	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO,	PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	O GENERO DA HABITAÇÃO: A DIRETRIZ DE TITULAÇÃO FEMINIÑA NO MARCO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	MESTRADO
SOARES, ISABELLE OLIVEIRA	2012	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	ARQUITETURA E URBANISMO	(DES)ARTICULAÇÃO ENTRE POLÍTICA URBANA E POLÍTICA HABITACIONAL: PROGRAMA "MINHA CASA, MINHA VIDA" E	MESTRADO

				ZEIS NAS CIDADES MÉDIAS DE MINAS GERAIS'	
SILVA, VALERIA LOUISE DE ARAUJO MARANHÃO SATURNINO	2013	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	ADMINISTRAÇÃO	CLIENTES ATENDIDOS PELO “MINHA CASA, MINHA VIDA” NO RECIFE EXPANDIDO: ATRIBUTOS DE PREFERÊNCIA DOS POTENCIAIS COMPRADORES DE IMÓVEIS DO 8º FEIRÃO CAIXA DA CASA PRÓPRIA	MESTRADO
SANTIAGO, MARIA DE FATIMA.	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	CONSUMO, COTIDIANO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO CONSTRUÍDO E AS PRÁTICAS DE CONSUMO DE FAMÍLIAS MORADORAS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	MESTRADO
SOUZA, KARLA CHRISTINA NEVES D	2014	UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA	UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA	A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA POLÍTICA DE HABITAÇÃO BRASILEIRA: A GESTÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA NO ESTADO DO PARÁ	MESTRADO
OLIVEIRA, PATRICIA TEIXEIRA GROppo DE	2014	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	SERVIÇO SOCIAL	A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: UM RECORTE NAS PARTICULARIDADES DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA	MESTRADO
BALBINO, MICHELLE LUCAS CARDOSO	2012	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	SUSTENTABILIDADE SÓCIO-ECONÔMICA AMBIENTAL	O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E O MEIO AMBIENTE LOCAL: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS /MG	MESTRADO PROFISSIONAL
LOPES, CLEDIR DA CONCEIÇÃO.	2012	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	GEOGRAFIA	PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DO RIO GRANDE - RS: AS AÇÕES DOS GRUPOS SOCIAIS POPULARES NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DOS RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	MESTRADO
LOGSDON, LOUISE	2012	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	ARQUITETURA E URBANISMO	O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA EM CUIABÁ-MT: UMA ANÁLISE DA QUALIDADE DOS PROJETOS DESTINADOS ÀS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA	MESTRADO
COSTA, SUZANA CAROLINA DOS SANTOS DUTRA	2017	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS	CIDADANIA E CASA PRÓPRIA: COMO ESSA RELAÇÃO SE MANIFESTA? UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA	MESTRADO

DE MACEDO				VIDA NO CONJUNTO RESIDENCIAL VIVENDAS DO PLANALTO EM NATAL/RN'	
JUNIOR, SIDNEY QUERINO	2017	UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA	GEOGRAFIA	A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E OS PROGRAMAS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: COHABS, CDHU E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM MARÍLIA E ARAÇATUBA	MESTRADO
CUNHA, ANNA CECILIA GUEDES DE FARIAS	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA	CIÊNCIAS JURÍDICAS	MINHA CASA, MINHA VIDA: ENTRE O ACESSO À MORADIA PELO VULNERÁVEL SOCIAL E A HIGIEDEZ ECONÔMICA DO SISTEMA	MESTRADO
ANDRADE, ELIANA SANTOS JUNQUEIRA DE.	2011	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	ARQUITETURA E URBANISMO	PASSOS E DESCOMPASSOS DA POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (2009 A 2011)	MESTRADO
DUARTE, SANDRO MARINO	2011	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	DIREITO	DIREITO À MORADIA, POLÍTICAS PÚBLICAS EM HABITAÇÃO E O ENFRENTAMENTO DO DÉFICIT HABITACIONAL: OS DESAFIOS DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA	MESTRADO
FERRAZ, CAMILA DE ARAÚJO	2011	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	ECONOMIA DA INDÚSTRIA E DA TECNOLOGIA	CRÉDITO, EXCLUSÃO FINANCEIRA E O ACESSO Á MORADIA: UM ESTUDO SOBRE FINANCIAMENTO HABITACIONAL NO BRASIL E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	MESTRADO
JAOUDE, FELIPE GALES	2013	UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA	ADMINISTRAÇÃO	ATRIBUTOS RELEVANTES DO COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR DO PROGRAMA DO GOVERNO FEDERAL “MINHA CASA, MINHA VIDA” DO SETOR IMOBILIÁRIO DE PIRACICABA (SP)	MESTRADO
DUMONT, TIAGO VIEIRA RODRIGUES.	2015	UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	CIÊNCIAS SOCIAIS	OS EFEITOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA EM MARÍLIA-SP: A CONSTRUÇÃO DE UMA ILUSÃO	MESTRADO
COSTA, HELIARA APARECIDA.	2015	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	ENGENHARIA DE EDIFICAÇÕES E AMBIENTAL	FLEXIBILIDADE ESPACIAL: BARREIRAS PARA SEU EMPREGO EM HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL NA CIDADE DE CUIABÁ, A PARTIR DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	MESTRADO

LOMBARDI, ANNA PAULA	2014	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	GEOGRAFIA	INCLUSÃO SOCIOESPACIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: OS ESPAÇOS DE MORAR DO PROGRAMA 'MINHA CASA MINHA VIDA' NA CIDADE DE PONTA GROSSA-PR	MESTRADO
PEIXER, KEILA TYCIANA	2014	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	ARQUITETURA E URBANISMO	PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: ADEQUAÇÃO DOS PROJETOS ÀS CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS MORADORAS. O CASO DE BLUMENAU/SC E A RESPOSTA AO DESASTRE DE 2008'	MESTRADO
EMILIANO, ELISAMARA DE OLIVEIRA.	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	ARQUITETURA E URBANISMO	O DIREITO À MORADIA DIGNA NA ATUAL POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO: ATORES, AGENTES E ARENAS AVANÇOS E DILEMAS COM A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	DOUTORADO
PIASECKI, JOAO SAULO	2015	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE	GEOGRAFIA	ANÁLISE OCUPACIONAL DOS ESPAÇOS URBANOS E A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIADOS PELO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – FAIXA II, NO BAIRRO VILA BELA – MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA-PR	MESTRADO
ARAUJO, MAYARA MYCHELLA SENA	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	GEOGRAFIA	A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO PERIFÉRICO E A QUESTÃO HABITACIONAL EM FEIRA DE SANTANA: O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO BAIRRO DA MANGABEIRA, ENTRE 2009-2014	DOUTORADO
CAVALCANTE, MARIZA SOUZA	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA	DIREITO À MORADIA: A QUESTÃO DA INCLUSÃO DAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS/ONGS NA IMPLEMENTAÇÃO DE MORADIAS DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA EM MANAUS	MESTRADO
ZANINI, ANA CLAUDIA ANDREOLI	2016	UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	EFICIÊNCIA DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM GERAR BENEFÍCIOS SOCIAIS: UMA ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS DAS UNIDADES FEDERATIVAS BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 2009 A 2012	MESTRADO
GUEDES, ALBERTO AUGUSTO	2013	UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	MODELO DE NEGÓCIO APLICADO PELA INDÚSTRIA BRASILEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL EM EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS POPULARES: O CASO DO PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA	MESTRADO

AMATO, ROSSANO SILVA D	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE NACIONAL	ESTUDO ANALÍTICO DAS VOZES ENVOLVIDAS NA REABERTURA DE RECLAMAÇÕES DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO ATENDIMENTO DE TELESSERVIÇOS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (2014-2015)'	MESTRADO PROFISSIONAL
LIMA, MARCIA AZEVEDO DE	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	PADRÕES ESPACIAIS DE LOCALIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: IMPACTOS NA QUALIDADE DA HABITAÇÃO SOCIAL E SATISFAÇÃO DOS MORADORES	DOUTORADO
CARDOSO, MARA LUCIA GUIMARAES	2016	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA	DIREITO	USUCAPIÃO FAMILIAR: A INTERVENÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS RELAÇÕES PRIVADAS FAMILIARES COM A DISCUSSÃO DA CONJUGALIDADE ORIGINADA NO PROGRAMA DE GOVERNO MINHA CASA MINHA VIDA - PMCMV	MESTRADO
VEIGA, DANIELA ANDRADE MONTEIRO.	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	ARQUITETURA E URBANISMO	DESCOMPASSOS ENTRE QUEM PRECISA E PARA QUEM SE PRODUZ HABITAÇÃO NO BRASIL (1940- 2015) ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO E CONTRATAÇÃO DA PRODUÇÃO HABITACIONAL DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	DOUTORADO
CUNHA, TALITA FERREIRA	2016	INSTITUTO DE PESQ. TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	HABITAÇÃO: PLANEJAMENTO E TECNOLOGIA	EDITAIS, CONTRATOS E MEDIÇÕES DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) COM BASE NOS CRITÉRIOS DE DESEMPENHO DA NORMA NBR 15.575/2013 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT)	MESTRADO PROFISSIONAL
ARAGAO, DANILTON LUIS LIMA JESUS DE	2014	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	ENGENHARIA DE EDIFICAÇÕES E SANEAMENTO	SUBSÍDIOS PARA APLICAÇÃO DO CUSTEIO- META NA ETAPA DE CONCEPÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL NO ÂMBITO DO PMCMV'	MESTRADO
RANGEL, JOB AIR ASSIS.	2011	UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA	PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	O PROGRAMA "MINHA CASA MINHA VIDA" E SEUS DESDOBRAMENTOS NO LOCAL UM ESTUDO DA PEQUENA CIDADE DE PONTA DE PEDRAS, PARÁ	MESTRADO

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Prezado(a) participante,

Sou pós-graduanda do programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e estou realizando pesquisa científica, em conformidade com a Resolução nº 510:2016 do CNS, sob supervisão do professor Washington José de Souza, cujo objetivo consiste em avaliar projeto de trabalho social realizado em empreendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida e, com base nos resultados, elaborar proposta alternativa mediante a participação de beneficiários da Faixa 1 do Programa..

Sua participação corresponde a participação em entrevista, que será gravada, se assim você permitir, prevista para durar aproximadamente 30 minutos.

A participação nessa pesquisa é voluntária e se decidir não participar ou desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será preservada ficando mantida em rigoroso sigilo, além de serem omitidas todas as informações que possam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de novo conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas ou esclarecimentos relativos à pesquisa podem ser fornecidas pelo pesquisador por meio do telefone (84) 99167-6553.

Atenciosamente,

Suzana Melissa de Moura Mafra da Silva
Pesquisadora

Local e data

Washington José de Souza
Professor supervisor

Consinto assim participar desta pesquisa e declaro ter recebido cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do participante

Local e data

APÊNDICE C – ROTEIRO – GRUPO FOCAL 1 (GF1)

1ª etapa: Apresentação

- Caracterização do perfil dos participantes: nome, idade, profissão.

2ª etapa: Relação com o lugar

- Como é morar no Ruy Pereira I?
- O que mais gostam?
- O que menos gostam no local?
- Quais as principais dificuldades percebidas no condomínio?
- Como é a relação com a vizinhança?
- O que mudariam no local?

3ª etapa: Projeto de Trabalho Social

- O que conhecem do PTS?
- Em que momentos participaram do PTS?
- Quais são os pontos positivos e negativos do PTS efetivado?
- O que aponta como elementos necessários ao empreendimento que deveriam ter sido contemplados pelo PTS?

APÊNDICE D – ROTEIRO – GRUPO FOCAL 2 (GF2)

Dinâmica quebra-gelo.

Perguntas: 1) Se o RRPS fosse um animal, que animal seria? 2) Se a Associação fosse um animal, que animal seria?

Sobre o grupo:

Quem são os moradores do RRPS? Como podemos definir vocês na condição de moradores daqui?

Como é o nome oficial do grupo?

Qual é a história do grupo? Como surgiu?

Engajamento:

O que leva vocês a se manterem no grupo? Vocês acreditam que o condomínio chegará a não precisar de vocês?

O que é preciso para fazer parte do grupo?

Como vocês funcionam e tomam decisões?

Como se dá a relação da Associação com a gestão do condomínio?

Vocês têm alguma relação com o poder público?

Identidade com o local e relações sociais:

O que é a Associação hoje? Como vocês se veem?

Como vocês acham que as pessoas do RRPS veem vocês?

Que contribuições vocês dão ao Condomínio? Como as ações realizadas pelo grupo influenciam no funcionamento do condomínio?

Como as pessoas do Condomínio avaliam o que vocês fazem?

Quais são as maiores necessidades e os maiores desafios de vocês no momento?

APÊNDICE E – FOTOGRAFIAS DA PESQUISA



Acesso ao RRPS. Fonte: Acervo de morador.



CRP-I. Fonte: Acervo de morador.



Aplicação do GF1. Fonte: acervo da autora.



Aplicação do GF2. Fonte: acervo da autora.